



FLASH EUROBAROMETER 561

Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

RELATÓRIO EUROBAROMETER

MARÇO - ABRIL 2025



Eurobarómetro Flash n.o 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Inquérito realizado pela Ipsos European Public Affairs a pedido da Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana

Inquérito coordenado pela Comissão Europeia, Direção-Geral da Comunicação (DG COMM, Unidade «Opinião Pública e Participação dos Cidadãos»)

O presente documento não representa o ponto de vista da Comissão Europeia. As interpretações e opiniões nele contidas são apenas as dos autores.

Título do projeto	Eurobarómetro Flash n.o 561 – Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades
	Relatório
	PT
Número do catálogo	KN-01-25-047-EN-N
ISBN	978-92-68-28516-9
	doi:10.2776/1770413

© União Europeia,
2025

<https://europa.eu/eurobarometer>



Documento preparado por Pierre Dieumegard para [Europe-Democracy-Esperanto](#)

O objectivo deste documento "provisório" é permitir que mais pessoas na União Europeia tomem conhecimento de documentos produzidos pela União Europeia (e financiados pelos seus impostos).

Se não houver traduções, os cidadãos são excluídos do debate.

Este documento «Eurobarometer» só [existia em inglês](#), num ficheiro pdf. A partir do ficheiro inicial, criámos um odt-file, preparado pelo software Libre Office, para tradução automática para outras línguas. Os resultados estão agora [disponíveis em todas as línguas oficiais](#).

É desejável que a administração da UE assuma a tradução de documentos importantes. Os «documentos importantes» não são apenas leis e regulamentos, mas também as informações importantes necessárias para tomar decisões informadas em conjunto.

A fim de discutir o nosso futuro comum em conjunto, e para permitir traduções confiáveis, a língua internacional Esperanto seria muito útil devido à sua simplicidade, regularidade e precisão.

Contacte-nos :

[Kontakto \(europokune.eu\)](mailto:Kontakto@europokune.eu)

<https://e-d-e.org/-Kontakti-EDE>

Índice

Introdução.....	4
Principais conclusões.....	6
Desafios locais nas cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais.....	6
Domínios prioritários de investimento.....	6
Desafios relacionados com as alterações climáticas e o ambiente.....	7
Cooperação urbano-rural.....	8
Participação na tomada de decisões a nível local.....	8
Apoiar a habitabilidade das cidades.....	9
1. Desafios locais nas cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais.....	10
1.1. Problemas mais urgentes.....	10
1.2. Aspectos que mais necessitam de ser melhorados.....	16
2. Domínios prioritários de investimento.....	23
2.1. Ações para melhorar a acessibilidade dos preços da habitação.....	23
2.2. Reforçar a economia local e o mercado de trabalho.....	30
2.3. Ações para reforçar a inclusão social.....	37
2.4. Investimento na melhoria da mobilidade.....	44
3. Desafios relacionados com as alterações climáticas e o ambiente.....	51
4. Cooperação urbano-rural.....	57
5. Participação na tomada de decisões a nível local.....	64
5.1. Perceções sobre a tomada de decisões a nível local.....	64
5.2. Formas de participar na tomada de decisões a nível local.....	70
6. Apoiar a habitabilidade das cidades.....	77
6.1. Alterações recentes na habitabilidade.....	77
6.2. Sensibilização para o apoio da UE para aumentar a habitabilidade nas cidades.....	80
Especificações técnicas.....	83
Observações.....	85
Como é habitual (ainda mais do que o habitual), as diferenças são maiores entre países do que entre grupos sociais.....	85
As prioridades para melhorar a vida das pessoas variam de país para país.....	87
Questionário.....	89

Introdução

Atualmente, 75 % das pessoas na União Europeia (UE) vivem em cidades e zonas urbanas. Prevê-se que esta percentagem cresça para 78 % até 2050. As cidades são os motores económicos da UE. Contribuem para uma parte importante do PIB e do emprego. Por conseguinte, as cidades são fundamentais para as transições ecológica, digital e demográfica que a UE tem de alcançar de forma justa e equitativa. As cidades oferecem oportunidades às pessoas – em termos de acesso à educação, aos cuidados de saúde e a outros serviços essenciais, de usufruto da cultura e de uma elevada qualidade de vida.

No entanto, as cidades também enfrentam uma concentração de desafios decorrentes da elevada densidade populacional, da crescente falta de habitação de qualidade e a preços acessíveis, da segregação social, das bolsas de pobreza, dos efeitos da crise climática e da biodiversidade, etc. À medida que os desafios persistem, a UE investe nas suas cidades e zonas urbanas.

O grau de urbanização (DEGURBA) é uma classificação que indica o carácter de uma área. Classifica o território de um país em um continuum urbano-rural. A DEGURBA combina a dimensão da população e os limiares de densidade populacional para estabelecer três classes distintas:

- cidades
- cidades e subúrbios
- zonas rurais¹

Em nome da Comissão Europeia, a Direção-Geral da Política Regional e Urbana, a Ipsos European Public Affairs entrevistou amostras representativas de cidadãos da UE (com idade igual ou superior a 15 anos) em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais em cada um dos 27

Estados-Membros da UE.² Entre 26 de março e 8 de abril de 2025, foram realizadas 31 855 entrevistas através de entrevista via Internet assistida por computador (CAWI), utilizando painéis em linha da Ipsos e a sua rede de parceiros.

1 Para mais informações, consultar: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/degree-of-urbanisation/information-data>

2 Em Chipre, Luxemburgo e Malta, as amostras abrangiam apenas cidades e subúrbios e vilas.

Notas

- Os resultados dos inquéritos estão sujeitos a tolerâncias de amostragem, o que significa que nem todas as diferenças aparentes entre países e grupos sociodemográficos podem ser estatisticamente significativas. Assim, apenas as diferenças que são estatisticamente significativas (ao nível de confiança de 5 %) – ou seja, em que é razoavelmente certo que não são suscetíveis de ter ocorrido por acaso – são destacadas no texto.
- Os dados do inquérito são ponderados em função da idade marginal por distribuição da população por sexo, utilizando uma ponderação pós-estratificação. Os resultados médios da UE-27 são ponderados de acordo com a dimensão da população com mais de 15 anos que vive em cidades, vilas e subúrbios e em zonas rurais em cada um dos 27 Estados-Membros.

Os percentuais de resposta excedem 100% se a pergunta permitiu que os entrevistados seleccionassem várias respostas.

- Neste relatório, os países são referidos pela sua abreviatura oficial, como indicado abaixo.

Classificação dos gráficos neste relatório

Resultados da UE (total)

- Os gráficos que apresentam resultados, em média, em toda a UE são ordenados por ordem decrescente com base na percentagem de inquiridos em toda a UE que seleccionam uma resposta (perguntas de resposta múltiplas) ou na percentagem de inquiridos em toda a UE que seleccionam a resposta analisada (para perguntas de

grelha com base numa série de declarações).

Gráficos centrados nas cidades (e cidades versus cidades, subúrbios e zonas rurais)

- Para várias perguntas de resposta, os gráficos deste relatório são ordenados por ordem decrescente com base na percentagem de inquiridos nas cidades que seleccionam cada uma das respostas. Se duas respostas forem seleccionadas por uma percentagem igual de inquiridos nas cidades, a classificação baseia-se nas percentagens médias das cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais.

- Para perguntas de resposta única em formato de grelha (com base numa série de declarações), a classificação das declarações baseia-se na percentagem de inquiridos nas cidades que seleccionam a resposta analisada (por exemplo, «um problema imediato e urgente»). Se a parte analisada for a mesma para duas declarações, a classificação começa por considerar se a parte analisada é a soma de duas respostas (por exemplo, «concordo totalmente» e «concordo ligeiramente») — nesse caso, a declaração com a maior parte da resposta mais extrema (por exemplo, «concordo totalmente») será classificada em primeiro lugar. Se apenas uma resposta estiver a ser analisada e essa resposta for seleccionada para duas ou mais declarações por uma percentagem igual de inquiridos nas cidades, a classificação das declarações baseia-se novamente nas percentagens médias das cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais.

BE	Bélgica	FR	França	NL	Países Baixos
BG	Bulgária	HR	Croácia	AT	Áustria
CZ	Chéquia	IT	Itália	PL	Polónia
DK	Dinamarca	CY	Rep. de Chipre*	PT	Portugal
DE	Alemanha	LV	Letónia	RO	Roménia
EE	Estónia	LT	Lituânia	SI	Eslovénia
IE	Irlanda	LU	Luxemburgo	SK	Eslováquia
EL	Grécia	HU	Hungria	FI	Finlândia
ES	Espanha	MT	Malta	SE	Suécia

Chipre, no seu conjunto, é um dos 27 Estados-Membros da UE. Por razões práticas, as entrevistas só são realizadas na parte do país controlada pelo Governo da República de Chipre.

Principais conclusões

Desafios locais nas cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais

Problemas mais urgentes

■ A falta de habitação a preços acessíveis é, de longe, a questão mais urgente para os inquiridos que vivem em cidades, com 51% a considerarem que se trata de um problema imediato e urgente. Um terço dos inquiridos (33 %) refere que o desemprego ou a falta de oportunidades de emprego é um problema urgente na sua cidade; observam-se também valores semelhantes para a falta de serviços públicos de qualidade (32 %) e a pobreza ou o fenómeno dos sem-abrigo (32 %).

■ Os respondentes que vivem nas cidades e nas vilas e subúrbios identificam os diferentes problemas como os mais urgentes. Por exemplo, embora a falta de habitação a preços acessíveis seja o principal problema tanto nas cidades como nas vilas e subúrbios, existe uma diferença notável na perceção: 51% dos habitantes das cidades consideram-no um problema urgente, em comparação com 37% dos que vivem em subúrbios e cidades. Nas zonas rurais, 28 % dos inquiridos respondem que a falta de habitação a preços acessíveis é um problema imediato e urgente, enquanto uma percentagem maior (36 %) se preocupa com a falta de serviços públicos de qualidade.

Aspectos que mais necessitam de ser melhorados

■ Os dois aspetos que mais necessitam de ser melhorados para os inquiridos que vivem nas cidades são a qualidade dos serviços públicos (selecionados por 42 %) e a segurança nos espaços públicos (36 %). Seguem-se a disponibilidade de opções de transportes públicos a preços acessíveis e com boas ligações, bem como o desenvolvimento económico e as oportunidades de negócio, cada um citado por 29 % dos inquiridos.

■ Os respondentes que vivem em cidades (36%) estão mais inclinados do que os que vivem em cidades e subúrbios (24%) ou em zonas rurais (14%) a pensar que a segurança nos espaços públicos precisa de ser melhorada onde vivem. A disponibilidade de opções de transportes públicos a preços acessíveis e com boas ligações é vista como um problema por uma percentagem maior de inquiridos nas cidades e subúrbios (34 %) e nas zonas rurais (42 %) do que nas cidades (29 %); o mesmo se aplica à questão do desenvolvimento económico e das oportunidades de negócio.

Domínios prioritários de investimento

Ações para melhorar a acessibilidade dos preços da habitação

■ Quase nove em cada dez inquiridos que vivem em cidades (88%) consideram que a sua cidade beneficiaria da renovação das habitações existentes para reduzir as faturas de energia. A maioria dos habitantes das cidades também considera que a acessibilidade dos preços da habitação nas suas cidades poderia ser melhorada através da construção de mais novas habitações a preços acessíveis (por exemplo, através da concessão de incentivos) (83 %), do acompanhamento dos preços das rendas e da prestação de programas de assistência às rendas (por exemplo, limites máximos das rendas, vales de renda) (82 %), da prestação de apoio financeiro ou de incentivos fiscais aos compradores pela primeira vez e aos grupos vulneráveis (82 %) e da adoção de medidas para controlar a especulação imobiliária (por exemplo, através da tributação de imóveis vagos, da regulamentação do arrendamento de curta duração ou da limitação do número de turistas) (75 %).

■ Os respondentes nas cidades, vilas e subúrbios e nas zonas rurais não diferem muito nas percentagens totais que esperam benefícios das várias medidas destinadas a melhorar a acessibilidade dos preços no local onde vivem.

Reforçar a economia local e o mercado de trabalho

- Todas as ações enumeradas no inquérito recebem um elevado nível de apoio entre os inquiridos que vivem em cidades. Cerca de nove em cada dez inquiridos (88 %) consideram que o apoio às pequenas e médias empresas locais é uma ação importante para reforçar a economia local e o mercado de trabalho na sua cidade. Uma percentagem ligeiramente inferior considera que seria importante desenvolver as competências empresariais dos jovens (83 %) ou requalificar e melhorar as competências dos trabalhadores (83 %). Cerca de três quartos (74 %) respondem que a melhoria dos serviços e infraestruturas digitais para os cidadãos e as empresas (por exemplo, acesso à Internet de banda larga, Wi-Fi, serviços digitais) reforçará a economia local e o mercado de trabalho na sua cidade.
- Os respondentes que vivem nas cidades, nas vilas e subúrbios e nas zonas rurais não diferem muito na importância que atribuem às várias ações destinadas a reforçar a economia local e o mercado de trabalho no local onde vivem.

Ações para reforçar a inclusão social

- O domínio de investimento para reforçar a inclusão social mais selecionado pelos inquiridos que vivem em cidades é o das melhores opções de habitação para as pessoas necessitadas (por exemplo, agregados familiares com baixos rendimentos ou grupos vulneráveis) (42 %). Segue-se a ajuda à procura de emprego e o acesso ao trabalho (35%) e o acesso aos cuidados de saúde (34%), cada um mencionado por cerca de um terço dos residentes da cidade, e o acesso aos cuidados para as pessoas que dependem de outros para obter ajuda, citado por cerca de três em cada dez (29%).
- Uma percentagem mais elevada de inquiridos que vivem em cidades (42%) e em vilas e subúrbios (40%) refere melhores opções de habitação para as pessoas necessitadas como uma área de investimento, em

comparação com os que vivem em zonas rurais (31%). Em contrapartida, os inquiridos das zonas rurais (41 %) são mais propensos do que os das cidades (34 %) e das cidades e subúrbios (35 %) a citar o acesso aos cuidados de saúde como uma área de investimento para reforçar a inclusão social no local onde vivem.

Investimento na melhoria da mobilidade

- O aumento da frequência dos transportes públicos (autocarro, elétrico, metro) é a área mais mencionada pelos inquiridos que vivem nas cidades (51%). Seguem-se as opções de transporte para as deslocações pendulares para os municípios circundantes (38%) e melhorias na gestão do tráfego (38%). As pistas de ciclismo (29%) e as zonas pedonais (27%) são mencionadas por mais de um quarto dos inquiridos que vivem em cidades.
- Os respondentes que vivem em zonas rurais (50%) são mais propensos a mencionar que os investimentos são mais necessários em opções de transporte para as deslocações pendulares para os municípios circundantes, em comparação com os que vivem em cidades e subúrbios (40%) ou cidades (38%). Em contrapartida, os inquiridos que vivem em cidades são mais propensos do que os inquiridos que vivem em cidades e subúrbios e em zonas rurais a mencionar como domínios prioritários de investimento: melhorias na gestão do tráfego (38 % vs. 22 %-31%), zonas pedonais (27 % vs. 21 %-23%) e zonas livres de automóveis (20 % vs. 11 %-14%).

Desafios relacionados com as alterações climáticas e o ambiente

- Cerca de três quartos dos inquiridos que vivem em cidades (74%) referem que as suas autoridades locais não estão a tomar medidas, ou não estão a tomar medidas suficientes, para abordar a eficiência energética dos edifícios. Do mesmo modo, quase três quartos (73 %) dos inquiridos nas cidades respondem que não estão a ser tomadas medidas ou que não estão a ser tomadas medidas suficientes para fazer face

às ameaças provenientes de vagas de calor ou inundações (por exemplo, criando ruas ricas em sombras, locais para o confinamento da água, etc.); a mesma percentagem (73 %) é igualmente observada para as ações destinadas a combater a poluição atmosférica.

- Os habitantes das cidades (73%) são mais propensos do que os inquiridos nas cidades e subúrbios (69%) e nas zonas rurais (61%) a responder que as suas autoridades locais não estão a tomar quaisquer medidas, ou não estão a tomar medidas suficientes, para combater a poluição atmosférica. Em contrapartida, os habitantes das cidades (69%) são menos propensos do que os que vivem em cidades e subúrbios (75%) e em zonas rurais (78%) a pensar que não estão a ser tomadas medidas ou que não estão a ser tomadas medidas suficientes no domínio dos transportes públicos sustentáveis como alternativa à utilização do automóvel.

Cooperação urbano-rural

- Quando solicitados a selecionar o tipo de cooperação urbano-rural que poderia ser mais benéfico para as pessoas na sua cidade, a maior parte dos inquiridos que vivem em cidades seleciona a melhoria das ligações de transportes públicos entre cidades e vilas e aldeias vizinhas (46%). Melhorar o acesso coordenado e suficiente aos serviços de saúde é a segunda forma mais elevada de cooperação urbano-rural (referida em 39 %). Seguidamente, aborda-se a escassez no mercado de trabalho, atraindo mais pessoas da região (32 %) e melhorando o acesso a produtos alimentares de elevada qualidade produzidos nas proximidades (32 %).
- Os inquiridos nas zonas rurais (53%) são mais propensos do que os que vivem nas cidades e subúrbios (47%) e nas cidades (46%) a pensar que a melhoria das ligações de transportes públicos entre as cidades e as aldeias vizinhas seria benéfica para a cooperação urbano-rural. Observa-se um padrão semelhante para melhorar o acesso coordenado e suficiente aos serviços

de saúde. Todas as outras formas de cooperação são mais suscetíveis de serem citadas pelos inquiridos que vivem em cidades do que pelos inquiridos que vivem em zonas rurais.

Participação na tomada de decisões a nível local

Perceções sobre a tomada de decisões a nível local

- Embora 65% dos cidadãos que vivem nas cidades concordem quando perguntados se gostariam de participar mais nas decisões que afectam o local onde vivem, apenas 37% concordam que as suas autoridades locais envolvem suficientemente os cidadãos nas decisões. Cerca de um em cada dois (51%) concorda quando perguntado se está ciente das possibilidades de influenciar as decisões que afetam o local onde vive.
- Os respondentes nas zonas rurais são um pouco mais propensos a concordar que as autoridades locais envolvem suficientemente os cidadãos nas decisões que afetam o local onde vivem (43% contra 37% nas cidades, vilas e subúrbios).

Formas de participar na tomada de decisões a nível local

- Cerca de um em cada cinco (21%) inquiridos nas cidades assinaram uma petição. As percentagens mais pequenas – embora ainda superiores a 10 % cada – contribuíram para inquiridos sobre políticas e serviços locais (15 %), participaram numa consulta aos cidadãos (13 %) ou participaram em reuniões ou eventos públicos organizados pelo conselho local (12 %). Cerca de quatro em cada dez inquiridos (42 %) que vivem em cidades indicam não ter participado na tomada de decisões a nível local nos últimos cinco anos.
- Os respondentes nas zonas rurais são um pouco mais propensos a relatar ter participado numa reunião ou evento público organizado pelo seu conselho local (16% contra 12%-13% nas cidades, vilas e subúrbios) ou ter contactado os seus

representantes eleitos (12% contra 8%-10%). A percentagem de inquiridos que responderam que não participaram em qualquer forma de tomada de decisão local nos últimos cinco anos é ligeiramente superior nas cidades e subúrbios (46 % contra 41 %-42% nas cidades e nas zonas rurais).

Apoiar a habitabilidade das cidades

Alterações recentes na habitabilidade

- Mais de um terço dos cidadãos que vivem nas cidades (36%) respondem que a habitabilidade nas suas cidades melhorou. Um terço dos inquiridos (33 %) não registou alterações, enquanto três em cada dez (30 %) referem uma deterioração da habitabilidade da sua cidade.
- A perceção da habitabilidade é um pouco menos positiva nas cidades e subúrbios, onde uma percentagem menor registou uma melhoria na habitabilidade (32% contra 36% nas cidades). Os inquiridos nas zonas rurais são, de um modo geral, os mais positivos, com cerca de duas vezes mais inquiridos a referir que a habitabilidade no local onde vivem melhorou em vez de se deteriorar (39 % contra 20 %).

Sensibilização para o apoio da UE para aumentar a habitabilidade nas cidades

- Quase um em cada dois inquiridos que vivem em cidades (47%) declara ter conhecimento de projetos ou intervenções da UE para apoiar a habitabilidade e o desenvolvimento sustentável (dos quais 25% têm conhecimento de tais projetos e intervenções na sua própria cidade e 22% de projetos e intervenções noutros locais, mas não na sua própria cidade).
- A sensibilização para o apoio da UE para aumentar a habitabilidade nas cidades está ao mesmo nível nas cidades, vilas e subúrbios e nas zonas rurais.

1. Desafios locais nas cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais

1.1. Problemas mais urgentes

Os entrevistados foram apresentados com uma lista de problemas e solicitados a avaliar o quão significativo cada um é no local onde vivem.

A perspetiva da UE

Em média, em toda a UE, 40 % dos cidadãos identificam a falta de habitação a preços acessíveis como um problema imediato e urgente no local onde vivem; a que se segue a falta de serviços públicos de qualidade (por exemplo, cuidados de saúde, acolhimento de crianças, educação e cuidados aos idosos) (32 %) e o desemprego ou a falta de oportunidades de emprego (31 %).

Os equipamentos locais (lojas, restaurantes, etc.) que abandonam o centro (25 %), a pobreza ou os sem-abrigo (24 %) e a baixa reutilização de edifícios vagos ou abandonados (24 %) são referidos como um problema

imediato e urgente por cerca de um quarto dos inquiridos em toda a UE.

As oportunidades insuficientes de integração dos migrantes e refugiados são consideradas um problema imediato e urgente por cerca de um em cada seis inquiridos (18 %). Um em cada sete inquiridos (14%) responde da mesma forma sobre a gentrificação ou a turistificação no centro.

Q2 No local onde vives, quanto de um problema, se é que existe, achas que cada um dos seguintes problemas são?

% «Problema imediato e urgente»



Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

problema imediato e urgente por 17% dos inquiridos nas cidades.

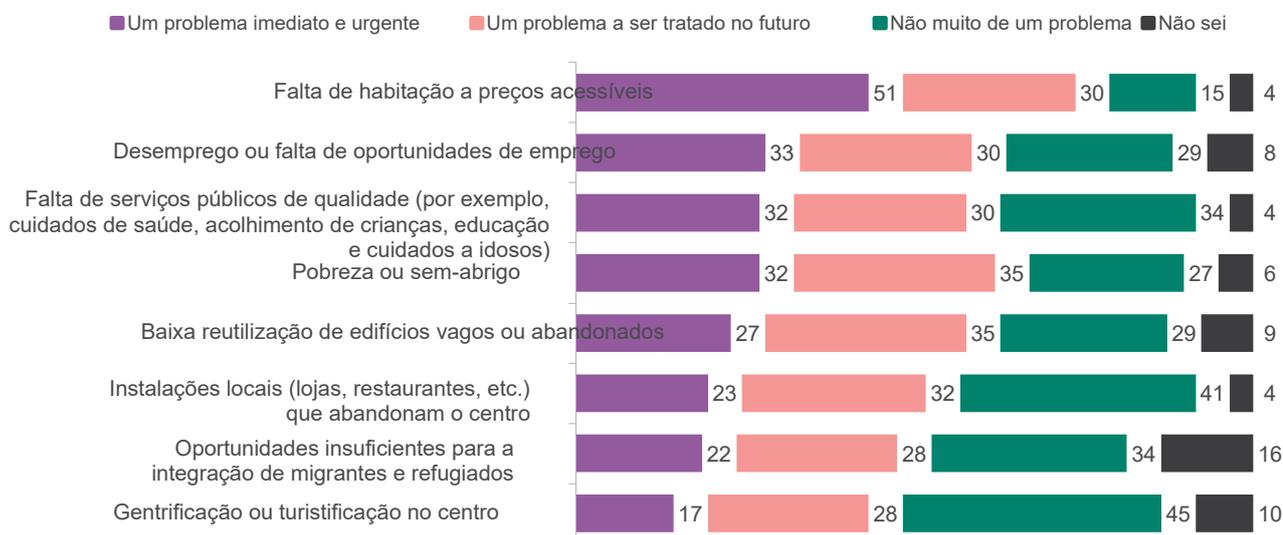
A falta de habitação a preços acessíveis é, de longe, a questão mais urgente para os inquiridos que vivem em cidades, com cerca de metade (51 %) a considerar que se trata de um problema imediato e urgente. Outros 30% pensam que é um problema a ser tratado no futuro, enquanto apenas 15% respondem que não é um grande problema em sua cidade.

Um terço dos inquiridos (33 %) refere que o desemprego ou a falta de oportunidades de emprego é um problema urgente na sua cidade; observam-se também valores semelhantes para a falta de serviços públicos de qualidade (32 %) e a pobreza ou o fenómeno dos sem-abrigo (32 %). Para cada uma destas três questões, pelo menos três em cada dez inquiridos nas cidades consideram que é mais um problema a resolver no futuro (entre 30 % e 35 %).

A baixa reutilização de edifícios vagos ou abandonados (27 %), os equipamentos locais (lojas, restaurantes, etc.) que abandonam o centro (23 %) e as oportunidades insuficientes de integração de migrantes e refugiados (22 %) são referidos como um problema imediato e urgente por mais de um em cada cinco inquiridos nas cidades. A gentrificação ou a turistificação no centro é considerada um

Q2 No local onde vive, o quanto de um problema, se em tudo, acha que cada um dos seguintes problemas são?

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades



(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

Resultados por país centrados nas cidades

Em 16 Estados-Membros, pelo menos metade dos inquiridos que vivem em cidades responde que a falta de habitação a preços acessíveis é um problema imediato e urgente na sua cidade, com as percentagens mais elevadas observadas na Irlanda (72 %), em Espanha (69 %) e no Luxemburgo (68 %). Por outro lado, em Malta (26 %), na Finlândia (29 %), na Lituânia (32 %) e na Bélgica (36 %), apenas cerca de um terço dos inquiridos pensa assim.

A maioria dos residentes urbanos em Espanha (59 %) e Itália (57 %) responde que o desemprego ou a falta de oportunidades de emprego é um problema imediato e urgente na sua cidade. Esta percentagem é significativamente inferior na Dinamarca e nos Países Baixos (12 %), na Áustria (13 %) e na Chéquia (15 %).

Mais de metade dos habitantes das cidades na Hungria (53%) considera que a falta de serviços públicos de qualidade é um problema imediato e urgente na sua cidade. No Luxemburgo (11 %) e nos Países Baixos (12 %), cerca de um em cada dez inquiridos partilha desta opinião.

A pobreza e o fenómeno dos sem-abrigo são considerados um problema imediato e urgente por cerca de metade dos residentes urbanos na Hungria e na Eslováquia (ambos com 49 %). Em comparação, menos de um em cada cinco pensa o mesmo na Dinamarca (13 %) e na Alemanha (18 %).

No que diz respeito às outras questões enumeradas no inquérito, a variação entre países é a seguinte:

- Os edifícios acidentados e abandonados são seleccionados por 11% dos residentes da cidade na Finlândia e 40% na Espanha
- As instalações locais (lojas, restaurantes, etc.) que abandonam o centro são seleccionadas entre 7% na Lituânia e 32% em Itália
- As oportunidades insuficientes de integração de migrantes e refugiados são seleccionadas

entre 10 % na Chéquia, na Hungria, na Letónia e na Lituânia e 37 % em Itália

- A gratificação ou a turistificação no centro é seleccionada entre 6% na Lituânia e 30% em Espanha.

Eurobarómetro Flash n.o 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Q2 No local onde vives, quanto de um problema, se é que o é, achas que cada um dos seguintes problemas são? % «Problema imediato e urgente»

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

	Falta de habitação a preços acessíveis	Desemprego ou falta de oportunidades de emprego	Falta de serviços públicos de qualidade (por exemplo, cuidados de saúde, acolhimento de crianças, educação e cuidados a idosos)	Pobreza ou sem-abrigo	Baixa reutilização de edifícios vagos ou abandonados	Instalações locais (lojas, restaurantes, etc.) que abandonam o centro	Oportunidades insuficientes para a integração de migrantes e refugiados	Gentrificação ou turistificação no centro
UE27	51	33	32	32	27	23	22	17
BE	36	27	22	36	28	25	14	13
BG	50	41	48	45	29	13	15	19
CZ	63	15	20	34	19	9	10	9
DK	48	12	22	13	12	21	15	7
DE	50	16	22	18	21	27	21	10
EE	44	34	33	29	19	14	14	10
IE	72	28	40	39	38	22	27	12
EL	51	39	44	43	35	27	26	26
ES	69	59	42	44	40	30	33	30
FR	44	24	25	31	20	21	15	14
HR	42	32	40	35	33	16	18	18
IT	37	57	47	41	36	32	37	25
CY	64	39	32	46	28	20	32	17
LV	41	32	40	38	36	26	10	27
LT	32	29	36	25	15	7	10	6
LU	68	20	11	31	22	23	18	8
HU	57	36	53	49	25	13	10	9
MT	26	21	26	26	20	24	22	23
NL	65	12	12	29	20	18	14	10
AT	50	22	24	21	27	24	30	10
PL	53	27	33	24	26	11	12	12
PT	60	35	34	36	33	16	19	19
RO	53	44	45	40	31	11	13	21
SI	65	25	42	29	33	18	21	18
SK	46	30	41	49	29	24	14	11
FI	29	32	31	26	11	16	22	11
SE	39	29	24	25	14	21	29	12

(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

Diferenças entre cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais nos vários países

Na maioria dos Estados-Membros, os habitantes das cidades consideram a falta de habitação a preços acessíveis uma questão mais urgente no local onde vivem do que as pessoas que vivem em zonas rurais. As maiores diferenças entre as cidades e as zonas rurais a este respeito observam-se na Chéquia (63 % nas cidades contra 33 % nas zonas rurais), na Hungria (57 % contra 26 %) e na Dinamarca (48 % contra 19 %). No entanto, existem também exceções, como a Irlanda (72 % nas cidades contra 69 % nas zonas rurais) e a Lituânia (32 % contra 29 %), onde os residentes nas cidades não são muito mais propensos do que os que vivem em zonas rurais a considerar esta questão urgente.

No que diz respeito ao desemprego ou à falta de oportunidades de emprego, os inquiridos nas cidades de Espanha (59 % contra 46 %-49%), Itália (57 % contra 44 %-45%), Bélgica (27 % contra 15 %-18%) e Áustria (22 % contra 11 %-13%) são mais propensos do que os dos subúrbios ou cidades e os das zonas rurais a considerá-lo um problema imediato e urgente. Em contrapartida, na Estónia (34 % contra 42-43 %), na Letónia (32 % contra 39-45 %), na Eslováquia (30 % contra 42-46 %), na Lituânia (28 % contra 41-39 %) e na Chéquia (15 % contra 23-24 %), os residentes rurais e suburbanos estão mais preocupados com esta questão do que os residentes urbanos.

A pobreza e os sem-abrigo são geralmente vistos como uma questão mais urgente e imediata nas cidades. Na Chéquia, por exemplo, 34 % dos residentes nas cidades têm esta opinião, em comparação com 14 % nos subúrbios e 9 % nas zonas rurais.

Em vários Estados-Membros, uma percentagem significativamente maior de inquiridos nas zonas rurais do que nas cidades considera a falta de serviços públicos de qualidade uma questão urgente e imediata. Por exemplo, em França (37 % contra 25 %) e Portugal (48 % contra 34 %), os residentes rurais estão mais preocupados do que os inquiridos que vivem em cidades. A tendência oposta é observada na Hungria (53 % nas

cidades contra 31 % nas zonas rurais), na Bulgária (48 % contra 37 %), na Eslovénia (42 % contra 19 %), na Croácia (40 % contra 28 %) e na Letónia (40 % contra 30 %).

Diferenças sociodemográficas centradas nos cidadãos que vivem nas cidades

As mulheres que vivem nas cidades são mais propensas do que seus homólogos masculinos nas cidades a considerar as seguintes questões como imediatas e urgentes: falta de habitação a preços acessíveis (55 % das mulheres contra 47 % dos homens), desemprego ou falta de oportunidades de emprego (35 % contra 31 %), baixa reutilização de edifícios vagos ou abandonados (29 % contra 25 %) e pobreza ou situação de sem-abrigo (34 % contra 30 %).

Algumas variações também podem ser observadas entre os grupos etários. Por exemplo, os habitantes de cidades com menos de 25 anos são menos propensos do que os habitantes de cidades mais velhas a considerar que as comodidades locais (lojas, restaurantes, etc.) que abandonam o centro constituem um problema imediato e urgente (17 % contra 22 %-26%). Além disso, a percentagem de inquiridos nas cidades que consideram a gentrificação ou a turistificação no centro como um problema imediato é mais elevada entre as pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 39 anos (20 %), em comparação com as pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (16 %) e as pessoas com idade igual ou superior a 55 anos (15 %).

Os habitantes das cidades que concluíram os seus estudos com idade igual ou superior a 20 anos têm mais probabilidades de considerar a falta de habitação a preços acessíveis (53% contra 46%-49%) e a gentrificação ou turistificação no centro da cidade (18% contra 14%-16%) como problemas imediatos e urgentes.

Por último, os inquiridos em cidades com diferentes profissões também têm percepções diferentes. Por exemplo, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores por conta de outrem inquiridos são mais propensos do que outros a responder que o abandono das comodidades locais (lojas, restaurantes, etc.) no centro da cidade (25%-28% contra 19%-22%) e a gentrificação ou turistificação no centro (18%-23% contra 15%-16%) são problemas imediatos e urgentes.

1.2. Aspectos que mais necessitam de ser melhorados

Os inquiridos receberam uma lista de dez aspetos do local onde vivem e perguntaram quais os que mais necessitam de ser melhorados.

A perspetiva da UE

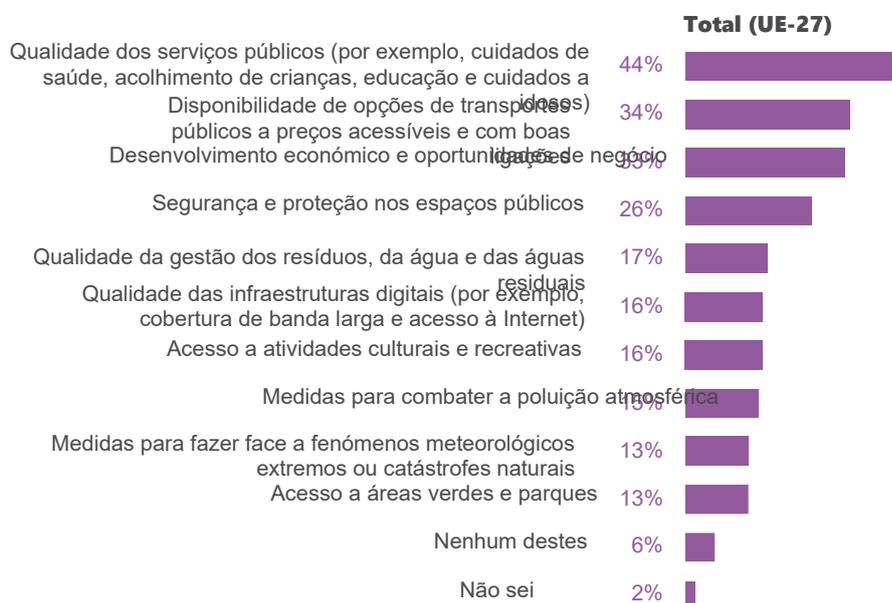
A qualidade dos serviços públicos (por exemplo, cuidados de saúde, acolhimento de crianças, educação e serviços de prestação de cuidados a idosos) é o aspeto mais frequentemente citado como necessitando de melhorias no local onde os inquiridos vivem, com 44 % dos inquiridos em toda a UE a mencionar este aspeto.

Cerca de um terço dos inquiridos (34 %) refere a disponibilidade de opções de transportes públicos a preços acessíveis e com boas ligações. Uma percentagem semelhante (33%) seleciona o desenvolvimento económico e as oportunidades de negócio como uma área que necessita de melhorias no local onde vive.

Cerca de um quarto dos inquiridos (26%) cita a segurança nos espaços públicos como um aspeto do local onde vivem que mais precisa de ser melhorado.

Menos inquiridos selecionam as restantes áreas: qualidade da gestão dos resíduos, da água e das águas residuais (17 %), qualidade das infraestruturas digitais (por exemplo, cobertura de banda larga e acesso à Internet) (16 %), acesso a atividades culturais e recreativas (16 %), medidas para combater a poluição atmosférica (15 %), medidas para fazer face a fenómenos meteorológicos extremos ou catástrofes naturais (13 %) ou acesso a zonas e parques verdes (13 %).

Q3 No local onde vive, quais dos seguintes aspetos considera que precisam de ser melhorados? Seleccione, no máximo, três aspetos. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]



Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

Os dois aspetos que mais necessitam de ser melhorados para os inquiridos que vivem nas cidades são a qualidade dos serviços públicos (por exemplo, cuidados de saúde, acolhimento de crianças, educação e cuidados a idosos) (seleccionados por 42 %) e a segurança nos espaços públicos (36 %). Seguem-se a disponibilidade de opções de transportes públicos acessíveis e bem conectados e o desenvolvimento económico e as oportunidades de negócio, cada um citado por 29% dos habitantes das cidades.

As medidas destinadas a combater a poluição (21 %) e a qualidade da gestão dos resíduos, da água e das águas residuais (19 %) são mencionadas por cerca de um em cada cinco inquiridos nas cidades.

Menos inquiridos nas cidades citam os seguintes aspetos: acesso a zonas e parques verdes (16 %), acesso a atividades culturais e recreativas (13 %), medidas para fazer face a fenómenos meteorológicos extremos ou catástrofes naturais (13 %) e qualidade das infraestruturas digitais (por exemplo, cobertura de banda larga e acesso à Internet) (12 %).

Q3 No local onde vive, quais dos seguintes aspetos considera que precisam de ser melhorados? Selecione até três aspetos. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades



Cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais

A qualidade dos serviços públicos é o aspeto mais frequentemente citado como necessitando de melhorias nas cidades (42%), nas cidades e subúrbios (43%) e nas zonas rurais (46%).

Os inquiridos que vivem em cidades (36%) estão mais inclinados do que os que vivem em cidades e subúrbios (24%) ou em zonas rurais (14%) a pensar que a segurança e a proteção nos espaços públicos devem ser melhoradas onde vivem. Observa-se um padrão semelhante para as medidas destinadas a combater a poluição atmosférica, que também são citadas mais frequentemente pelos inquiridos nas cidades (21 %) do que pelos inquiridos que vivem em cidades e subúrbios (13 %) e nas zonas rurais (10 %).

A disponibilidade de opções de transportes públicos a preços acessíveis e com boas ligações é vista como um problema por uma percentagem maior de inquiridos nas zonas rurais (42 %) e nas cidades e subúrbios (34 %) do que nas cidades (29 %); o mesmo se aplica às questões do desenvolvimento económico e das oportunidades de negócio (37 % nas cidades e subúrbios e 36 % nas zonas rurais contra 29 % nas cidades) e da qualidade das infraestruturas digitais (16 % nas cidades e subúrbios e 21 % nas zonas rurais contra 12 % nas cidades).

Q3 No local onde vive, quais dos seguintes aspetos considera que precisam de ser melhorados? Selecione, no máximo, três aspetos. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]



Resultados por país centrados nas cidades

Em 19 Estados-Membros, é mais provável que os inquiridos nas cidades mencionem a qualidade dos serviços públicos (por exemplo, cuidados de saúde, acolhimento de crianças, educação e serviços de prestação de cuidados a idosos) como um aspeto que mais necessita de ser melhorado nas suas cidades. Na Hungria (63 %), na Finlândia (61 %), na Croácia (59 %) e na Eslováquia (58 %), cerca de seis em cada dez inquiridos nas cidades selecionam esta resposta. Em comparação, apenas cerca de um quarto dos inquiridos menciona este facto no Luxemburgo (18 %), na Bélgica (26 %) e nos Países Baixos (27 %).

A segurança e a proteção nos espaços públicos são as áreas mais bem classificadas que necessitam de melhorias entre os inquiridos que vivem em cidades da Áustria (51 %), da França (47 %), da Bélgica e da Chéquia (ambos 44 %), do Luxemburgo (43 %) e da Suécia (39 %). Na Alemanha, este aspeto ocupa o primeiro lugar, juntamente com a qualidade dos serviços públicos (ambos selecionados por 41 %). A segurança e a proteção nos espaços públicos são mencionadas por menos de um quarto dos residentes da cidade em Malta (18 %), na Croácia (19 %), na Estónia e na Eslovénia (ambos 23 %).

Nos Países Baixos, a disponibilidade de opções de transportes públicos a preços acessíveis e com boas ligações é o aspeto da sua cidade mais frequentemente citado como necessitando de melhorias (36 %). Nos outros países, a percentagem de inquiridos que selecionam esta resposta varia entre 13 % no Luxemburgo e 40 % na Lituânia.

O desenvolvimento económico e as oportunidades de negócio são citados por cerca de quatro em cada dez inquiridos que vivem em cidades da Bulgária (43 %), Croácia (42 %), Roménia (38 %) e Espanha (37 %). Em comparação, este aspeto é mencionado por menos de um quinto dos inquiridos em cidades da Chéquia e dos Países Baixos (ambos com 16 %) e da Dinamarca (19 %).

Na Bulgária (41 %), na Hungria (36 %), na Polónia (35 %) e na Roménia (33 %), pelo

menos um terço dos habitantes das cidades considera que as medidas destinadas a combater a poluição atmosférica são um aspeto que deve ser melhorado na sua cidade. Na Irlanda (8 %) e em Malta (10 %), apenas uma em cada dez pessoas responde a esta pergunta.

A Croácia destaca-se, com pouco mais de quatro em cada dez inquiridos nas cidades (42 %) a mencionar a qualidade da gestão dos resíduos, da água e das águas residuais como um aspeto que necessita de ser melhorado na sua cidade. Nos outros países, a percentagem de inquiridos nas cidades que selecionam este aspeto varia entre 6 % na Finlândia e cerca de um terço na Bulgária (32 %) e na Roménia (35 %).

Outros aspetos são citados por não mais do que cerca de um terço dos inquiridos em cidades de todos os países:

- Acesso a zonas verdes e parques: de 10 % na Eslovénia para 35 % em Chipre
- Medidas para fazer face a fenómenos meteorológicos extremos ou catástrofes naturais: de 8 % na Hungria e na Letónia para 26 % em Malta
- Acesso a actividades culturais e recreativas: de 8 % na Dinamarca e na Eslovénia para 27 % em Malta
- Qualidade das infraestruturas digitais (por exemplo, cobertura de banda larga e acesso à Internet): de 5 % no Luxemburgo para 34 % em Malta.

Eurobarómetro Flash n.º 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Q3 No local onde vive, quais dos seguintes aspetos considera que precisam de ser melhorados?

Selecione, no máximo, três aspetos. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

	Qualidade dos serviços públicos, por exemplo, cuidados de saúde, acolhimento de crianças, educação e cuidados a idosos)	Segurança e proteção nos espaços públicos	Disponibilidade de opções de transportes públicos a preços acessíveis e com boas ligações	Desenvolvimento económico e oportunidades de negócio	Medidas para combater a poluição atmosférica	Qualidade da gestão dos resíduos, da água e das águas residuais	Acesso a áreas verdes e parques	Acesso a atividades culturais e recreativas	Medidas para fazer face a fenómenos meteorológicos extremos ou catástrofes naturais	Qualidade das infraestruturas digitais (por exemplo, cobertura de banda larga e acesso à Internet)
UE27	42	36	29	29	21	19	16	13	13	12
BE	26	44	34	24	20	16	18	11	11	10
BG	51	32	22	43	41	32	15	10	15	8
CZ	40	44	20	16	21	23	22	10	13	7
DK	39	26	29	19	20	14	20	8	18	8
DE	41	41	35	32	14	8	13	9	13	23
EE	42	23	25	33	20	14	21	17	15	9
IE	50	39	37	21	8	22	14	18	12	15
EL	50	31	26	30	19	23	29	12	21	20
ES	44	28	31	37	17	19	10	17	15	13
FR	31	47	23	23	24	17	15	12	12	9
HR	59	19	28	42	23	42	19	10	15	11
IT	52	36	30	32	22	30	15	10	14	9
CY	46	34	39	31	21	21	35	13	22	7
LV	40	28	27	33	19	24	17	12	8	9
LT	46	26	40	20	26	16	17	11	13	6
LU	18	43	13	23	22	13	16	13	15	5
HU	63	36	22	31	36	18	11	14	8	7
MT	38	18	24	24	10	21	14	27	26	34
NL	27	31	36	16	22	15	15	13	12	6
AT	48	51	27	32	18	10	16	12	16	12
PL	47	28	23	27	35	27	23	14	10	8
PT	46	35	34	31	13	19	20	18	14	13
RO	53	25	19	38	33	35	21	12	10	10
SI	54	23	32	30	29	29	10	8	15	9
SK	58	38	29	27	19	19	20	19	12	7
FI	61	38	28	30	17	6	19	16	11	8
SE	34	39	37	20	13	12	16	20	10	10

Nota: As respostas «Nenhuma destas» e «Não sei» não foram apresentadas.

(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

Diferenças entre cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais nos vários países

Em vários países, os inquiridos rurais são mais propensos do que os habitantes das cidades a acreditar que a qualidade dos serviços públicos é um aspeto que precisa de ser melhorado no local onde vivem. Por exemplo, em França, 46 % dos inquiridos nas zonas rurais e nas cidades e subúrbios referem este facto, em comparação com 31 % dos inquiridos nas cidades.

Verifica-se uma tendência oposta no que respeita ao aspeto da segurança e proteção nos espaços públicos. Na maioria dos países, a percentagem de inquiridos que mencionam a segurança nos locais públicos como um aspeto que necessita de melhorias no local onde vivem é maior entre os inquiridos que vivem nas cidades do que entre os inquiridos nas cidades e subúrbios e nas zonas rurais. As maiores diferenças observam-se na Áustria (51 % nas cidades contra 27 % nas cidades e subúrbios e 12 % nas zonas rurais) e em França (47 % nas cidades contra 30 % nas cidades e subúrbios e 17 % nas zonas rurais).

Além disso, em 18 países, os habitantes das cidades são mais propensos do que os que vivem em cidades e subúrbios e os que vivem em zonas rurais a citar medidas que abordam a poluição atmosférica como um aspeto que necessita de melhorias. Por exemplo, na Bulgária, 41 % dos inquiridos que vivem em cidades respondem que é necessário melhorar as medidas para combater a poluição atmosférica; esta percentagem é de 20 % nas cidades e subúrbios da Bulgária e de 16 % nas zonas rurais do país. Do mesmo modo, em 11 países, o acesso a zonas verdes e parques é mencionado mais frequentemente pelos habitantes das cidades do que pelos inquiridos que vivem em zonas mais rurais.

Por outro lado, o desenvolvimento económico e as oportunidades de negócio são geralmente mais frequentemente citados pelos inquiridos rurais como um aspeto que necessita de melhorias. Em Itália, por exemplo, 47 % dos inquiridos das zonas rurais mencionam este facto, em comparação com 40 % nas cidades e subúrbios e 32 % nas cidades. No entanto,

observa-se a tendência oposta na Bulgária (43% dos habitantes das cidades contra 28%-33% dos outros) e na Grécia (30% dos habitantes das cidades contra 25%-18% dos outros).

Do mesmo modo, na maioria dos países, os inquiridos das zonas rurais são mais suscetíveis de dar prioridade à disponibilidade de opções de transportes públicos a preços acessíveis e com boas ligações. As maiores diferenças observam-se na Bélgica (50 % nas zonas rurais contra 39 % nas cidades e subúrbios e 34 % nas cidades), em Espanha (47 % contra 42 % e 31 %), na Croácia (45 % contra 29 % e 28 %), na Polónia (45 % contra 30 % e 23 %) e na Hungria (37 % contra 26 % e 22 %).

Diferenças sociodemográficas centradas nos cidadãos que vivem nas cidades

Os homens que vivem nas cidades (15 %) são mais propensos do que as mulheres (9 %) a citar a qualidade das infraestruturas digitais como um aspeto que precisa de ser melhorado nas suas cidades. Em contrapartida, as mulheres são mais suscetíveis de dar prioridade à qualidade dos serviços públicos (44 % contra 40 % dos homens) e ao acesso a atividades culturais e recreativas (14 % contra 11 % dos homens).

A idade também influencia as perceções dos habitantes das cidades sobre os aspetos que mais precisam de ser melhorados nas suas cidades. Os inquiridos mais velhos são mais propensos a mencionar a qualidade dos serviços públicos (35 % das pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos contra 47 % das pessoas com idade igual ou superior a 55 anos) e o desenvolvimento económico e as oportunidades de negócio (25 % das pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos contra 29 %-31% dos grupos etários mais velhos). No entanto, as pessoas com idade igual ou superior a 55 anos são menos propensas do que os inquiridos mais jovens a citar a qualidade das infraestruturas digitais (9 % contra 14 %-15 %) e o acesso a atividades culturais e recreativas (10 % contra 13 %-16 %). Os inquiridos com idade inferior a 40 anos mencionam o acesso a zonas verdes e parques com mais frequência do que os inquiridos com idade igual ou superior a 40 anos (20 %-22 % contra 11 %-14 %).

As diferenças por nível de educação tendem a ser mais pequenas. Os inquiridos nas cidades que concluíram os seus estudos com idade igual ou superior a 20 anos são mais propensos a citar a segurança nos espaços públicos como um aspeto que necessita de ser melhorado em comparação com os que concluíram os seus estudos com idade igual ou inferior a 15 anos (37 % contra 29 %). Os inquiridos com mais habilitações académicas têm também um pouco mais probabilidades de dar prioridade às medidas de poluição atmosférica do que aqueles que concluíram os

seus estudos com idades compreendidas entre os 16 e os 19 anos (22 % contra 19 %).

A percentagem de inquiridos nas cidades que mencionam a qualidade das infraestruturas digitais é mais baixa entre os que não trabalham, em comparação com todas as outras categorias profissionais (9 % contra 12 %-16 %). As medidas destinadas a combater a poluição atmosférica são mencionadas com menos frequência pelos trabalhadores manuais (14 %) do que pelos inquiridos de outras categorias profissionais (21 %-23 %).

Os habitantes das cidades que não confiam nas suas autoridades locais são mais propensos do que aqueles que o fazem a mencionar a qualidade dos serviços públicos (49% contra 38%) e a segurança nos espaços públicos (41% contra 33%) como áreas que precisam de ser melhoradas na sua cidade. As pessoas com uma imagem negativa da UE são também mais suscetíveis de citar a qualidade dos serviços públicos (47 % contra 41 % das pessoas com uma imagem positiva da UE) e a segurança pública (49 % contra 30 %); observa-se igualmente uma diferença semelhante no que diz respeito ao desenvolvimento económico e às oportunidades de negócio (32 % contra 27 %). Em contrapartida, os inquiridos com uma imagem positiva da UE são mais suscetíveis de dar prioridade a medidas destinadas a combater a poluição atmosférica (25 % contra 16 %-18 %), o acesso a atividades culturais e recreativas (15 % contra 10 %-11 %) e a qualidade das infraestruturas digitais (15 % contra 10 %) do que os inquiridos com uma imagem negativa ou neutra da UE.

2. Domínios prioritários de investimento

arrendamento de curta duração ou da limitação do número de turistas) melhoraria a acessibilidade dos preços da habitação no local onde vivem.

2.1. Ações para melhorar a acessibilidade dos preços da habitação

Os inquiridos receberam uma lista de ações para melhorar a acessibilidade dos preços da habitação e perguntaram a cada um se tal traria benefícios para o local onde vivem.

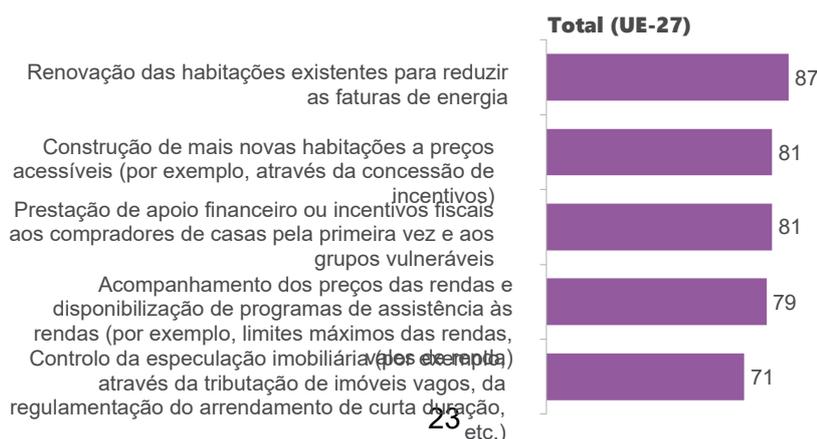
A perspetiva da UE

Em média, em toda a UE, quase nove em cada dez inquiridos (87 %) consideram que o local onde vivem beneficiaria «muito» ou «de alguma forma» da renovação das habitações existentes para diminuir as faturas de energia. Grandes maiorias consideram igualmente que o local onde vivem beneficiaria da construção de novas habitações a preços acessíveis (por exemplo, proporcionando incentivos) (81 % «beneficiam muito» ou «beneficiam um pouco»), da prestação de apoio financeiro ou de incentivos fiscais aos compradores de casas pela primeira vez e aos grupos vulneráveis (81 %) ou do acompanhamento dos preços das rendas e da prestação de programas de assistência às rendas (por exemplo, limites máximos das rendas, vales de renda) (79 %).

Cerca de sete em cada dez inquiridos (71 %) consideram que o controlo da especulação imobiliária (por exemplo, através da tributação de imóveis vagos, da regulamentação do

Q5 Para melhorar a acessibilidade dos preços da habitação, em que medida considera que o local onde vive beneficiaria das seguintes ações?

% «Beneficiar muito» ou «Beneficiar um pouco»



(%) Base:n=31 855 – **Todos os inquiridos** (cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais)

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

turistas) (38 % «beneficiam muito» e 37 % «beneficiam um pouco»).

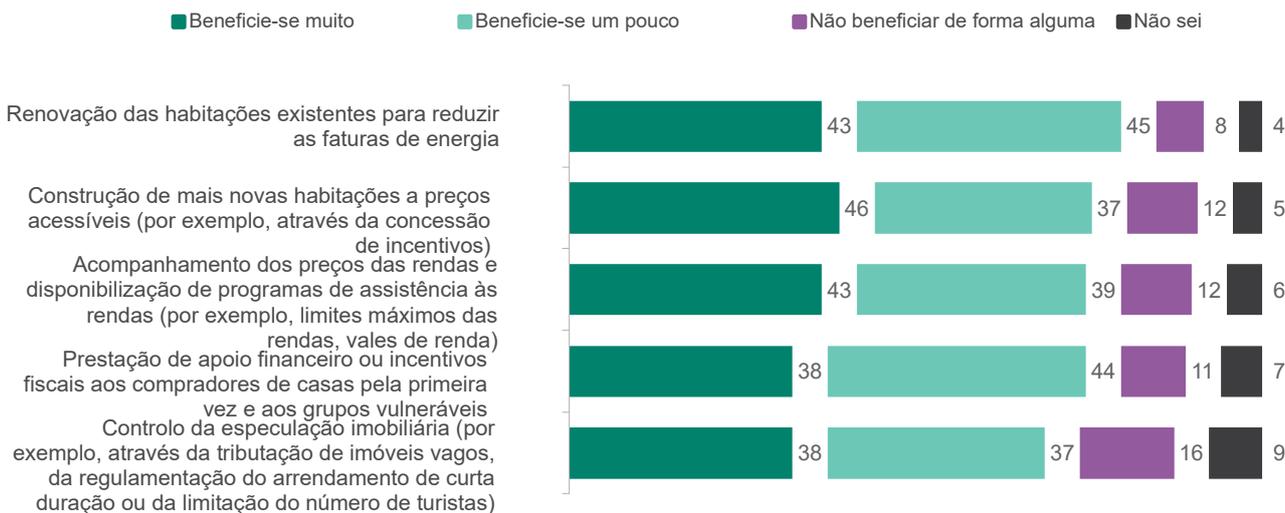
Quase nove em cada dez inquiridos que vivem em cidades (88 %) consideram que a sua cidade beneficiaria da renovação das habitações existentes para diminuir as faturas de energia (43 % «beneficiam muito» e 45 % «beneficiam um pouco»). Menos de um em cada dez (8 %) considera que a construção de novas habitações a preços acessíveis não traria quaisquer benefícios.

A maioria dos inquiridos nas cidades também considera que a acessibilidade dos preços da habitação nas suas cidades poderia ser melhorada através da construção de mais novas habitações a preços acessíveis (por exemplo, proporcionando incentivos) (46 % «beneficiar muito» e 37 % «em certa medida»), do acompanhamento dos preços das rendas e da prestação de programas de assistência às rendas (por exemplo, limites máximos das rendas, vales de renda) (43 % «beneficiar muito» e 39 % «em certa medida») e da prestação de apoio financeiro ou incentivos fiscais aos compradores pela primeira vez e aos grupos vulneráveis (38 % «beneficiar muito» e 44 % «beneficiar um pouco»).

Três quartos dos residentes da cidade (75 %) consideram que a sua cidade beneficiaria de ações de controlo da especulação imobiliária (por exemplo, através da tributação de imóveis vagos, da regulamentação do arrendamento de curta duração ou da limitação do número de

Q5 Para melhorar a acessibilidade dos preços da habitação, em que medida considera que o local onde vive beneficiaria das seguintes ações?

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades



(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

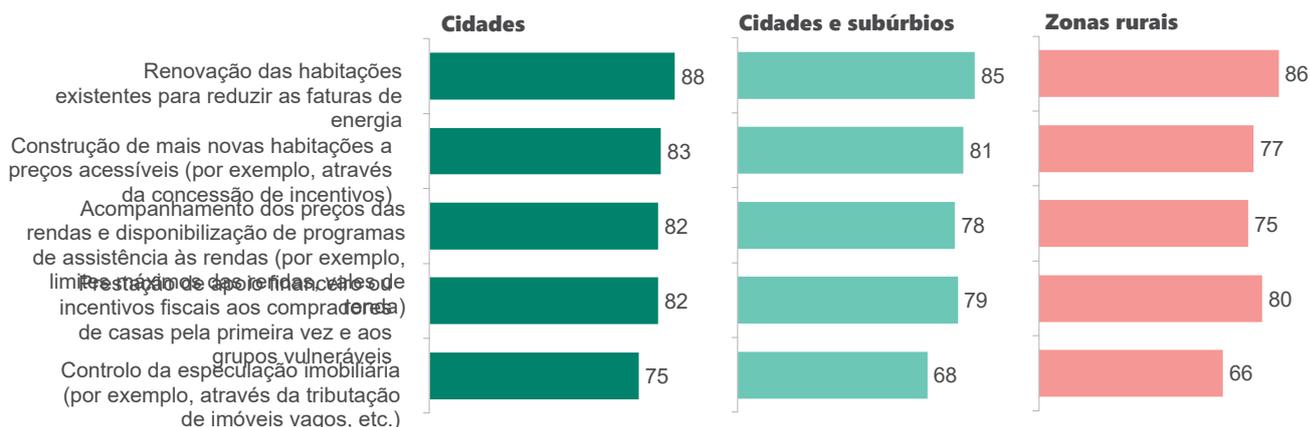
Cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais

Os inquiridos nas cidades, vilas e subúrbios e nas zonas rurais não diferem muito nas percentagens totais que esperam benefícios das várias medidas para melhorar a acessibilidade dos preços no local onde vivem. Por exemplo, nas cidades, vilas e subúrbios e nas zonas rurais, cerca de oito em cada dez inquiridos (79 %-82 %) esperam benefícios da prestação de apoio financeiro ou incentivos fiscais aos compradores pela primeira vez e aos grupos vulneráveis.

No entanto, os inquiridos nas cidades são mais propensos do que os das cidades e subúrbios e das zonas rurais a considerar que o local onde vivem beneficiaria «muito». Por exemplo, embora 46 % dos habitantes das cidades pensem que a sua cidade beneficiaria muito com a construção de novas habitações a preços acessíveis, este número diminui para 40 % para os inquiridos que vivem em cidades e subúrbios e para 34 % para os que vivem em zonas rurais.

Q5 Para melhorar a acessibilidade dos preços da habitação, em que medida considera que o local onde vive beneficiaria das seguintes ações?

% «Beneficiar muito» ou «Beneficiar um pouco»



(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades / n=11 882 – Cidades e subúrbios / n=7 975 – Zonas rurais

Resultados por país centrados nas cidades

Existe uma variação limitada entre os Estados-Membros na percentagem total de inquiridos nas cidades que esperam benefícios das várias medidas para melhorar a acessibilidade dos preços da habitação nas suas cidades. Por exemplo, entre 79 % dos habitantes das cidades na Suécia e 97 % em Malta consideram que a acessibilidade dos preços dos agregados familiares nas suas cidades seria melhorada através da renovação das habitações existentes para reduzir as faturas de energia.

No entanto, observam-se diferenças maiores nas proporções dos habitantes das cidades que pensam que a sua cidade beneficiaria «muito» das várias medidas.

Em 11 Estados-Membros, pelo menos metade dos inquiridos nas cidades considera que a renovação das habitações existentes para reduzir as faturas de energia traria muitos benefícios para a sua cidade. Globalmente, a percentagem de inquiridos que indicaram este facto varia entre não mais de um terço na Finlândia (27 %) e na Alemanha (33 %) e cerca de dois terços na Roménia (65 %) e em Chipre (67 %).

Do mesmo modo, em 12 Estados-Membros, pelo menos metade dos inquiridos que vivem em cidades considera que a sua cidade beneficiaria muito com a construção de mais novas habitações a preços acessíveis (por exemplo, proporcionando incentivos), com a percentagem mais elevada observada em Chipre (77 %). Em comparação, apenas cerca de um terço comunica o mesmo em França (28 %), na Bélgica (34 %), na Estónia e em Itália (ambos 35 %).

Em Chipre, 82 % dos habitantes das cidades consideram que a acessibilidade dos preços da habitação nas suas cidades beneficiaria muito com a prestação de apoio financeiro ou incentivos fiscais aos compradores de casas pela primeira vez e aos grupos vulneráveis. As percentagens elevadas de inquiridos também dão a mesma resposta em Portugal (64 %), na Croácia (62 %), na Lituânia, na Roménia e na Eslovénia (todos 61 %). Em França (22 %), na

Dinamarca (24 %) e na Alemanha (27 %), apenas cerca de um quarto acredita no mesmo.

A percentagem de habitantes das cidades que pensam que o acompanhamento dos preços das rendas e a prestação de programas de assistência às rendas (por exemplo, limites máximos das rendas, vales de renda) trariam muitos benefícios à sua cidade é mais elevada em Chipre (69 %), Portugal (62 %), Eslovénia (59 %) e Roménia (57 %) e mais baixa na Estónia (28 %) e na Letónia (33 %).

Portugal (58 %), Chipre (53 %), Eslovénia (52 %), Espanha (51 %) e Grécia (50 %) são os países com as percentagens mais elevadas que esperam muitos benefícios do controlo da especulação imobiliária (por exemplo, através da tributação de imóveis vagos, da regulamentação do arrendamento de curta duração ou da limitação do número de turistas). Por outro lado, a Suécia (22 %), a Finlândia (24 %) e a Estónia (27 %) apresentam as percentagens mais baixas para esta medida.

Q5 Para melhorar a acessibilidade dos preços da habitação, em que medida considera que o local onde vive beneficiaria das seguintes ações? % «Beneficiar muito» ou «Beneficiar um pouco»

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

	Renovação das habitações existentes para reduzir as faturas de energia	Construção de mais novas habitações a preços acessíveis (por exemplo, através da concessão de incentivos)	Acompanhamento dos preços das rendas e disponibilização de programas de assistência às rendas (por exemplo, limites máximos das rendas, vales de renda)	Prestação de apoio financeiro ou incentivos fiscais aos compradores de casas pela primeira vez e aos grupos vulneráveis	Controlo da especulação imobiliária (por exemplo, através da tributação de imóveis vagos, da regulamentação do arrendamento de curta duração ou da limitação do número de turistas)
UE27	88	83	82	82	75
BE	85	74	78	78	70
BG	94	80	78	89	80
CZ	86	88	81	84	75
DK	84	80	78	65	62
DE	85	85	78	73	68
EE	93	80	71	84	59
IE	91	90	87	88	81
EL	92	92	92	94	91
ES	89	87	83	88	81
FR	90	74	83	78	76
HR	94	89	90	93	84
IT	84	77	84	90	78
CY	95	95	95	98	88
LV	92	88	75	91	75
LT	89	87	77	90	79
LU	88	83	84	82	83
HU	90	84	82	84	74
MT	97	98	99	99	98
NL	90	90	85	80	76
AT	84	76	80	74	73
PL	88	84	85	81	75
PT	90	89	89	89	87
RO	93	89	84	90	79
SI	92	93	90	91	83
SK	91	87	80	86	78
FI	82	85	80	85	69
SE	79	87	81	71	61

(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

Diferenças entre os inquiridos que vivem em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais nos vários países

Na maioria dos Estados-Membros, os habitantes das cidades têm mais probabilidades do que os inquiridos que vivem em zonas rurais de pensar que o local onde vivem beneficiaria muito com a construção de mais novas habitações a preços acessíveis (por exemplo, proporcionando incentivos). As maiores diferenças podem ser observadas na Croácia (62 % contra 45 %), na Eslováquia (53 % contra 35 %), na Alemanha (47 % contra 28 %) e na Dinamarca (40 % contra 24 %).

Em vários Estados-Membros, observa-se a mesma tendência na renovação das habitações existentes para reduzir as faturas de energia. Por exemplo, na Bulgária, 62 % dos inquiridos nas cidades consideram que esta ação traria muitos benefícios ao local onde vivem, em comparação com 41 % das pessoas que vivem em zonas rurais. Do mesmo modo, na Grécia, 48 % dos habitantes das cidades partilham esta opinião, em contraste com 30 % dos inquiridos nas zonas rurais.

Do mesmo modo, em muitos Estados-Membros, é mais provável que os inquiridos que vivem em cidades do que os que vivem em zonas rurais respondam que o acompanhamento dos preços das rendas e a prestação de programas de assistência às rendas (por exemplo, limites máximos das rendas, vales de renda) trariam muitos benefícios ao local onde vivem. Esta clivagem entre zonas urbanas e rurais é mais acentuada na Croácia (53 % dos inquiridos nas cidades referem este facto, em comparação com 36 % dos inquiridos nas zonas rurais), na Áustria (49 % contra 32 %), na Hungria (41 % contra 24 %) e na Finlândia (36 % contra 20 %).

Esta divisão entre os inquiridos que vivem em cidades e zonas rurais também está presente em quase todos os países no que diz respeito à medida de controlo da especulação imobiliária (por exemplo, através da tributação de imóveis vagos, da regulamentação do arrendamento de curta duração ou da limitação do número de turistas). A título de exemplo, na Chéquia, 40 % dos inquiridos nas cidades consideram que

esta medida traria muitos benefícios ao local onde vivem, em contraste com 23 % dos inquiridos que vivem em zonas rurais.

Na Grécia (53 % contra 38 %), na Bulgária (53 % contra 36 %), na Chéquia (47 % contra 37 %), na Eslováquia (45 % contra 34 %), na Estónia (42 % contra 31 %), na Bélgica (33 % contra 21 %), na Suécia (30 % contra 21 %) e na Dinamarca (24 % contra 16 %), os inquiridos que vivem em cidades são mais propensos do que os que vivem em zonas rurais a mencionar que o local onde vivem beneficiaria muito da prestação de apoio financeiro ou de incentivos fiscais aos compradores de casas pela primeira vez e aos grupos vulneráveis. Nos Países Baixos, porém, verifica-se a tendência oposta, com 49 % dos inquiridos nas zonas rurais a referirem este facto, em contraste com 40 % dos inquiridos nas cidades e 38 % nas cidades e subúrbios.

Diferenças sociodemográficas centradas nos cidadãos que vivem nas cidades

As diferenças mais significativas entre as categorias sociodemográficas são observadas nas proporções de inquiridos que acreditam que o local onde vivem beneficiaria «muito» das ações para melhorar a acessibilidade dos preços da habitação enumeradas no inquérito.

As mulheres que vivem em cidades têm mais probabilidades do que os homens de considerar que a sua cidade beneficiaria muito com o acompanhamento dos preços das rendas e a disponibilização de programas de assistência às rendas (por exemplo, limites máximos das rendas, vales de renda) (48 % contra 38 %) e a renovação das habitações existentes para reduzir as faturas de energia (45 % contra 40 %).

Quanto mais velhos forem os inquiridos, mais provável é que indiquem que a renovação das habitações existentes para reduzir as faturas de energia beneficiaria a sua cidade (37 % das pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos contra 47 % das pessoas com idade igual ou superior a 55 anos). Observa-se uma tendência semelhante no controlo da especulação imobiliária (citada por 41 % das pessoas com idade igual ou superior a 40 anos contra 31 % das pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos).

Os habitantes das cidades que concluíram os seus estudos com 20 anos ou mais (41%) são mais propensos a responder que o controlo da especulação imobiliária (por exemplo, através da tributação de imóveis vagos, da regulamentação de arrendamentos de curta duração ou da limitação do número de turistas) beneficiaria muito a sua cidade.

Por último, os trabalhadores manuais que vivem nas cidades (29%) consideram, em menor grau do que os habitantes das cidades noutras categorias de ocupação (38%-40%), que o controlo da especulação imobiliária traria muitos benefícios à sua cidade.

2.2. Reforçar a economia local e o mercado de trabalho de trabalho

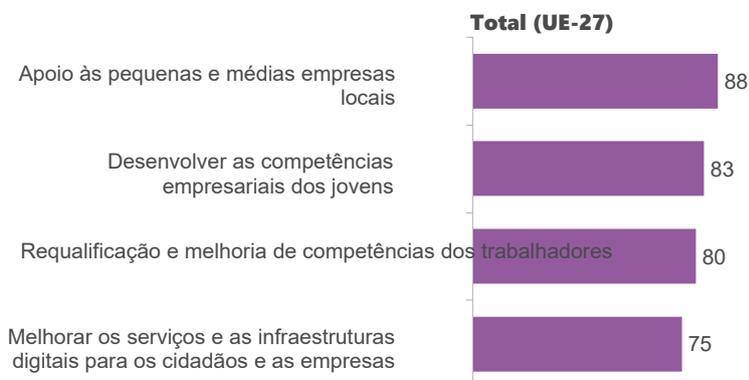
Os inquiridos foram questionados sobre quais as ações que seriam importantes para reforçar a economia local e o mercado de trabalho no local onde vivem.

A perspetiva da UE

Em média, em toda a UE, 88 % dos cidadãos respondem que, para reforçar a economia local e o mercado de trabalho no local onde vivem, será «muito» ou «bastante importante» apoiar as pequenas e médias empresas locais.

As outras três ações enumeradas no inquérito são igualmente consideradas importantes por vastas maiorias; a ação com o apoio mais baixo – mas ainda substancial – (75 % «muito» ou «bastante importante») consiste na melhoria dos serviços e infraestruturas digitais para os cidadãos e as empresas (por exemplo, acesso à Internet de banda larga, Wi-Fi, serviços digitais).

Q4 Para reforçar a economia local e o mercado de trabalho no local onde vive, em que medida considera importantes as seguintes ações? % «Muito importante» ou «Bastante importante»



(%) Base: n=31 855 – Todos os inquiridos (cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais)

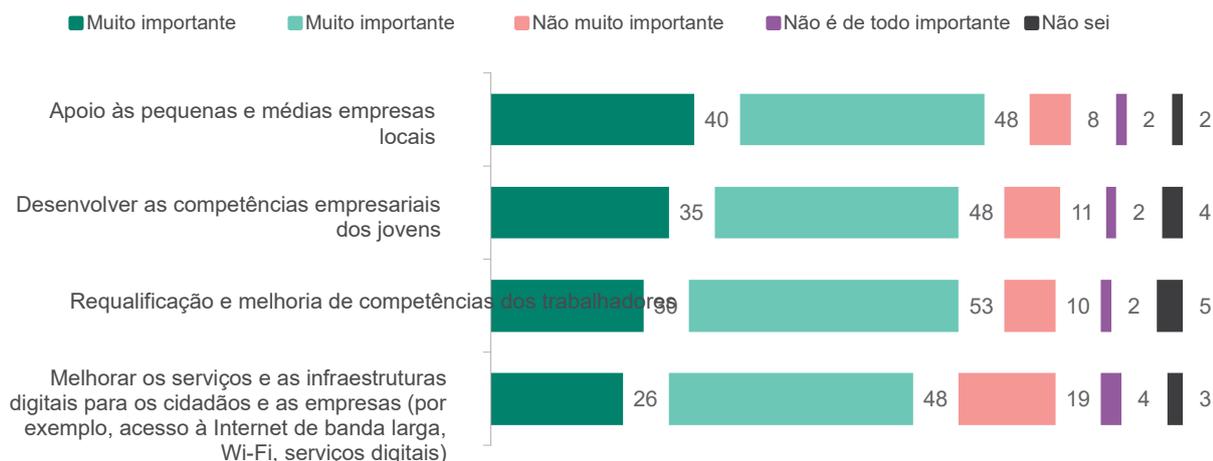
Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

Todas as ações enumeradas no inquérito recebem um elevado nível de apoio entre os inquiridos que vivem em cidades. Cerca de nove em cada dez inquiridos que vivem em cidades (88 %) consideram que apoiar as pequenas e médias empresas locais é uma ação «muito» ou «bastante importante» para reforçar a economia local e o mercado de trabalho na sua cidade. Uma percentagem ligeiramente inferior considera que seria importante desenvolver competências empresariais dos jovens (35 % «muito importante» e 48 % «bastante importante») ou requalificar e melhorar as competências dos trabalhadores (30 % «muito importante» e 53 % «bastante importante»).

Cerca de três quartos dos inquiridos nas cidades (74 %) consideram que a melhoria dos serviços e infraestruturas digitais para os cidadãos e as empresas é «muito» ou «bastante importante» para reforçar a economia local e o mercado de trabalho nas suas cidades.

Q4 Para reforçar a economia local e o mercado de trabalho no local onde vive, quão importantes são as seguintes ações?

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades



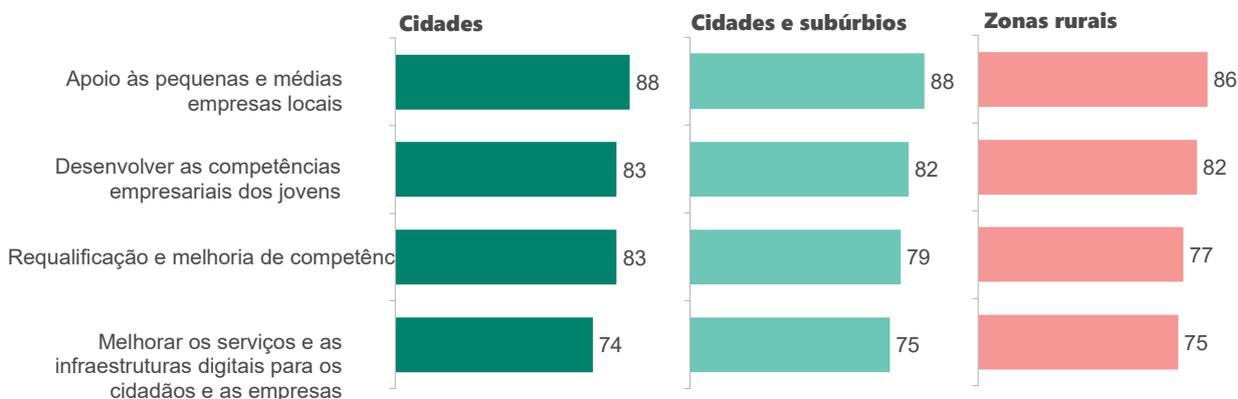
(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

Cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais

Os inquiridos que vivem nas cidades, nas vilas e subúrbios e nas zonas rurais não diferem muito na importância que atribuem às várias ações destinadas a reforçar a economia local e o mercado de trabalho no local onde vivem. Por exemplo, nas cidades, vilas e subúrbios e nas zonas rurais, pouco mais de oito em cada dez inquiridos (82 %-83 %) esperam que seja importante desenvolver as competências empresariais dos jovens. A maior diferença verifica-se na requalificação e melhoria de competências dos trabalhadores; esta medida é considerada importante por 83 % dos inquiridos que vivem em cidades, em comparação com 77 % nas zonas rurais e 79 % nas cidades e subúrbios.

Q4 Para reforçar a economia local e o mercado de trabalho no local onde vive, em que medida considera importantes as seguintes ações?

% «Muito importante» ou «Muito importante»



(%) Base: n= 11 998 – **Inquiridos residentes em cidades** / n=11 882 – **Cidades e subúrbios** / n=7 975 – **Zonas rurais**

Resultados por país centrados nas cidades

Uma percentagem quase universal dos inquiridos que vivem em cidades considera que apoiar as pequenas e médias empresas locais é uma ação importante para reforçar a economia local e o mercado de trabalho em Chipre (97 %), Malta e Portugal (ambos com 95 %), Bulgária e Letónia (ambos com 94 %). Na Estónia, por outro lado, menos de três quartos dos habitantes das cidades selecionam esta resposta (72%).

Do mesmo modo, a percentagem de inquiridos nas cidades que consideram que o desenvolvimento de competências empresariais dos jovens é uma ação importante é mais elevada em Chipre (96 %), na Bulgária (94 %), na Croácia e em Malta (ambos 93 %) e em Portugal (92 %). Em contrapartida, esta percentagem é mais baixa nos Países Baixos (70 %) e na Dinamarca (71 %).

É mais provável que a requalificação e a melhoria das competências dos trabalhadores sejam consideradas importantes em Chipre (95 %), Malta (94 %), Bulgária e Roménia (ambos 92 %), Portugal (91 %) e Itália (90 %). Na Dinamarca (63 %), nos Países Baixos (72 %) e na Suécia (74 %), menos de três quartos dos habitantes das cidades dão esta resposta.

Observa-se uma maior variação entre países no que respeita à ação de melhoria dos serviços e infraestruturas digitais para os cidadãos e as empresas (por exemplo, acesso à Internet de banda larga, Wi-Fi, serviços digitais), que é considerada importante por, pelo menos, oito em cada dez inquiridos que vivem em cidades em Malta (92 %), na Grécia (84 %), na Irlanda (83 %), na Bulgária e na Roménia (ambos com 82 %) e em Espanha (80 %), mas por menos de seis em cada dez residentes em cidades na Dinamarca (49 %) e nos Países Baixos (58 %).

Eurobarómetro Flash n.o 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Q4 Para reforçar a economia local e o mercado de trabalho no local onde vive, quão importantes são as seguintes ações? % «Muito importante» ou «Muito importante»

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

	Apoio às pequenas e médias empresas locais	Desenvolver as competências empresariais dos jovens	Requalificação e melhoria de competências dos trabalhadores	Melhorar os serviços e as infraestruturas digitais para os cidadãos e as empresas (por exemplo, acesso à Internet de banda larga, Wi-Fi, serviços digitais)
UE27	88	83	83	74
BE	86	76	79	67
BG	94	94	92	82
CZ	84	76	78	65
DK	79	71	63	49
DE	88	80	79	79
EE	72	84	83	66
IE	91	91	87	83
EL	93	91	87	84
ES	92	89	87	80
FR	85	79	79	67
HR	90	93	85	74
IT	92	91	90	79
CY	97	96	95	78
LV	94	90	87	73
LT	84	89	87	73
LU	93	81	80	74
HU	86	87	84	78
MT	95	93	94	92
NL	79	70	72	58
AT	88	84	84	66
PL	87	86	82	74
PT	95	92	91	76
RO	93	91	92	82
SI	91	88	88	76
SK	88	87	81	67
FI	84	78	86	68
SE	80	74	74	65

(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

Diferenças entre os inquiridos que vivem em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais nos vários países

Embora as perceções das ações destinadas a reforçar a economia local e o mercado de trabalho sejam bastante semelhantes para os inquiridos que vivem em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais a nível da UE, observam-se algumas diferenças em determinados países.

Apoiar as pequenas e médias empresas locais é uma ação que é mais suscetível de ser considerada importante pelos inquiridos nas cidades do que pelos inquiridos nas zonas rurais da Bulgária (94 % contra 90 %), da Grécia (93 % contra 86 %), da Itália (92 % contra 86 %), da Bélgica (86 % contra 78 %) e da França (85 % contra 79 %). Observa-se o contrário na Estónia, com 80 % dos inquiridos nas zonas rurais a comunicar este facto, em contraste com 72 % dos inquiridos nas cidades.

Os habitantes das cidades são mais propensos do que os inquiridos que vivem em zonas rurais a considerar que o desenvolvimento de competências empresariais dos jovens é importante para a sua economia local na Grécia (91 % contra 85 %), na Letónia (90 % contra 83 %), na Eslováquia (87 % contra 81 %) e em França (79 % contra 72 %). Esta tendência inverteu-se na Estónia (90 % dos inquiridos nas zonas rurais contra 84 % dos habitantes das cidades), na Finlândia (87 % contra 78 %) e nos Países Baixos (79 % contra 70 %).

Na Áustria (84 % contra 68 %-74%), na Alemanha (79 % contra 66 %-73%), em França (79 % contra 67 %-74%) e na Bélgica (79 % contra 67 %-73%), os inquiridos nas cidades são mais propensos do que os inquiridos que vivem em cidades e subúrbios e em zonas rurais a considerar a requalificação e a melhoria das competências dos trabalhadores uma ação importante para reforçar a sua economia local.

Em vários países, os inquiridos que vivem em zonas rurais têm mais probabilidades do que os que vivem em cidades de responder que a melhoria dos serviços e infraestruturas digitais para os cidadãos e as empresas (por exemplo,

acesso à Internet de banda larga, Wi-Fi, serviços digitais) é importante para reforçar a economia local. É o caso da Irlanda (93 % contra 83 %), da Croácia (85 % contra 75 %), de Portugal (85 % contra 76 %), da Polónia (83 % contra 73 %), da Estónia (78 % contra 66 %), da Áustria (75 % contra 66 %) e dos Países Baixos (69 % contra 58 %).

Diferenças sociodemográficas centradas nos cidadãos que vivem nas cidades

Habitantes da cidade de diferentes idades percebem algumas das ações para fortalecer a economia local de sua cidade de uma forma diferente. Por exemplo, os habitantes das cidades com idade igual ou superior a 40 anos são um pouco mais propensos do que os seus homólogos mais jovens a considerar importante apoiar as pequenas e médias empresas locais (90%-91% contra 85%).

A educação é também um fator relevante na forma como os inquiridos nas cidades percebem algumas destas ações. Os inquiridos nas cidades que concluíram os seus estudos com idade igual ou inferior a 15 anos são menos propensos do que os que concluíram os seus estudos numa idade mais avançada a pensar que é importante apoiar as empresas locais e médias (81% contra 89%-90%); é também menos provável que pensem o mesmo sobre a requalificação e a melhoria de competências dos trabalhadores (78 % contra 83 %-84%).

Os inquiridos independentes que vivem em cidades (88 %) têm mais probabilidades do que os trabalhadores manuais que vivem em cidades (81 %) de considerar importante desenvolver as competências empresariais dos jovens para reforçar a sua economia local e o seu mercado de trabalho. Surge a tendência oposta para melhorar os serviços e as infraestruturas digitais para os cidadãos e as empresas, que é mais suscetível de ser considerada importante pelos trabalhadores por conta de outrem e pelos trabalhadores manuais que vivem nas cidades (ambos 76 %) do que pelos inquiridos independentes que vivem nas cidades (70 %).

Os habitantes das cidades que confiam nas suas autoridades locais ou têm uma imagem positiva da UE são geralmente mais suscetíveis de considerar importantes todas as ações enumeradas para reforçar a economia do local onde vivem.

2.3. Ações para reforçar a inclusão social

Foi perguntado aos inquiridos quais das nove áreas de investimento devem ser prioritárias para reforçar a inclusão social no local onde vivem.

A perspetiva da UE

Em média, em toda a UE, 38 % dos cidadãos selecionam melhores opções de habitação para as pessoas necessitadas (por exemplo, agregados familiares com baixos rendimentos ou grupos vulneráveis), 36 % têm acesso a cuidados de saúde e 34 % ajudam a encontrar emprego e acesso ao trabalho como áreas de investimento para reforçar a inclusão social onde vivem. Três em cada dez inquiridos em toda a UE (30 %) referem o acesso a cuidados de saúde para as pessoas que dependem de outros para obter ajuda como uma medida prioritária no local onde vivem.

Menos inquiridos mencionam: tornar os locais públicos mais inclusivos para todos (incluindo os jovens, os idosos, as mulheres, as pessoas com deficiência e as pessoas LGBTIQ) (21 %), o acesso aos serviços sociais (por exemplo, aconselhamento, apoio em situações de crise) (20 %), o acesso à educação e acolhimento na primeira infância (desde o nascimento até à idade da escolaridade obrigatória) (20 %), as

oportunidades de desfrutar da cultura, participar em atividades comunitárias e participar na vida cívica (19 %), o acesso às escolas e à formação (18 %).

Q6 Para reforçar a inclusão social no local onde vive, que domínios de investimento considera que devem ser considerados prioritários? Selecione até três áreas. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]



(%) Base:n=31 855 – **Todos os inquiridos** (cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais)

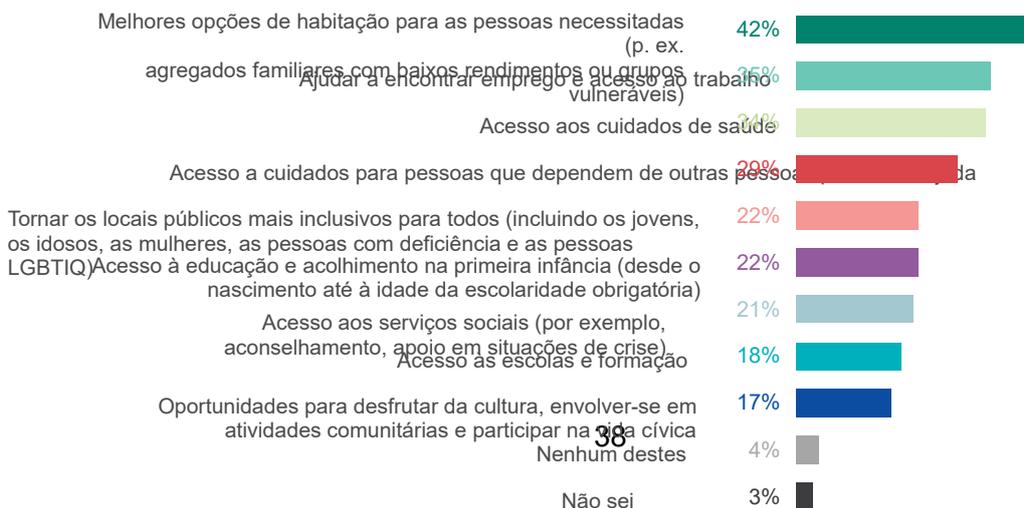
Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

O domínio de investimento para reforçar a inclusão social mais selecionado pelos inquiridos que vivem em cidades é a melhoria das opções de habitação para as pessoas necessitadas (42 %). Segue-se a ajuda à procura de emprego e o acesso ao trabalho (35%) e o acesso aos cuidados de saúde (34%), cada um mencionado por cerca de um terço dos residentes da cidade, e o acesso aos cuidados para as pessoas que dependem de outros para obter ajuda, citado por cerca de três em cada dez (29%).

Tornar os locais públicos mais inclusivos para todos (incluindo os jovens, os idosos, as mulheres, as pessoas com deficiência e as pessoas LGBTIQ) (22 %), o acesso à educação e acolhimento na primeira infância (desde o nascimento até à idade do ensino primário obrigatório) (22 %), o acesso a serviços sociais (por exemplo, aconselhamento, apoio em situações de crise) (21 %) e o acesso a escolas e formação (18 %) são citados por cerca de um em cada cinco residentes da cidade. Por último, 17 % consideram as oportunidades de desfrutar da cultura, participar em atividades comunitárias e participar na vida cívica uma área de investimento prioritária.

Q6 Para reforçar a inclusão social no local onde vive, que domínios de investimento considera que devem ser considerados prioritários? Selecione até três áreas. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]

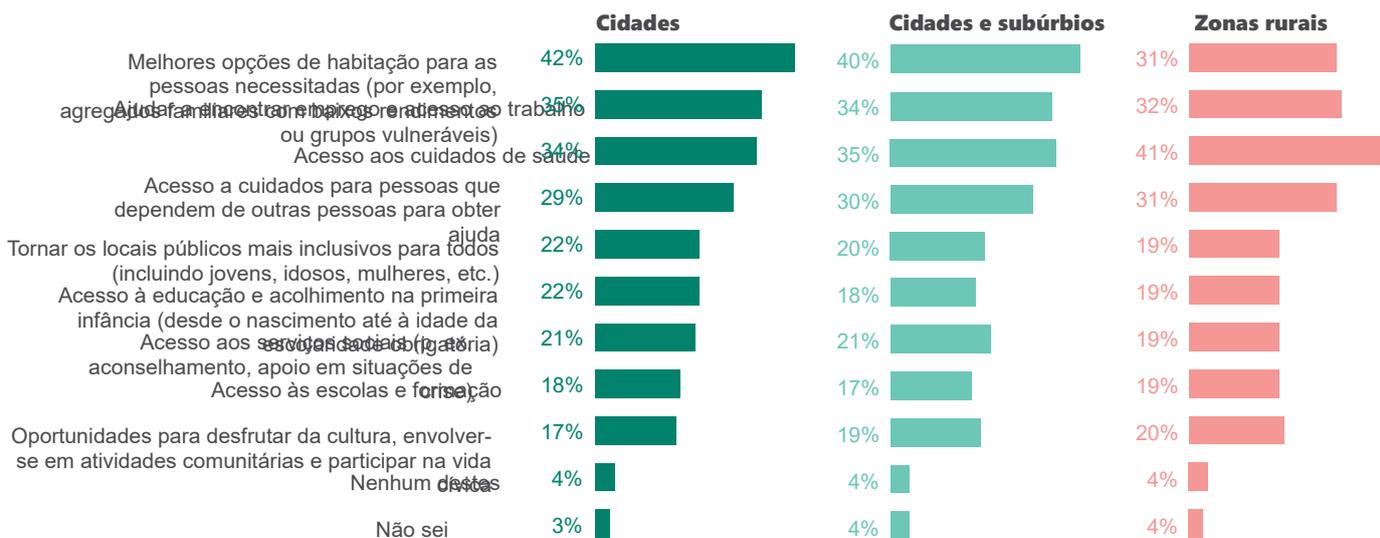
Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades



Cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais

Uma percentagem mais elevada de inquiridos que vivem em cidades (42 %) e em vilas e subúrbios (40 %) enumera as melhores opções de habitação para as pessoas necessitadas como uma área de investimento, em comparação com as pessoas que vivem em zonas rurais (31 %). Em contrapartida, os inquiridos das zonas rurais (41 %) são mais propensos do que os das cidades (34 %) e das cidades e subúrbios (35 %) a citar o acesso aos cuidados de saúde como uma área de investimento para reforçar a inclusão social no local onde vivem.

Q6 Para reforçar a inclusão social no local onde vive, que domínios de investimento considera que devem ser considerados prioritários? Selecione até três áreas. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]



(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades / n=11 882 – Cidades e subúrbios / n=7 975 – Zonas rurais

Resultados por país centrados nas cidades

Em 16 Estados-Membros, a melhoria das opções de habitação para as pessoas necessitadas (por exemplo, agregados familiares com baixos rendimentos ou grupos vulneráveis) é o domínio de investimento (conjunto) mais bem classificado para reforçar a inclusão social dos inquiridos que vivem em cidades. Em Chipre (64 %), na Croácia (55 %), na Irlanda (54 %), nos Países Baixos (53 %), na Hungria e no Luxemburgo (ambos 52 %), em Portugal e em Espanha (ambos 51 %), a maioria dos habitantes das cidades cita esta área de investimento. Em comparação, cerca de um terço dá a mesma resposta na Roménia (32 %), na Áustria e na Bulgária (ambos com 34 %).

A ajuda na procura de emprego e no acesso ao trabalho é mais elevada em Itália (45 %), na Bulgária e na Roménia (ambos com 44 %). Em Espanha (48 %), Chipre (44 %), Croácia (41 %) e Grécia (40 %), pelo menos quatro em cada dez inquiridos que vivem em cidades consideram que encontrar emprego e acesso ao trabalho é uma área prioritária de investimento (embora a área não seja a mais bem classificada nestes países). No entanto, apenas um quarto dos inquiridos reporta o mesmo em Malta e na Áustria (ambos com 22 %), nos Países Baixos (23 %), na Alemanha e na Eslováquia (ambos com 24 %) e na Lituânia (25 %).

O acesso aos cuidados de saúde é o domínio de investimento (conjunto) mais mencionado em nove Estados-Membros. No entanto, a Hungria (63 %) é o único país onde mais de metade dos inquiridos que vivem em cidades mencionam esta área. Nos outros Estados-Membros, a percentagem que seleciona esta área varia entre menos de um em cada cinco em Malta (12 %), no Luxemburgo (13 %) e nos Países Baixos (17 %) e perto de metade na Finlândia (47 %).

A percentagem de inquiridos que selecionam o acesso a cuidados de saúde para pessoas que dependem de outros como domínio prioritário de investimento varia entre cerca de um em cada cinco habitantes das cidades no Luxemburgo (20 %) e na Suécia (21 %) e cerca

de quatro em cada dez em Chipre e na Croácia (ambos 39 %), na Finlândia (40 %) e na Eslovénia (41 %).

Em Malta, cerca de um terço dos inquiridos nas cidades (34 %) considera que tornar os espaços públicos mais inclusivos para todos (incluindo os jovens, os idosos, as mulheres, as pessoas com deficiência e as pessoas LGBTIQ) é um domínio prioritário de investimento para reforçar a inclusão social na sua cidade. Em contrapartida, menos de metade seleciona esta resposta na Chéquia (12 %), na Hungria (13 %), na Dinamarca (15 %), na Estónia e na Eslovénia (16 %).

Na Bulgária (32 %), em Malta (31 %), na Grécia e na Roménia (ambos com 28 %), cerca de três em cada dez inquiridos nas cidades consideram que o acesso à educação e acolhimento na primeira infância (desde o nascimento até à idade do ensino primário obrigatório) é um domínio prioritário de investimento. Não mais de um em cada sete inquiridos pensa o mesmo na Hungria (12 %), na Dinamarca (13 %) e na Eslovénia (14 %).

A Finlândia (36 %) é o país com a percentagem mais elevada de seleção do acesso aos serviços sociais (por exemplo, aconselhamento, apoio em situações de crise). Em contrapartida, não mais do que cerca de um em cada sete habitantes das cidades pensa o mesmo em Chipre (14 %), França e Suécia (15 %).

Em todos os Estados-Membros, menos de três em cada dez inquiridos que vivem em cidades mencionam o acesso às escolas e à formação como uma área prioritária de investimento (de 12 % nos Países Baixos e em Espanha para 29 % na Roménia).

As oportunidades para desfrutar da cultura, participar em atividades comunitárias e participar na vida cívica são as mais elevadas em Malta, com cerca de quatro em cada dez inquiridos nas cidades (38 %) a citar esta área de investimento. Nos outros Estados-Membros, a percentagem de habitantes das cidades que selecionam esta resposta varia entre 11 % na Chéquia e na Hungria e 25 % na Suécia.

Eurobarómetro Flash n.o 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Q6 Para reforçar a inclusão social no local onde vive, que domínios de investimento considera que devem ser considerados prioritários? Selecione até três áreas. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

	Melhores opções de habitação para as pessoas necessitadas (por exemplo, agregados familiares com baixos rendimentos ou grupos vulneráveis)	Ajudar a encontrar emprego e acesso ao trabalho	Acesso aos cuidados de saúde	Acesso a cuidados para pessoas que dependem de outras pessoas para obter ajuda	Tornar os locais públicos mais inclusivos para todos (incluindo os jovens, os idosos, as mulheres, as pessoas com deficiência e as pessoas LGBTIQ)	Acesso à educação e acolhimento na primeira infância (desde o nascimento até à idade da escolaridade obrigatória)	Acesso aos serviços sociais (por exemplo, aconselhamento, apoio em situações de crise)	Acesso às escolas e formação	Oportunidades para desfrutar da cultura, envolver-se em atividades comunitárias e participar na vida cívica
UE27	42	35	34	29	22	22	21	18	17
BE	40	31	29	25	19	21	20	16	17
BG	34	44	42	30	21	32	25	23	14
CZ	38	31	37	34	12	19	18	22	11
DK	38	29	26	32	15	13	23	18	15
DE	43	24	27	31	26	22	21	25	16
EE	42	37	42	38	16	24	21	20	17
IE	54	27	39	27	26	22	27	17	23
EL	45	40	30	30	28	28	20	17	23
ES	51	48	28	27	23	20	24	12	16
FR	35	30	40	25	21	23	15	19	16
HR	55	41	39	39	21	19	26	19	13
IT	36	45	39	25	25	23	19	18	21
CY	64	44	27	39	20	27	14	16	23
LV	35	27	45	36	22	24	21	13	14
LT	38	25	44	33	20	21	27	18	17
LU	52	34	13	20	17	22	21	19	23
HU	52	36	63	28	13	12	21	24	11
MT	36	22	12	24	34	31	26	13	38
NL	53	23	17	28	25	16	24	12	20
AT	34	22	36	34	21	26	22	23	16
PL	41	33	45	34	18	20	25	15	14
PT	51	37	39	33	19	24	23	16	20
RO	32	44	41	27	20	28	22	29	17
SI	44	26	44	41	16	14	30	14	15
SK	48	24	43	38	18	26	28	16	15
FI	42	31	47	40	17	18	36	14	15
SE	39	38	24	21	23	16	15	17	25

(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

Diferenças entre os inquiridos que vivem em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais nos vários países

Na maioria dos Estados-Membros, é mais provável que as melhores opções de habitação para as pessoas necessitadas (por exemplo, agregados familiares com baixos rendimentos ou grupos vulneráveis) sejam mencionadas como um domínio prioritário de investimento para reforçar a inclusão social no local onde vivem pelos inquiridos que vivem em cidades do que pelos inquiridos que vivem em zonas rurais. As maiores diferenças observam-se na Grécia (45 % das cidades contra 29 % das zonas rurais) e na Alemanha (43 % contra 27 %). A tendência oposta é observada na Eslovénia, onde os inquiridos que vivem em zonas rurais (54 %) são mais propensos a selecionar esta zona do que os que vivem em cidades (44 %).

É mais provável que o acesso aos cuidados de saúde seja mencionado como um domínio prioritário de investimento pelos inquiridos que vivem em cidades e subúrbios e em zonas rurais do que pelos inquiridos que vivem em cidades na Chéquia (44 %-46 % contra 37 %), na Alemanha (33 %-40 % contra 27 %) e na Suécia (31 %-32 % contra 24 %). Em França, os inquiridos que vivem em zonas rurais (52%) estão mais inclinados a mencionar esta área de investimento do que os que vivem em cidades e subúrbios (45%) e em cidades (40%). Em alguns países, uma imagem diferente surge com os residentes da cidade sendo mais propensos do que os rurais a selecionar esta resposta. É o caso, por exemplo, da Hungria (63 % dos inquiridos nas cidades e 58 % nas cidades dos subúrbios referem este facto, contra 38 % dos inquiridos nas zonas rurais), da Bulgária (42 % nas cidades, 29 % nas cidades dos subúrbios e 23 % nas zonas rurais) e da Grécia (30 % nas cidades, 20 % nos subúrbios e 18 % nas zonas rurais).

Em vários países, os inquiridos nas cidades, vilas e subúrbios e nas zonas rurais têm uma perceção diferente de se a ajuda na procura de emprego e no acesso ao trabalho deve ser considerada uma área prioritária de investimento. Na Bulgária (44 % contra 32 %), na Grécia (40 % contra 30 %), em Portugal (37

% contra 29 %), na Alemanha (24 % contra 18 %) e nos Países Baixos (23 % contra 16 %), é mais provável que os habitantes das cidades pensem assim do que os inquiridos que vivem em zonas rurais. No entanto, o oposto aplica-se à Hungria (48 % nas zonas rurais contra 36 % nas cidades), à Lituânia (39 % contra 25 %), à Eslováquia (39 % contra 24 %), à Letónia (38 % contra 27 %) e à Eslovénia (35 % contra 27 %).

Diferenças sociodemográficas centradas nos cidadãos que vivem nas cidades

As mulheres que vivem em cidades são mais propensas do que os homens que vivem em cidades a mencionar melhores opções de habitação para as pessoas necessitadas (por exemplo, agregados familiares com baixos rendimentos ou grupos vulneráveis) (44 % contra 40 %), acesso a cuidados de saúde (37 % contra 31 %) e acesso a cuidados para as pessoas que dependem de outros para obter ajuda (32 % contra 26 %) como área de investimento para reforçar a inclusão social na sua cidade. Surge a tendência oposta de oportunidades para desfrutar da cultura, participar em atividades comunitárias e participar na vida cívica, que é um pouco mais provável de ser mencionada pelos homens que vivem nas cidades (19 %) do que pelas mulheres que vivem nas cidades (15 %).

Os habitantes das cidades com idade igual ou superior a 40 anos são mais propensos do que os seus homólogos mais jovens a selecionar o acesso aos cuidados de saúde (35%-38% vs 28%-30%) e o acesso aos cuidados para as pessoas que dependem de outros para obter ajuda (28%-37% vs 20%-22%) como áreas de investimento. Por outro lado, os inquiridos que vivem em cidades com menos de 40 anos são mais propensos do que os inquiridos mais velhos a mencionar oportunidades para desfrutar da cultura, participar em atividades comunitárias e participar na vida cívica (22%-23% contra 14%) e no acesso a escolas e formação (22%-26% contra 14%-18%).

A percentagem de habitantes das cidades que mencionam o acesso a cuidados para as pessoas que dependem de outras pessoas para obter ajuda é mais elevada entre os inquiridos que concluíram os seus estudos com idade igual ou inferior a 15 anos (40 %), em comparação com os inquiridos mais qualificados (28 %-30 %).

Os inquiridos que vivem em cidades que não trabalham (47%) têm mais probabilidades do que os inquiridos em cidades de outras categorias profissionais (35%-41%) de considerar melhores opções de habitação para

as pessoas necessitadas como uma área prioritária de investimento. Eles também são mais propensos do que os funcionários e trabalhadores manuais que vivem nas cidades a mencionar o acesso a cuidados para pessoas que dependem de outros para obter ajuda (33% vs 25%-27%). O acesso aos cuidados de saúde é menos frequentemente mencionado pelos trabalhadores manuais que vivem nas cidades (25%) do que pelos inquiridos nas cidades de outras categorias profissionais (34%-36%).

Os habitantes das cidades que têm uma imagem negativa da UE são mais propensos do que aqueles que têm uma imagem positiva a considerar o acesso aos cuidados de saúde uma área prioritária de investimento (41 % contra 32 %-33%). No entanto, é menos provável que citem a possibilidade de tornar os locais públicos mais inclusivos para todos (16 % contra 26 %), o acesso aos serviços sociais (18 % contra 24 %) e as oportunidades de desfrutar da cultura, participar em atividades comunitárias e participar na vida cívica (13 % contra 20 %).

2.4. Investimento na melhoria da mobilidade

Os inquiridos foram questionados sobre os domínios em que os investimentos são mais necessários para melhorar a mobilidade no local onde vivem. Foi-lhes fornecida uma lista de sete medidas.

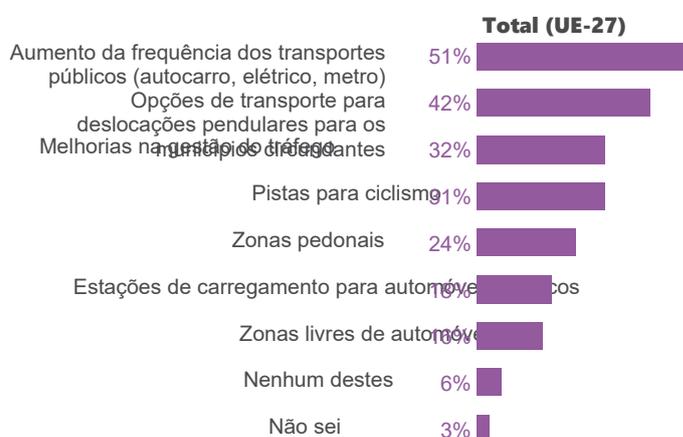
A perspetiva da UE

Em média, em toda a UE, cerca de metade dos cidadãos (51 %) selecionam o aumento da frequência dos transportes públicos (autocarro, elétrico, metro) como uma área de investimento para melhorar a mobilidade onde vivem. Pouco mais de quatro em cada dez (42%) dizem o mesmo sobre as opções de transporte para as deslocações pendulares para os municípios circundantes. As melhorias na gestão do tráfego (32 %) e nas ciclovias (31 %) são selecionadas por pouco mais de três em cada dez inquiridos em toda a UE.

Cerca de um quarto dos inquiridos (24%) citam as zonas pedonais como uma área de investimento para melhorar a mobilidade na sua cidade.

Menos de um em cada cinco inquiridos em toda a UE menciona estações de carregamento para automóveis elétricos (18 %) ou zonas francas (16 %).

Q9 Para melhorar a mobilidade no local onde vive, em que domínios considera que os investimentos são mais necessários? Selecione até três áreas. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]



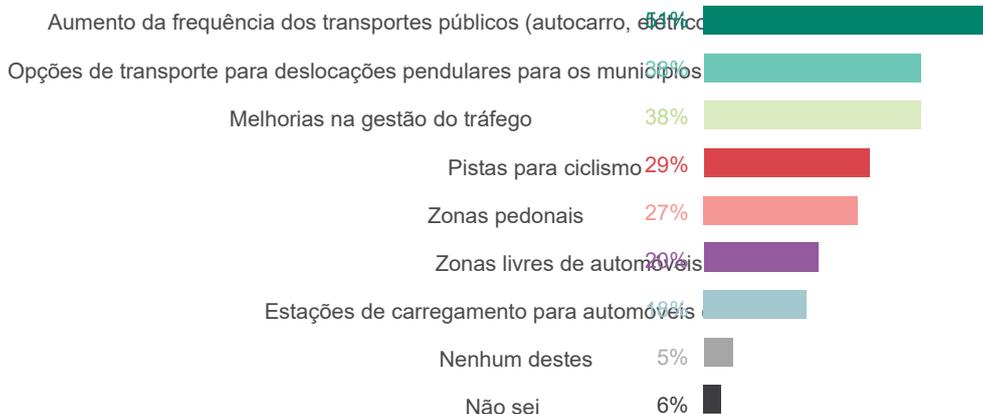
Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

O aumento da frequência dos transportes públicos (autocarro, elétrico, metro) é a área mais mencionada pelos inquiridos que vivem em cidades (51 %). Seguem-se as opções de transporte para as deslocações pendulares para os municípios circundantes (38%) e melhorias na gestão do tráfego (38%).

As pistas de ciclismo (29%) e as zonas pedonais (27%) são mencionadas por mais de um quarto dos inquiridos que vivem em cidades. Menos inquiridos selecionam zonas livres de automóveis (20 %) e estações de carregamento para automóveis elétricos (18 %) como áreas de investimento para melhorar a mobilidade na sua cidade.

Q9 Para melhorar a mobilidade no local onde vive, em que domínios considera que os investimentos são mais necessários? Seleccione até três áreas.
[RESPOSTAS MÚLTIPLAS]

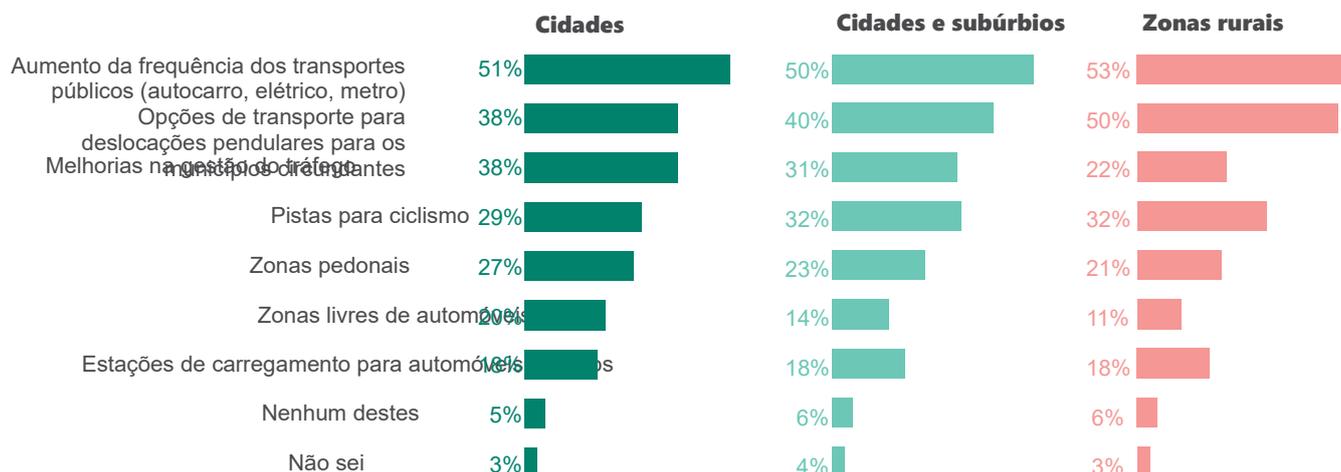
Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades



Cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais

Os inquiridos que vivem em zonas rurais (50 %) são mais suscetíveis de mencionar que os investimentos são mais necessários em opções de transporte para as deslocações pendulares para os municípios circundantes, em comparação com os que vivem em cidades e subúrbios (40 %) ou cidades (38 %). Em contrapartida, os inquiridos que vivem em cidades são mais propensos do que os inquiridos que vivem em cidades e subúrbios e em zonas rurais a mencionar como domínios prioritários de investimento: melhorias na gestão do tráfego (38 % vs. 22 %-31%), zonas pedonais (27 % vs. 21 %-23%) e zonas livres de automóveis (20 % vs. 11 %-14%).

Q9 Para melhorar a mobilidade no local onde vive, em que domínios considera que os investimentos são mais necessários? Selecione até três áreas. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]



(%) Base: n=11 998 – **Inquiridos residentes em cidades** / n=11 882 – **Cidades e subúrbios** / n=7 975 – **Zonas rurais**

Resultados por país centrados nas cidades

Em 23 Estados-Membros, a maior parte dos habitantes das cidades menciona o aumento da frequência dos transportes públicos (autocarro, elétrico, metro) como uma área em que os investimentos são mais necessários para melhorar a mobilidade nas suas cidades. Em Portugal (63 %), na Croácia (62 %), na Irlanda (61 %), na Grécia e em Itália (ambos com 60 %), pelo menos seis em cada dez inquiridos que vivem em cidades selecionam esta resposta, em contraste com menos de quatro em cada dez inquiridos no Luxemburgo (34 %) e na Chéquia (37 %).

Cerca de metade dos inquiridos que vivem em cidades mencionam opções de transporte para deslocações pendulares para municípios vizinhos em Chipre (50 %) e Espanha (48 %); esta percentagem diminui para menos de três em cada dez nos Países Baixos (23 %), na Dinamarca (26 %) e na Suécia (28 %).

As melhorias na gestão do tráfego são a resposta de topo na Bulgária (55 %), no Luxemburgo (52 %), na Roménia (48 %) e na Lituânia (47 %). Esta resposta é igualmente selecionada por, pelo menos, metade dos habitantes das cidades de Chipre (55 %), Croácia (53 %), Irlanda (51 %) e Itália (50 %). Em comparação, menos de três em cada dez inquiridos em cidades da Polónia e da Suécia (ambos com 26 %), da Dinamarca (27 %), da Letónia (28 %) e da Eslováquia (29 %) selecionam esta resposta.

Cerca de quatro em cada dez habitantes das cidades na Eslovénia (39 %) indicam que, para melhorar a mobilidade na sua cidade, são mais necessários investimentos para criar mais ciclovias, ao passo que cerca de metade dos inquiridos referem o mesmo em Portugal e Espanha (ambos 21 %) e na Irlanda (22 %).

Na Estónia (41 %) e em Chipre (40 %), cerca de quatro em cada dez inquiridos que vivem em cidades mencionam as zonas pedonais como uma das áreas de investimento mais necessárias. A Áustria (18 %), o Luxemburgo (19 %), a Bélgica e Malta (ambos com 20 %), a Alemanha e os Países Baixos (ambos com 21 %) são os países com as percentagens mais

baixas de inquiridos que responderam a esta pergunta.

Em todos os Estados-Membros, menos de um terço dos inquiridos que vivem em cidades cita estações de carregamento para automóveis elétricos (de 14 % na Lituânia para 32 % na Croácia e na Eslováquia) e menos de um quarto seleciona zonas sem automóveis (de 7 % na Estónia para 24 % no Luxemburgo e em Malta) como zonas onde são necessários investimentos para melhorar a mobilidade nas suas cidades.

Eurobarómetro Flash n.o 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Q9 Para melhorar a mobilidade no local onde vive, em que domínios considera que os investimentos são mais necessários? Seleccione até três áreas. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

	Aumento da frequência dos transportes públicos (autocarro, elétrico, metro)	Opções de transporte para deslocações pendulares para os municípios circundantes	Melhorias na gestão do tráfego	Pistas para ciclismo	Zonas pedonais	Zonas livres de automóveis	Estações de carregamento para automóveis elétricos
UE27	51	38	38	29	27	20	18
BE	48	31	42	37	20	18	13
BG	54	38	55	26	37	29	15
CZ	37	33	30	29	29	29	9
DK	41	26	27	34	23	17	18
DE	50	33	38	34	21	18	19
EE	48	34	47	31	41	21	7
IE	61	42	51	22	30	19	21
EL	60	44	47	25	35	31	20
ES	59	48	31	21	28	19	21
FR	47	40	38	29	25	15	20
HR	62	37	53	32	35	32	10
IT	60	37	50	29	29	19	17
CY	59	50	55	36	40	16	10
LV	45	31	28	23	34	24	13
LT	46	41	47	28	31	14	11
LU	34	31	52	33	19	22	24
HU	53	39	33	32	29	28	14
MT	52	45	39	30	20	26	24
NL	42	23	31	31	21	20	15
AT	47	33	42	24	18	25	18
PL	45	43	26	34	28	23	16
PT	63	36	46	21	32	22	17
RO	46	34	48	33	35	28	18
SI	54	32	40	39	24	22	15
SK	48	38	29	36	37	32	8
FI	46	37	30	29	29	21	16
SE	43	28	26	30	29	20	21

As respostas «Nenhuma destas» e «Não sei» não foram apresentadas.

(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

Diferenças entre os inquiridos que vivem em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais nos vários países

Na maioria dos países, surge um padrão claro, sendo mais provável que os inquiridos que vivem em zonas rurais do que os que vivem em cidades ou em vilas e subúrbios acreditem que, para melhorar a mobilidade no local onde vivem, são necessários investimentos em opções de transporte para as deslocações pendulares para os municípios circundantes. Esta tendência é mais acentuada em França (57 % contra 40 %-48%), na Bélgica (51 % contra 29 %-31%), na Croácia (57 % contra 37 %-42%) e na Roménia (57 % contra 34 %-46%).

A maioria dos países revela uma maior tendência para os inquiridos que vivem em cidades mencionarem as melhorias na gestão do tráfego como uma área prioritária para o investimento, em comparação com os que vivem em zonas mais rurais. A diferença na percentagem de inquiridos que mencionam esta área é de, pelo menos, 20 pontos percentuais, comparando os habitantes das cidades com os residentes rurais na Croácia (53 % nas cidades contra 28 % nas zonas rurais), em Itália (50 % contra 21 %), na Roménia (48 % contra 27 %), na Lituânia (47 % contra 21 %), na Estónia (47 % contra 26 %), em Portugal (46 % contra 22 %), na Bélgica (42 % contra 21 %), em França (38 % contra 17 %) e na Hungria (33 % contra 12 %).

Observam-se outras diferenças importantes entre os níveis de urbanização em alguns países no que diz respeito às seguintes áreas: zonas pedonais e zonas livres de automóveis. Por exemplo, na Alemanha, os inquiridos que vivem em cidades são mais propensos do que os que vivem em zonas rurais a mencionar zonas pedonais (21 % contra 6 %) e zonas sem automóveis (18 % contra 7 %).

Diferenças sociodemográficas centradas nos cidadãos que vivem nas cidades

as zonas livres de automóveis (23 % contra 16 %).

As mulheres que vivem nas cidades (41 %) têm mais probabilidades do que os homens nas cidades (34 %) de responder que as opções de transporte para as deslocações pendulares para os municípios circundantes são um domínio de investimento prioritário para melhorar a mobilidade na sua cidade. Por outro lado, os homens que vivem nas cidades estão mais inclinados a mencionar as ciclovias (31 % contra 27 % das mulheres) e as estações de carregamento para automóveis elétricos (22 % contra 14 %).

Algumas variações também podem ser observadas entre os grupos etários. Por exemplo, os habitantes das cidades com idade igual ou superior a 55 anos são menos propensos do que os seus homólogos mais jovens (26% contra 30%-32%) a citar as ciclovias como uma área prioritária de investimento.

Os habitantes das cidades com diferentes níveis de educação não diferem muito na forma como percebem quais as áreas de investimento mais necessárias. A única exceção são as melhorias na gestão do tráfego, que é um domínio mais suscetível de ser mencionado pelos inquiridos que concluíram os seus estudos com idade igual ou superior a 16 anos (39%) do que pelos que concluíram os seus estudos com idade igual ou inferior a 15 anos (28%).

Os trabalhadores manuais que vivem nas cidades são menos propensos do que os habitantes das cidades em outras categorias de ocupação a mencionar o aumento da frequência dos transportes públicos (autocarro, elétrico, metro) (37% vs 52%-53%) e melhorias na gestão do tráfego (30% vs 38%-41%).

A perceção dos habitantes das cidades sobre quais as zonas que necessitam de investimentos está correlacionada com a sua imagem da UE. Por exemplo, os habitantes das cidades com uma imagem positiva da UE são mais propensos do que os que têm uma imagem negativa a mencionar as ciclovias (31 % contra 23 %), as estações de carregamento para automóveis elétricos (22 % contra 13 %) e

3. Desafios relacionados com as alterações climáticas e o ambiente

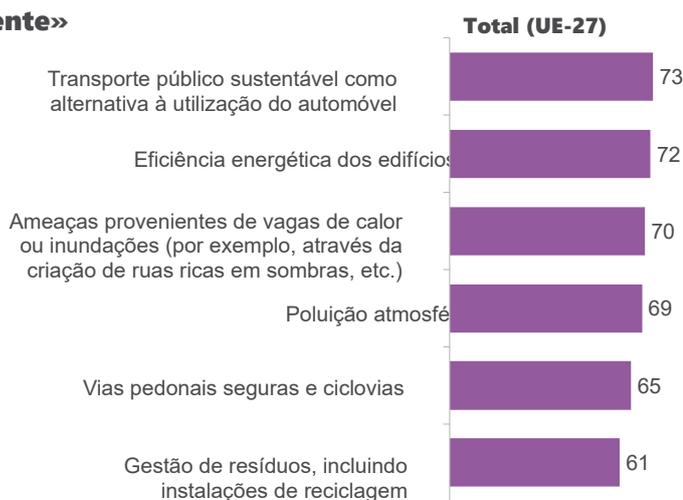
Os inquiridos foram igualmente questionados sobre as medidas tomadas para fazer face aos desafios das alterações climáticas e do ambiente no local onde vivem.

A perspetiva da UE

Em média, em toda a UE, para cada uma das ações para combater as alterações climáticas e o ambiente enumeradas no inquérito, mais de seis em cada dez cidadãos referem que as suas autoridades locais não estão a tomar quaisquer medidas, ou não estão a tomar medidas suficientes – de 61 % para a gestão de resíduos, incluindo instalações de reciclagem, para 73 % para a gestão de resíduos, incluindo instalações de reciclagem, para 73 % para a eficiência energética dos edifícios.

Q8 Para fazer face aos desafios das alterações climáticas e do ambiente no local onde vive, considera que as autoridades locais estão a tomar medidas suficientes em cada um dos seguintes domínios?

% «Não tomar medidas» ou «Tomar algumas medidas, mas não o suficiente»



(%) Base: n=31 855 – **Todos os inquiridos** (cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais)

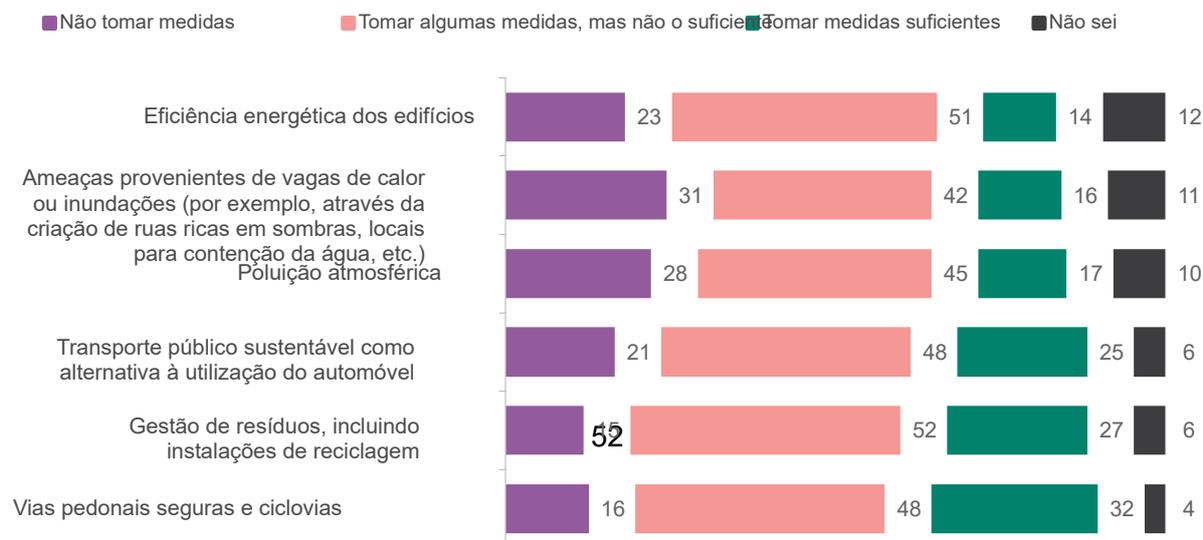
Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

Cerca de três quartos dos inquiridos que vivem em cidades (74 %) afirmam que as suas autoridades locais não estão a tomar medidas, ou não estão a tomar medidas suficientes, para abordar a eficiência energética dos edifícios (23 % «sem medidas» e 51 % «não estão a tomar medidas suficientes»). Do mesmo modo, quase três quartos (73 %) dos inquiridos nas cidades, no total, respondem que não estão a ser tomadas medidas (31 %) ou que não estão a ser tomadas medidas suficientes (42 %) para fazer face às ameaças decorrentes de vagas de calor ou inundações (por exemplo, criando ruas ricas em sombras, locais para o confinamento de água, etc.); a mesma percentagem (73 %) é igualmente observada para as ações destinadas a combater a poluição atmosférica (28 % «sem ação» e 45 % «sem ação suficiente»).

Para as restantes zonas, a percentagem de inquiridos que referem que não estão a ser tomadas medidas ou que não estão a ser tomadas medidas suficientes na sua cidade varia entre 64 % para vias pedonais e ciclovias seguras e 69 % para transportes públicos sustentáveis como alternativa à utilização do automóvel.

Q8 Para fazer face aos desafios das alterações climáticas e do ambiente no local onde vive, considera que as autoridades locais estão a tomar medidas suficientes em cada um dos seguintes domínios?

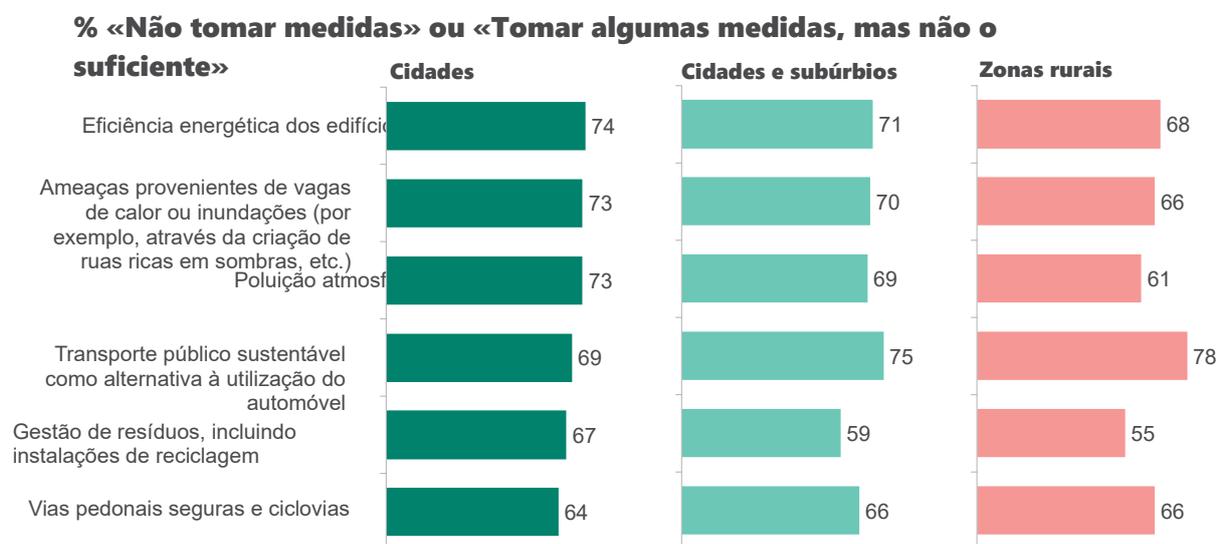
Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades



Cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais

Os inquiridos que vivem em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais têm diferentes perceções sobre se os seus órgãos de poder local estão a tomar medidas suficientes para enfrentar os desafios das alterações climáticas e do ambiente no local onde vivem. Por exemplo, os habitantes das cidades (73%) são mais propensos do que os inquiridos nas cidades e subúrbios (69%) e nas zonas rurais (61%) a responder que as suas autoridades locais não estão a tomar quaisquer medidas, ou não estão a tomar medidas suficientes, para combater a poluição atmosférica. Em contrapartida, os inquiridos que vivem em cidades (69%) são menos propensos do que os que vivem em cidades e subúrbios (75%) e em zonas rurais (78%) a pensar que não estão a ser tomadas medidas ou que não estão a ser tomadas medidas suficientes no domínio dos transportes públicos sustentáveis como alternativa à utilização do automóvel.

Q8 Para fazer face aos desafios das alterações climáticas e do ambiente no local onde vive, considera que as autoridades locais estão a tomar medidas suficientes em cada um dos seguintes domínios?



Resultados por país centrados nas cidades

A percentagem de inquiridos que vivem em cidades que pensam que as suas autoridades locais não estão a tomar medidas, ou estão a tomar algumas medidas, mas não o suficiente, para melhorar a eficiência energética dos edifícios é superior a oito em cada dez na Bulgária (91 %), na Roménia (86 %), na Hungria (85 %), na Croácia (84 %), na Eslovénia (83 %), em Portugal (82 %) e em Espanha (81 %). Em contrapartida, esta opinião é partilhada por menos de seis em cada dez inquiridos em Malta (56 %), no Luxemburgo (57 %), nos Países Baixos e na Suécia (ambos com 59 %).

Na Croácia e em Chipre (ambos com 89 %), na Bulgária (87 %), na Roménia (86 %), perto de nove em cada dez inquiridos que vivem em cidades consideram que as suas autoridades locais não estão a tomar quaisquer medidas, ou não estão a tomar medidas suficientes, para fazer face às ameaças decorrentes de vagas de calor ou inundações (por exemplo, criando ruas ricas em sombra, locais para o confinamento de água, etc.). Em comparação, cerca de metade dos inquiridos partilha esta opinião nas cidades da Dinamarca (49 %) e da Finlândia (52 %).

Cerca de nove em cada dez inquiridos em cidades da Bulgária (91 %), da Roménia (90 %) e da Croácia (88 %) consideram que as suas autoridades locais não estão a tomar medidas, ou estão a tomar algumas medidas, mas não o suficiente, para combater a poluição atmosférica. A percentagem de inquiridos que comunicaram este facto é substancialmente inferior na Finlândia (59 %), na Estónia (60 %), em Malta e na Suécia (ambos com 61 %), na Dinamarca e nos Países Baixos (ambos com 62 %).

A percentagem de habitantes das cidades que indicam que as suas autoridades locais não estão a tomar medidas, ou não estão a tomar medidas suficientes, no domínio dos transportes públicos sustentáveis em alternativa à utilização do automóvel varia entre menos de metade no Luxemburgo (46 %) e pelo menos oito em cada dez na Bulgária (80

%), em Itália (81 %), na Croácia (85 %) e em Chipre (89 %).

Cerca de nove em cada dez inquiridos que vivem em cidades da Bulgária (91 %) indicam que as suas autoridades locais não estão a tomar medidas, ou não estão a tomar medidas suficientes, no domínio da gestão de resíduos, incluindo instalações de reciclagem. A percentagem de habitantes das cidades que partilham este ponto de vista é também elevada na Roménia (83 %), na Croácia (82 %) e em Chipre (81 %). Em comparação, menos de metade dos inquiridos que vivem em cidades expressam esta opinião na Finlândia (43 %) e no Luxemburgo (48 %).

Mais de oito em cada dez inquiridos que vivem em cidades de Chipre (87 %) e da Bulgária (83 %) consideram que as suas autoridades locais não estão a tomar quaisquer medidas, ou não estão a tomar medidas suficientes, para criar vias pedonais e ciclovias seguras. Em contrapartida, metade dos habitantes das cidades pensa o mesmo na Áustria e nos Países Baixos (ambos 50%).

Q8 Para fazer face aos desafios das alterações climáticas e do ambiente no local onde vive, considera que as autoridades locais estão a tomar medidas suficientes em cada um dos seguintes domínios?

% «Não tomar medidas» ou «Tomar algumas medidas, mas não o suficiente»

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

	Eficiência energética dos edifícios	Ameaças provenientes de vagas de calor ou inundações (por exemplo, através da criação de ruas ricas em sombras, locais para contenção da água, etc.)	Poluição atmosférica	Transporte público sustentável como alternativa à utilização do automóvel	Gestão de resíduos, incluindo instalações de reciclagem	Vias pedonais seguras e ciclovias
UE27	74	73	73	69	67	64
BE	70	70	72	72	62	67
BG	91	87	91	80	91	83
CZ	66	81	72	63	61	62
DK	63	49	62	66	51	63
DE	70	67	67	67	59	69
EE	72	69	60	60	60	67
IE	78	69	75	77	71	64
EL	75	75	77	74	72	77
ES	81	77	77	72	76	66
FR	73	70	69	60	60	53
HR	84	89	88	85	82	80
IT	80	81	84	81	76	70
CY	79	89	86	89	81	87
LV	79	70	70	66	67	69
LT	75	74	79	75	65	57
LU	57	72	69	46	48	65
HU	85	74	84	76	71	70
MT	56	60	61	57	59	61
NL	59	59	62	64	54	50
AT	72	67	68	59	50	50
PL	73	77	75	68	71	67
PT	82	81	81	76	73	69
RO	86	86	90	77	83	79
SI	83	81	84	76	74	75
SK	72	80	75	71	71	72
FI	61	52	59	55	43	58
SE	59	60	61	67	61	56

A medida com a percentagem global mais elevada de respostas «não tomar medidas» e «tomar algumas medidas, mas não o suficiente» para cada país é apresentada em caracteres de verde-escuro e branco.

(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

Diferenças entre os inquiridos que vivem em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais nos vários países

As diferenças na forma como os inquiridos nas cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais percebem as ações dos seus órgãos de poder local nas zonas enumeradas no inquérito seguem, de um modo geral, o mesmo padrão entre países observado a nível da UE-27.

Na maioria dos Estados-Membros, os inquiridos que vivem em zonas rurais têm mais probabilidades do que os que vivem em cidades de pensar que as suas autoridades locais não estão a tomar medidas, ou estão a tomar algumas medidas, mas não o suficiente, no domínio dos transportes públicos sustentáveis como alternativa à utilização do automóvel. Esta divisão é mais acentuada nos Países Baixos (81 % nas zonas rurais contra 64 % nas cidades), em França (78 % contra 60 %) e na Finlândia (76 % contra 55 %).

Em vários Estados-Membros, a percentagem de inquiridos que pensam que as suas autoridades locais não estão a tomar medidas, ou não estão a tomar medidas suficientes, para combater a poluição atmosférica é mais elevada entre os inquiridos que vivem em cidades do que entre os inquiridos em zonas rurais. As maiores diferenças observam-se em França (72 % nas cidades contra 49 % nas zonas rurais) e na Letónia (60 % contra 42 %). A tendência oposta é observada na Grécia (89 % nas zonas rurais contra 61 % nas cidades), nos Países Baixos (70 % contra 54 %) e em Portugal (68 % contra 51 %).

Observa-se um padrão semelhante no domínio da gestão de resíduos, incluindo a reciclagem. Na maioria dos Estados-Membros, os inquiridos nas cidades têm mais probabilidades do que os inquiridos que vivem em zonas rurais de pensar que as suas autoridades locais não estão a tomar medidas, ou estão a tomar algumas medidas, mas não o suficiente, neste domínio. A diferença entre estes dois grupos é de 20 pontos percentuais na Bulgária (91 % contra 71 %) e na Alemanha (59 % contra 39 %).

Diferenças sociodemográficas centradas nos cidadãos que vivem nas cidades

As mulheres que vivem em cidades (67%) são mais propensas do que os homens que vivem em cidades (62%) a considerar que as suas autoridades locais não tomam medidas, ou tomam algumas medidas, mas não o suficiente, na área de vias pedonais e ciclovias seguras.

Para a maioria das áreas listadas no inquérito, os trabalhadores manuais que vivem nas cidades estão menos inclinados do que os habitantes das cidades de outras categorias de ocupação a pensar que as suas autoridades locais não tomam medidas, ou tomam algumas medidas, mas não o suficiente. Por exemplo, 70 % dos trabalhadores manuais pensam assim em relação à eficiência energética dos edifícios, em contraste com 75 % dos inquiridos noutras categorias profissionais.

4. Cooperação urbano-rural

Foi apresentada aos inquiridos uma lista de sete formas de cooperação urbano-rural. Eles foram convidados a selecionar até três formas que seriam mais benéficas para as pessoas no local onde vivem.

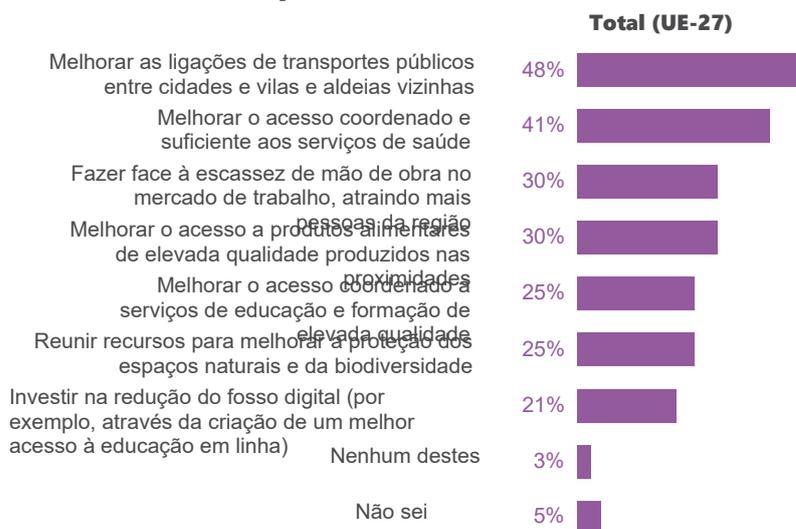
A perspetiva da UE

Em média, em toda a UE, 48 % dos cidadãos consideram que a melhoria das ligações de transportes públicos entre cidades e vilas e aldeias vizinhas seria mais benéfica para as pessoas no local onde vivem. Cerca de quatro em cada dez (41%) afirmam que seria benéfico melhorar o acesso coordenado e suficiente aos serviços de saúde. Seguidamente, aborda-se a escassez no mercado de trabalho, atraindo mais pessoas da região (30 %) e melhorando o acesso a produtos alimentares de elevada qualidade produzidos nas proximidades (30 %).

Q7 O nível de vida das pessoas que residem em cidades, vilas e aldeias pode melhorar quando há cooperação entre várias localidades circundantes.

Qual das seguintes formas de cooperação urbano-rural considera que seria mais benéfica para as pessoas no local onde vive? Selecione, no máximo, três formas de cooperação.

[RESPOSTAS MÚLTIPLAS]



(%) Base: n=31 855 – **Todos os inquiridos** (cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais)

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

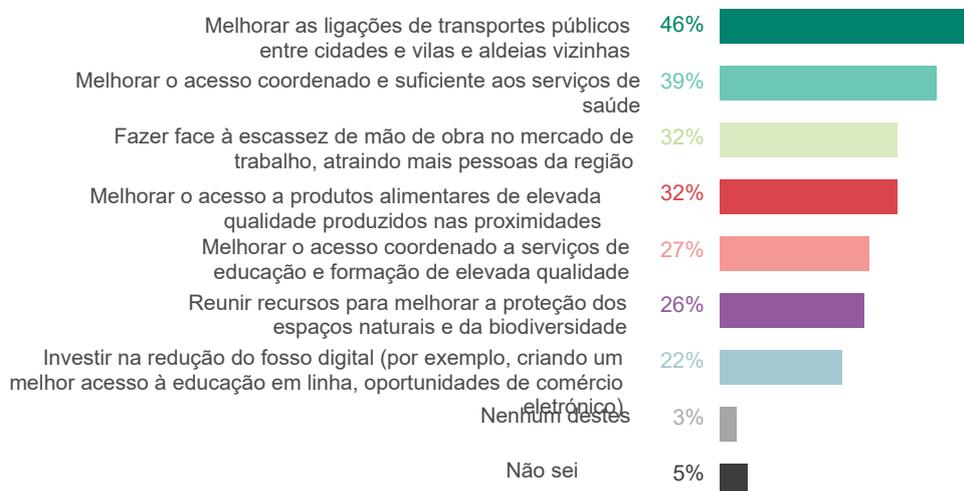
A forma de cooperação urbano-rural mais selecionada pelos inquiridos que vivem nas cidades é a melhoria das ligações de transportes públicos entre as cidades e as aldeias vizinhas (46 %).

Melhorar o acesso coordenado e suficiente aos serviços de saúde é a segunda forma mais elevada de cooperação urbano-rural (referida em 39 %). Seguidamente, aborda-se a escassez no mercado de trabalho, atraindo mais pessoas da região (32 %) e melhorando o acesso a produtos alimentares de elevada qualidade produzidos nas proximidades (32 %).

A melhoria do acesso coordenado a serviços de educação e formação de elevada qualidade (27 %), a congregação de recursos para melhorar a proteção dos espaços naturais e da biodiversidade (26 %) e o investimento na redução do fosso digital (por exemplo, através da criação de um melhor acesso à educação em linha, oportunidades de comércio eletrónico) (22 %) são considerados benéficos por cerca de um quarto dos habitantes das cidades.

Q7 O nível de vida das pessoas que residem em cidades, vilas e aldeias pode melhorar quando há cooperação entre várias localidades circundantes. Qual das seguintes formas de cooperação urbano-rural considera que seria mais benéfica para as pessoas no local onde vive? Selecione, no máximo, três formas de cooperação. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades



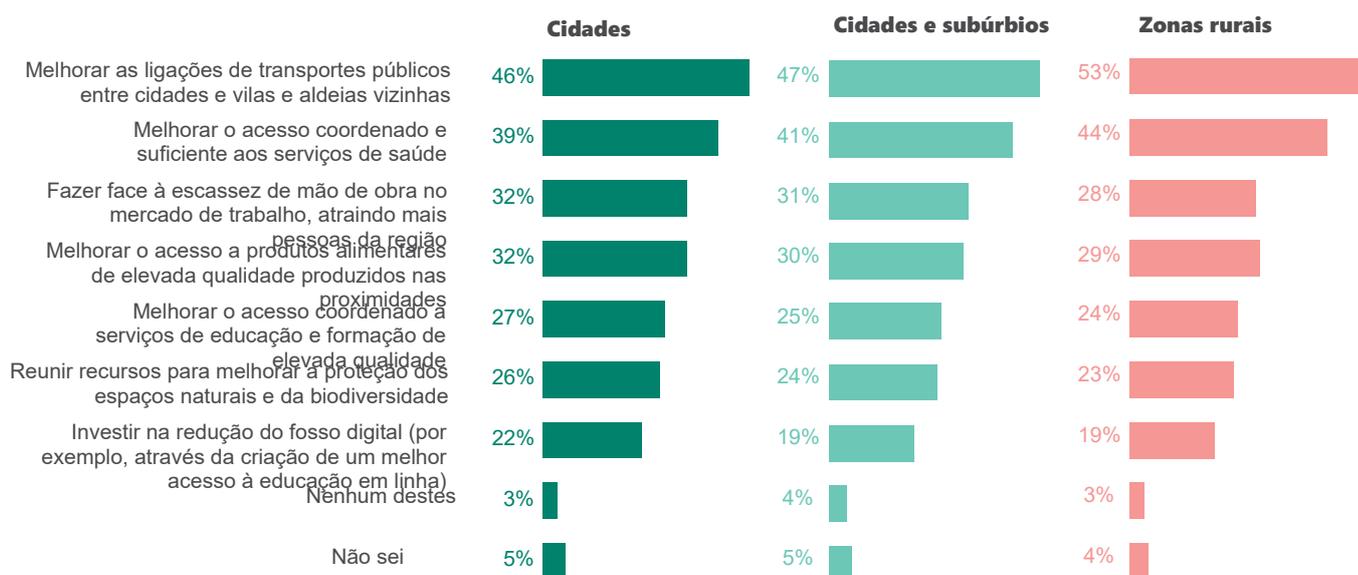
Cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais

Os inquiridos nas zonas rurais (53 %) são mais propensos do que os que vivem em cidades e subúrbios (47 %) e nas cidades (46 %) a pensar que a melhoria das ligações de transportes públicos entre as cidades e as aldeias vizinhas seria benéfica para a cooperação urbano-rural. Observa-se um padrão semelhante para melhorar o acesso coordenado e suficiente aos serviços de saúde. Todas as outras formas de cooperação são mais suscetíveis de serem citadas pelos inquiridos que vivem em cidades do que pelos inquiridos que vivem em zonas rurais.

Q7 O nível de vida das pessoas que residem em cidades, vilas e aldeias pode melhorar quando há cooperação entre várias localidades circundantes.

Qual das seguintes formas de cooperação urbano-rural considera que seria mais benéfica para as pessoas no local onde vive? Selecione, no máximo, três formas de cooperação.

[RESPOSTAS MÚLTIPLAS]



(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades / n=11 882 – Cidades e subúrbios / n=7 975 – Zonas rurais

Resultados por país centrados nas cidades

Em 16 países, a melhoria das ligações de transportes públicos entre cidades e vilas e aldeias vizinhas é a forma de cooperação urbano-rural mais mencionada pelos inquiridos que vivem nas cidades. Em Chipre e Espanha (ambos com 59 %), na Croácia (58 %), na Bulgária e na Irlanda (ambos com 52 %), na Estónia (51 %), pelo menos metade dos inquiridos nas cidades menciona esta forma de cooperação. No Luxemburgo (33 %) e na Grécia (35 %), cerca de um terço dos inquiridos nas cidades referem o mesmo.

Melhorar o acesso coordenado e suficiente aos serviços de saúde é o ponto mais alto em dez países. Na Hungria, 60 % dos inquiridos nas cidades dão esta resposta. A Finlândia (52 %), a Lituânia e a Eslovénia (ambos 49 %) também têm uma percentagem elevada na seleção desta resposta. Cerca de metade seleciona esta resposta nos Países Baixos (26 %) e na Bélgica (27 %).

Em Chipre (46 %), na Roménia (43 %), na Grécia (41 %) e na Estónia (40 %), pelo menos quatro em cada dez inquiridos nas cidades consideram que colmatar a escassez no mercado de trabalho atraindo mais pessoas da região seria benéfico para a cooperação urbano-rural. Em comparação, não mais de um quarto dos inquiridos nas cidades referem o mesmo na Dinamarca (19 %), em França (22 %), no Luxemburgo e nos Países Baixos (ambos com 25 %).

Quase um em cada dois residentes na Bulgária e na Croácia (ambos com 47 %) responde que melhorar o acesso a produtos alimentares de elevada qualidade é uma forma de cooperação urbano-rural que seria benéfica para as pessoas que vivem na sua cidade. Em Chipre (21 %) e na Irlanda (22 %), por outro lado, menos de um quarto dos inquiridos que vivem em cidades selecionam esta resposta.

A percentagem de inquiridos que vivem em cidades que mencionam a melhoria do acesso coordenado a serviços de educação e formação de elevada qualidade varia entre não mais do que um em cada cinco inquiridos em cidades dos Países Baixos (15 %), da Eslovénia e da Suécia (ambos com 18 %), da

Dinamarca e da França (ambos com 19 %) e perto de quatro em cada dez na Irlanda (38 %).

Pelo menos um terço dos inquiridos nas cidades da Croácia (35 %) e do Luxemburgo (34 %) selecionam a congregação de recursos para melhorar a proteção dos espaços naturais e da biodiversidade como uma forma benéfica de cooperação urbano-rural. Esta percentagem é mais baixa na Chéquia (16 %), na Letónia e na Lituânia (17 %).

O investimento na redução do fosso digital (por exemplo, através da criação de um melhor acesso à educação em linha e de oportunidades de comércio eletrónico) é selecionado por pouco mais de um terço dos inquiridos nas cidades da Grécia (35 %) e de Malta (34 %). A Dinamarca (13 %), a Áustria e a Chéquia (ambos com 14 %) e a Estónia (15 %) apresentam as percentagens mais baixas de inquiridos que selecionam esta forma de cooperação entre zonas urbanas e rurais.

Eurobarómetro Flash n.o 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Q7 O nível de vida das pessoas que residem em cidades, vilas e aldeias pode melhorar quando há cooperação entre várias localidades circundantes. Qual das seguintes formas de cooperação urbano-rural considera que seria mais benéfica para as pessoas no local onde vive? Selecione, no máximo, três formas de cooperação. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

	Melhorar as ligações de transportes públicos entre cidades e vilas e aldeias vizinhas	Melhorar o acesso coordenado e suficiente aos serviços de saúde	Fazer face à escassez de mão de obra no mercado de trabalho, atraindo mais pessoas da região	Melhorar o acesso a produtos alimentares de elevada qualidade produzidos nas proximidades	Melhorar o acesso coordenado a serviços de educação e formação de elevada qualidade	Reunir recursos para melhorar a proteção dos espaços naturais e da biodiversidade	Investir na redução do fosso digital (por exemplo, criando um melhor acesso à educação em linha, oportunidades de comércio eletrónico)
UE27	46	39	32	32	27	26	22
BE	46	27	30	33	23	26	21
BG	52	44	35	47	35	24	19
CZ	40	32	30	37	23	16	14
DK	47	29	19	26	19	29	13
DE	46	32	39	28	29	23	25
EE	51	46	40	31	34	23	15
IE	52	48	31	22	38	23	24
EL	35	42	41	33	31	30	35
ES	59	31	37	26	30	24	26
FR	40	42	22	36	19	30	19
HR	58	42	34	47	27	35	18
IT	45	48	28	30	32	27	22
CY	59	42	46	21	35	24	26
LV	46	45	32	35	24	17	17
LT	46	49	29	25	33	17	23
LU	33	29	25	36	25	34	16
HU	45	60	31	33	36	23	22
MT	42	35	33	28	34	31	34
NL	42	26	25	28	15	31	17
AT	46	41	38	35	28	30	14
PL	39	47	29	33	25	26	20
PT	47	48	33	35	36	28	23
RO	38	44	43	44	35	25	24
SI	44	49	26	43	18	24	20
SK	46	44	36	39	25	29	22
FI	41	52	32	34	23	30	20
SE	40	35	32	33	18	25	20

As respostas «Nenhuma destas» e «Não sei» não foram apresentadas.

(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

Diferenças entre os inquiridos que vivem em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais nos vários países

Na maioria dos Estados-Membros, os inquiridos que vivem em zonas rurais são mais propensos do que os inquiridos que vivem em cidades a indicar que a melhoria das ligações de transportes públicos entre as cidades e as vilas e aldeias vizinhas seria mais benéfica para as pessoas no local onde vivem. As maiores diferenças são observadas na Alemanha (60 % contra 46 %-51%), França (59 % contra 40 %-43%), Estónia (59 % contra 46 %-51%), Roménia (47 % contra 38 %-39%) e Suécia (58 % contra 40 %-45%). A tendência oposta pode ser observada na Bulgária, onde os inquiridos nas cidades (52 %) são mais propensos do que os que vivem em cidades e subúrbios (42 %) e os que vivem em zonas rurais (39 %) a dar esta resposta.

Do mesmo modo, melhorar o acesso coordenado e suficiente aos serviços de saúde é uma forma ou cooperação urbano-rural que é mencionada mais frequentemente pelos inquiridos que vivem em zonas rurais do que pelos inquiridos que vivem em cidades na maioria dos países. Esta tendência é mais acentuada em França (52 % contra 42 %), na Alemanha (46 % contra 32 %) e na Chéquia (42 % contra 32 %). Na Grécia, no entanto, os inquiridos que vivem em cidades (42 %) são mais propensos do que os que vivem em cidades e subúrbios (31 %) ou em zonas rurais (30 %) a mencionar a melhoria do acesso coordenado e suficiente aos serviços de saúde. Do mesmo modo, na Bulgária (44 % contra 32 %) e na Eslovénia (49 % contra 41 %), os inquiridos que vivem em cidades são mais propensos do que os que vivem em zonas rurais a selecionar esta resposta.

No que diz respeito às outras formas de cooperação urbano-rural, a clivagem entre os inquiridos urbanos e rurais observada a nível da UE é visível na maioria dos países, com percentagens mais elevadas a mencionar a forma de cooperação entre os inquiridos que vivem em zonas mais urbanas.

Diferenças sociodemográficas centradas nos cidadãos que vivem nas cidades

Quando questionadas sobre as formas de cooperação urbano-rural que seriam mais benéficas para as pessoas nas suas cidades, as mulheres que vivem nas cidades são mais propensas do que os homens que vivem nas cidades a indicar um acesso coordenado e suficiente aos serviços de saúde (42 % contra 36 %) e a melhorar o acesso a produtos alimentares de elevada qualidade produzidos nas proximidades (34 % contra 30 %). Pelo contrário, os homens que vivem nas cidades são mais propensos do que as mulheres a selecionar recursos comuns para melhorar a proteção dos espaços naturais e da biodiversidade (28 % contra 24 %) e a investir na redução do fosso digital (por exemplo, criando um melhor acesso à educação em linha, oportunidades de comércio eletrónico) (26 % contra 18 %).

A percentagem de inquiridos que mencionam a melhoria do acesso coordenado e suficiente aos serviços de saúde como uma forma benéfica de cooperação urbano-rural aumenta com a idade: de 32 % dos habitantes das cidades com idade inferior a 25 anos a 43 % dos habitantes com idade igual ou superior a 55 anos. No entanto, os inquiridos mais jovens que vivem em cidades são mais propensos do que os mais velhos a mencionar a congregação de recursos para melhorar a proteção dos espaços naturais e da biodiversidade (30 % das pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos contra 24 % das pessoas com idade igual ou superior a 55 anos) e a investir na redução do fosso digital (por exemplo, criando um melhor acesso à educação em linha, oportunidades de comércio eletrónico) (26 % a 31 % dos inquiridos com idade inferior a 40 anos contra 17 % a 20 % dos inquiridos mais velhos).

Quanto mais instruídos forem os inquiridos, maior é a probabilidade de considerarem que a melhoria das ligações de transportes públicos entre cidades e vilas e aldeias vizinhas é uma forma benéfica de cooperação urbano-rural (de 40 % dos habitantes das cidades que

concluíram os seus estudos com idade igual ou inferior a 15 anos para 48 % dos que concluíram os seus estudos com idade igual ou superior a 20 anos).

A melhoria das ligações de transportes públicos entre cidades e vilas e aldeias vizinhas é considerada uma forma benéfica de cooperação urbano-rural, em menor grau, pelos trabalhadores manuais que vivem nas cidades (37 %), em comparação com os que não trabalham (46 %), os trabalhadores por conta de outrem (46 %) e os trabalhadores por conta própria (48 %). Os residentes da cidade que não trabalham (44%) são mais propensos do que os trabalhadores manuais (31%) e os funcionários (36%) a selecionar a melhoria do acesso coordenado e suficiente aos serviços de saúde como uma forma de cooperação urbano-rural.

Os habitantes das cidades com uma imagem positiva da UE são mais propensos do que os que têm uma imagem negativa a mencionar as seguintes formas de cooperação urbano-rural: congregar recursos para melhorar a proteção dos espaços naturais e da biodiversidade (30 % contra 20 %) e investir na redução do fosso digital (por exemplo, criando um melhor acesso à educação em linha, oportunidades de comércio eletrónico) (26 % contra 16 %).

5. Participação na tomada de decisões a nível local

5.1. Perceções sobre a tomada de decisões a nível local

Os entrevistados foram questionados em que medida concordam ou discordam de três afirmações sobre a tomada de decisões locais onde vivem.

A perspetiva da UE

Mais de seis em cada dez cidadãos em toda a UE (63 %) «concordam totalmente» ou «concordam um pouco» que gostariam de participar mais nas decisões que afetam o local onde vivem. Uma percentagem menor de 52 % concorda que está ciente das possibilidades de influenciar as decisões que afetam o local onde vive. Por último, cerca de quatro em cada dez (39 %) concordam que as autoridades locais envolvem suficientemente os cidadãos nas decisões que afetam o local onde vivem.

P11 Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a participação na tomada de decisões a nível local?

% «Concordo totalmente» ou «Concordo parcialmente»



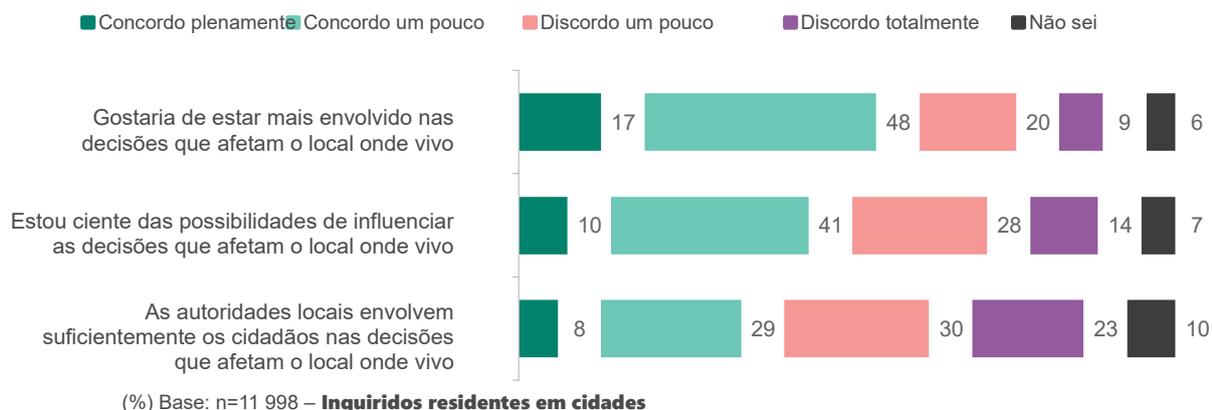
(%) Base: n=31 855 – **Todos os inquiridos** (cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais)

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

Embora a grande maioria dos cidadãos que vivem nas cidades concorde quando questionados sobre se gostariam de participar mais nas decisões que afetam o local onde vivem (17 % «concordam totalmente» e 48 % «concordam em certa medida»), uma minoria concorda que as suas autoridades locais envolvem suficientemente os cidadãos nas decisões (8 % «concordam totalmente» e 29 % «concordam em certa medida»). Além disso, 42 % dos inquiridos nas cidades discordam quando lhes perguntam se estão cientes das possibilidades de influenciar as decisões que afetam o local onde vivem; cerca de um em cada dois confirmam ter conhecimento (10 % «concordam totalmente» e 41 % «concordam ligeiramente»).

P11 Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a participação na tomada de decisões a nível local?

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

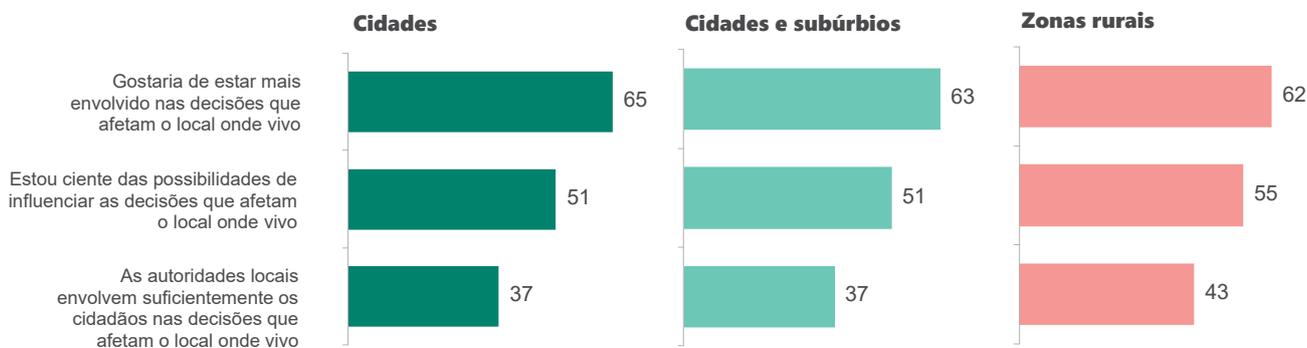


Cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais

O nível de concordância para as declarações sobre a tomada de decisões locais não varia muito para os entrevistados que vivem em cidades, vilas e subúrbios e áreas rurais. Dito isto, os inquiridos nas zonas rurais são um pouco mais propensos a concordar que as autoridades locais envolvem suficientemente os cidadãos nas decisões que afetam o local onde vivem (43 % contra 37 % nas cidades, vilas e subúrbios).

P11 Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a participação na tomada de decisões a nível local?

% «Concordo totalmente» ou «Concordo parcialmente»



(%) Base: n=11 998 – **Inquiridos residentes em cidades** / n=11 882 – **Cidades e subúrbios** / n=7 975 – **Zonas rurais**

Resultados por país centrados nas cidades

Em quase todos os Estados-Membros, pelo menos metade dos inquiridos que vivem em cidades concorda que gostaria de participar mais nas decisões que afetam o local onde vivem, com as percentagens mais elevadas observadas em Chipre (87 %), na Grécia (84 %), na Bulgária (82 %), na Roménia (81 %) e em Portugal (80 %). Na Dinamarca (38%) e nos Países Baixos (45%), no entanto, menos de metade dos habitantes das cidades concorda com esta afirmação.

Em 17 Estados-Membros, pelo menos metade dos inquiridos que vivem em cidades concordam que estão cientes das possibilidades de influenciar as decisões que afetam o local onde vivem. Em Malta, 94 % dos inquiridos nas cidades partilham esta opinião; a percentagem de acordo é também elevada na Grécia (69 %) e em Portugal (66 %). Em contraste, não mais do que cerca de quatro em cada dez habitantes de cidades na Dinamarca (39%) expressam concordância com esta afirmação.

Mais de oito em cada dez habitantes das cidades de Malta (83 %) concordam que as autoridades locais envolvem suficientemente os cidadãos nas decisões que afetam o local onde vivem. Num outro país (Grécia), a maioria dos inquiridos (55 %) concorda com esta afirmação. Em contrapartida, Chipre (23 %), a Chéquia (25 %) e a Estónia (27 %) têm cerca de um quarto dos residentes da cidade a manifestar o seu acordo.

P11 Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a participação na tomada de decisões a nível local? % «Concordo totalmente» ou «Concordo parcialmente»

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

	Gostaria de estar mais envolvido nas decisões que afetam o local onde vivo	Estou ciente das possibilidades de influenciar as decisões que afetam o local onde vivo	As autoridades locais envolvem suficientemente os cidadãos nas decisões que afetam o local onde vivo
UE27	65	51	37
BE	55	42	30
BG	82	59	34
CZ	58	49	25
DK	38	39	35
DE	61	53	37
EE	70	43	27
IE	73	62	39
EL	84	69	55
ES	73	55	37
FR	54	44	42
HR	77	62	31
IT	74	43	30
CY	87	56	23
LV	73	55	39
LT	76	45	28
LU	65	43	34
HU	58	54	37
MT	79	94	84
NL	45	48	37
AT	65	52	28
PL	73	49	35
PT	80	66	32
RO	81	59	41
SI	63	50	36
SK	74	63	33
FI	55	60	41
SE	60	54	41

(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

Diferenças entre os inquiridos que vivem em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais nos vários países

Em todos os Estados-Membros, não existem grandes diferenças entre os inquiridos que vivem em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais no que diz respeito ao seu desejo de participar mais nas decisões que afetam a sua área local.

Em vários Estados-Membros, os inquiridos que vivem em zonas rurais são, no entanto, mais propensos do que os que vivem em cidades a concordar que estão cientes das possibilidades de influenciar as decisões que afetam o seu local de residência. As maiores diferenças podem ser observadas na Grécia (87 % contra 69 %), na Bulgária (85 % contra 59 %) e nos Países Baixos (67 % contra 48 %).

Além disso, na maioria dos Estados-Membros, uma percentagem mais elevada de inquiridos que vivem em zonas rurais, em comparação com os que vivem nas cidades, concorda que as autoridades locais envolvem suficientemente os cidadãos nas decisões que afetam a sua zona local. A diferença entre os inquiridos nas zonas rurais e os inquiridos que vivem em cidades é de, pelo menos, 20 pontos percentuais na Grécia (74 % nas zonas rurais contra 54 % nas cidades), nos Países Baixos (58 % contra 37 %) e em Portugal (55 % contra 32 %).

Diferenças sociodemográficas centradas nos cidadãos que vivem nas cidades

Os homens que vivem nas cidades são mais propensos do que as mulheres que vivem nas cidades a concordar que estão cientes das possibilidades de influenciar as decisões que afetam o local onde vivem (56 % contra 46 %) e a concordar que as autoridades locais envolvem suficientemente os cidadãos nas decisões que afetam o local onde vivem (41 % contra 33 %).

Quanto mais velhos forem os inquiridos, menor é a probabilidade de concordarem que as autoridades locais envolvem suficientemente os cidadãos nas decisões que afetam o local onde vivem (30 % das pessoas com idade igual ou

superior a 55 anos indicam este facto, em comparação com 37 % a 45 % dos habitantes das cidades de outras categorias etárias).

Os inquiridos residentes em cidades que concluíram os seus estudos com idade igual ou superior a 20 anos têm maior probabilidade de concordar com as três afirmações. Por exemplo, 55 % dos inquiridos concordam que estão cientes das possibilidades de influenciar as decisões que afetam o local onde vivem, em comparação com 46 % dos habitantes das cidades com um nível de educação inferior.

As partes que concordam com as três afirmações sobre a participação na tomada de decisões locais também variam de acordo com as categorias de ocupação. Por exemplo, os inquiridos nas cidades que não trabalham (46%) são menos propensos do que os habitantes de outras categorias profissionais (54%-56%) a concordar que estão cientes das possibilidades de influenciar as decisões que afetam o local onde vivem.

Existe uma forte correlação entre a perceção que os habitantes das cidades têm da UE e o seu acordo quanto ao facto de as autoridades locais envolverem suficientemente os cidadãos nas decisões que afetam o local onde vivem. Cerca de metade dos inquiridos que vivem em cidades com uma imagem positiva da UE (48 %) concorda com esta afirmação, em contraste com 21 % dos que têm uma imagem negativa. Uma relação semelhante pode ser observada para a afirmação de que os entrevistados estão cientes das possibilidades de influenciar as decisões que afetam o local onde vivem.

5.2. Formas de participar na tomada de decisões a nível local

Os inquiridos foram questionados sobre que formas de tomada de decisão local estiveram envolvidos nos últimos cinco anos para melhorar o local onde vivem. Podem seleccionar várias respostas a partir de uma lista de dez formas de tomada de decisão.

A perspetiva da UE

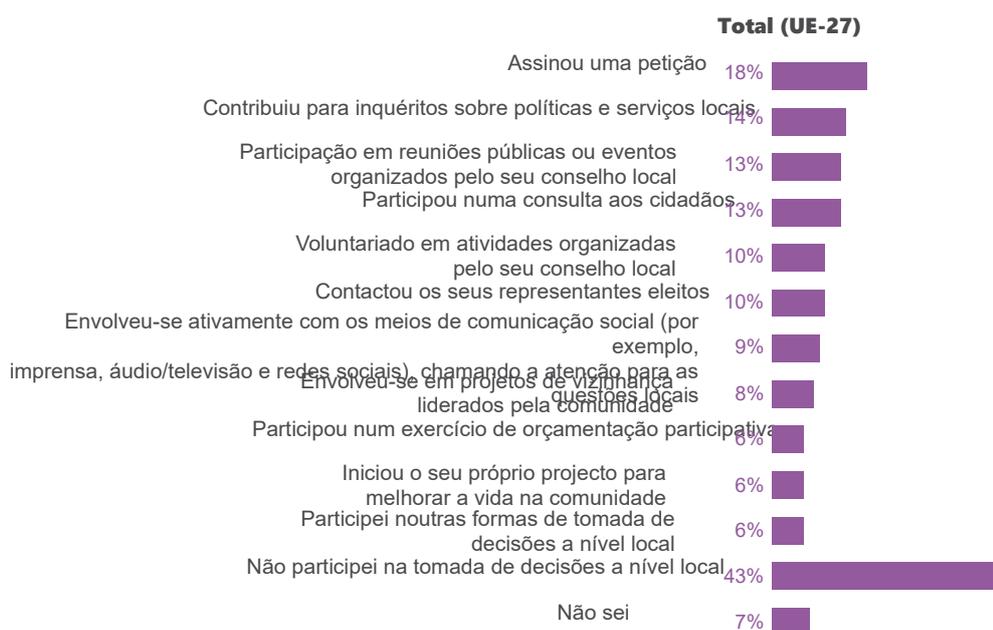
A forma de tomada de decisões a nível local mais mencionada pelos inquiridos em toda a UE é a assinatura de uma petição (18 %). Seguidamente, contribuiu para inquéritos sobre políticas e serviços locais (14 %), participou em reuniões públicas ou eventos organizados pelo conselho local (13 %) e participou numa consulta aos cidadãos (13 %).

Menos inquiridos seleccionam as respostas: voluntariou-se em atividades organizadas pelo conselho local (10 %), contactou os seus representantes eleitos (10 %), envolveu-se ativamente com os meios de comunicação social (por exemplo, imprensa, áudio/TV e redes sociais) chamando a atenção para as

questões locais (9 %), envolveu-se em projetos de vizinhança liderados pela comunidade (8 %), participou num exercício de orçamentação participativa (6 %) ou iniciou um projeto para melhorar a vida na comunidade (6 %).

Uma grande parte dos inquiridos em toda a UE (43 %) afirma não ter participado na tomada de decisões a nível local nos últimos cinco anos.

Q10 Quando se trata de melhorar o local onde vive, em qual das seguintes formas de tomada de decisão local esteve envolvido nos últimos 5 anos? Selecione todas as opções aplicáveis. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]



(%) Base: n=31 855 – **Todos os inquiridos** (cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais)

Eurobarómetro Flash n.º 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

Cerca de um em cada cinco (21%) inquiridos nas cidades assinou uma petição. As

exercício de orçamentação participativa (7 %) e iniciaram o seu próprio projeto para melhorar a vida na comunidade (6 %).

Cerca de quatro em cada dez inquiridos que

Q10 Quando se trata de melhorar o local onde vive, em qual das seguintes formas de tomada de decisão local esteve envolvido nos últimos 5 anos? Seleccione todas as opções aplicáveis.

[RESPOSTAS MÚLTIPLAS]

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades



(%) Base: n=11 998 – **Inquiridos residentes em cidades**

percentagens mais pequenas – embora ainda superiores a 10 % cada – contribuíram para inquéritos sobre políticas e serviços locais (15 %), participaram numa consulta aos cidadãos (13 %) ou participaram em reuniões ou eventos públicos organizados pelo conselho local (12 %).

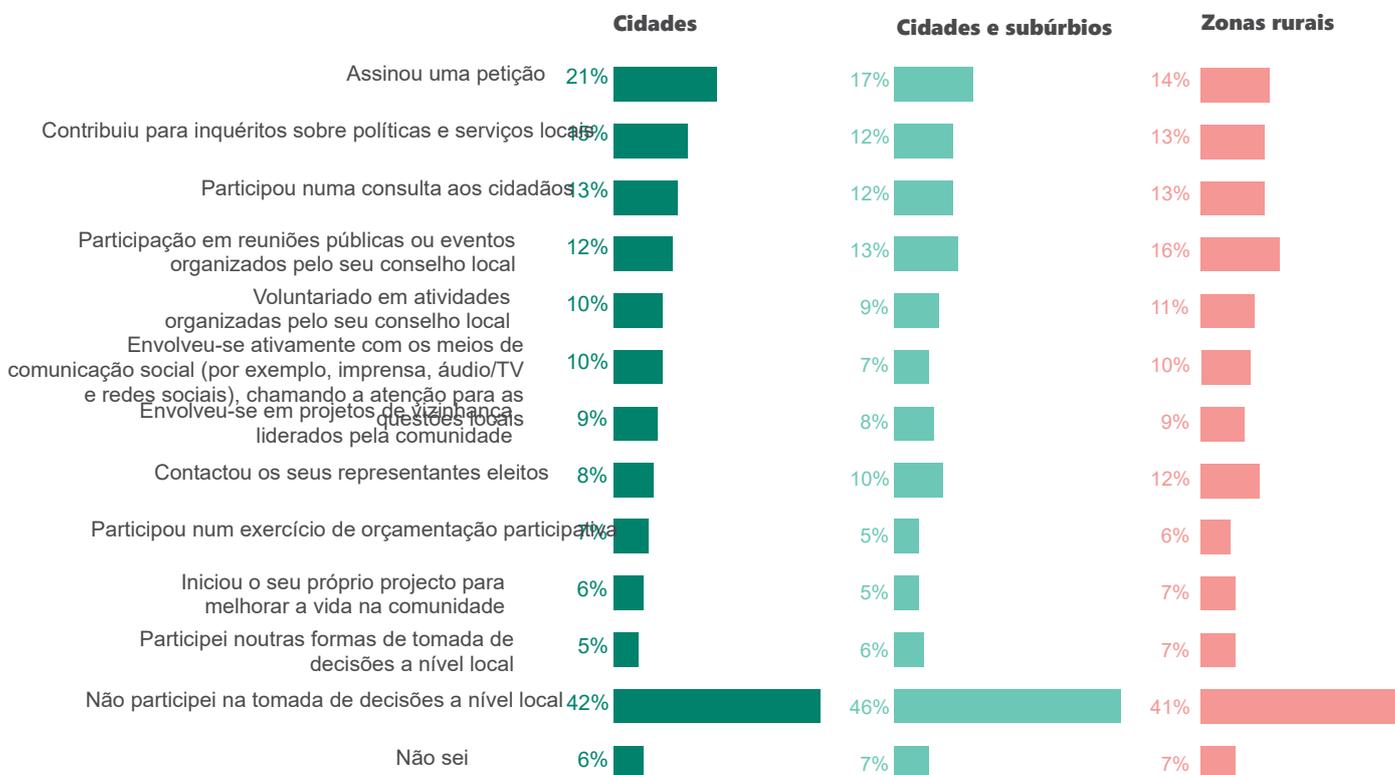
As outras formas de participação na tomada de decisões a nível local não são enumeradas por mais de um em cada dez habitantes das cidades: voluntariaram-se em atividades organizadas pelo conselho local (10 %), envolveram-se ativamente com os meios de comunicação social (por exemplo, imprensa, áudio/TV e redes sociais), chamaram a atenção para questões locais (10 %), envolveram-se em projetos de vizinhança liderados pela comunidade (9 %), contactaram os seus representantes eleitos (8 %), participaram num

vivem em cidades (42%) indicam não ter participado na tomada de decisões locais nos últimos cinco anos.

Cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais

Os inquiridos nas zonas rurais são um pouco mais propensos a relatar ter participado numa reunião ou evento público organizado pelo seu conselho local (16 % contra 12 %-13 % nas cidades, vilas e subúrbios) ou ter contactado os seus representantes eleitos (12 % contra 8 %-10 %). No entanto, não existe qualquer diferença entre as cidades e as zonas rurais na percentagem de inquiridos que responderam que não participaram em qualquer forma de tomada de decisão local nos últimos cinco anos (41 %-42%); no entanto, este valor é ligeiramente mais elevado nas cidades e subúrbios (46 %).

Q10 Quando se trata de melhorar o local onde vive, em qual das seguintes formas de tomada de decisão local esteve envolvido nos últimos 5 anos? Selecione todas as opções aplicáveis.
[RESPOSTAS MÚLTIPLAS]



(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades / n=11 882 – Cidades e subúrbios / n=7 975 – Zonas rurais

Resultados por país centrados nas cidades

Na Dinamarca (53 %) e nos Países Baixos (50 %), pelo menos metade dos inquiridos nas cidades indicam não ter participado na tomada de decisões a nível local nos últimos cinco anos. Em comparação, não mais do que cerca de um quarto dos residentes da cidade relatam isso em Malta (12%), Bulgária e Grécia (ambos 26%).

Em 17 Estados-Membros, a forma mais indicada de participação dos habitantes das cidades na tomada de decisões a nível local é a assinatura de uma petição. Globalmente, a percentagem de inquiridos nas cidades que mencionam esta situação varia entre menos de um em cada seis em Malta (12 %), na Dinamarca e na Grécia (ambos com 14 %), em Chipre e na Alemanha (ambos com 16 %) e na Letónia (17 %) e cerca de um terço na Eslováquia (32 %) e na Croácia (35 %).

Em seis Estados-Membros, ter contribuído para inquéritos sobre políticas e serviços locais é a forma mais mencionada de tomada de decisão local em que os inquiridos que vivem em cidades participaram nos últimos cinco anos. A percentagem de inquiridos que responderam a esta pergunta é mais elevada na Roménia (31 %) e na Croácia (30 %). A Áustria, a Alemanha e os Países Baixos (9 %) têm a percentagem mais baixa de inquiridos que dão esta resposta.

Cerca de três em cada dez inquiridos que vivem em cidades da Bulgária (31 %) e da Áustria (30 %) referem ter participado numa consulta aos cidadãos. Nestes dois Estados-Membros, a participação na tomada de decisões a nível local é a mais importante. A percentagem de inquiridos nas cidades que seleccionam esta resposta é mais baixa na Suécia (4 %), na Chéquia, na Dinamarca e na Finlândia (6 %).

Ter colaborado ativamente com os meios de comunicação social (por exemplo, imprensa, áudio/televisão e redes sociais), chamando a atenção para as questões locais, ocupa a posição mais elevada em Malta (36 %) e na Grécia (26 %). No entanto, muito poucos inquiridos seleccionaram esta resposta nos

Países Baixos (4 %), na Chéquia, em França e no Luxemburgo (5 %).

Em todos os países, apenas um quarto dos inquiridos nas cidades menciona as outras formas de participação na tomada de decisões a nível local:

- Reuniões públicas ou eventos organizados pelo conselho local: de 8 % na Finlândia para 24 % na Grécia
- Voluntariado em actividades organizadas pela autarquia local: de 5 % na Lituânia para 23 % em Malta
- Participou em projectos de vizinhança de base comunitária: de 5 % na Estónia e no Luxemburgo para 19 % na Grécia
- Contacto dos seus representantes eleitos: de 4 % na Dinamarca e na Letónia para 24 % em Malta
- Participou num exercício de orçamentação participativa: de 1 % em Chipre e no Luxemburgo para 25 % na Polónia
- Iniciou o seu próprio projecto para melhorar a vida na comunidade: de 2 % em Chipre, na Hungria e no Luxemburgo para 21 % em Malta.

Eurobarómetro Flash n.º 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Q10 Quando se trata de melhorar o local onde vive, em qual das seguintes formas de tomada de decisão local esteve envolvido nos últimos 5 anos? Seleccione todas as opções aplicáveis. [RESPOSTAS MÚLTIPLAS]

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

	Assinou uma petição	Contribuiu para inquéritos sobre políticas e serviços locais	Participou numa consulta aos cidadãos	Participação em reuniões públicas ou eventos organizados pelo seu conselho local	Voluntariado em atividades organizadas pelo seu conselho local	Envolvimento ativo com os meios de comunicação social (por exemplo, imprensa, áudio/Tv e redes sociais) chamando a atenção	Envolheu-se em projetos de vizinhança liderados pela comunidade	Contactou os seus representantes eleitos	Participou num exercício de orçamentação participativa	Iniciou o seu próprio projecto para melhorar a vida na comunidade	Participei noutras formas de fazer decisões locais	Não participei na tomada de decisões a nível local
UE27	21	15	13	12	10	10	9	8	7	6	5	42
BE	21	13	12	12	10	7	9	8	4	7	5	41
BG	27	16	31	18	19	15	16	16	8	9	10	25
CZ	22	15	6	11	8	5	8	7	8	3	4	43
DK	14	15	6	10	8	8	9	4	3	5	4	53
DE	16	9	14	11	11	13	7	9	8	9	5	42
EE	26	19	7	12	8	7	5	10	8	4	6	39
IE	29	24	10	19	14	13	15	23	7	7	9	29
EL	14	19	11	24	17	26	19	14	11	10	6	25
ES	20	17	14	12	11	11	10	7	7	6	4	42
FR	20	13	16	10	7	5	8	7	5	4	5	46
HR	35	30	11	15	12	8	8	15	2	4	8	35
IT	20	17	11	12	7	10	9	6	2	6	3	47
CY	16	28	8	14	10	7	7	19	1	2	6	45
LV	17	22	11	12	9	15	12	4	4	6	7	37
LT	25	27	7	9	5	7	11	7	3	4	8	34
LU	28	23	13	11	9	5	5	9	1	2	7	36
HU	27	14	8	11	7	6	6	13	4	2	5	45
MT	12	20	13	19	23	36	18	24	17	21	0	12
NL	20	9	7	11	6	4	9	6	3	4	5	50
AT	21	9	30	11	7	7	9	10	4	4	5	36
PL	26	23	17	14	10	11	8	8	25	8	4	30
PT	27	22	10	10	12	7	11	11	9	5	6	38
RO	27	31	13	11	14	13	12	11	3	8	6	34
SI	25	23	13	12	12	11	10	10	8	8	6	32
SK	32	20	7	17	11	7	8	13	5	4	7	35
FI	21	22	6	8	8	13	9	11	7	8	4	38
SE	18	13	4	14	7	15	6	7	7	7	6	47

A resposta «Não sei» não foi apresentada.

(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

Diferenças entre os inquiridos que vivem em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais nos vários países

Em vários países, os inquiridos que vivem em cidades são mais propensos do que os que vivem em cidades ou subúrbios ou em zonas rurais a responder que assinaram uma petição nos últimos cinco anos. A diferença entre os inquiridos nas cidades e os inquiridos nas cidades e subúrbios e nas zonas rurais é maior nos seguintes países: Bulgária (28 % contra 12 %-13 %), Hungria (27 % contra 16 %-20 %), Estónia (26 % contra 17 %-18 %), Lituânia (25 % contra 16 %-18 %), Bélgica (21 % contra 10 %-14 %) e Alemanha (16 % contra 10 %-11 %).

Em contrapartida, os inquiridos que vivem em zonas rurais são geralmente mais propensos do que os inquiridos nas cidades e subúrbios e nas cidades a indicar que participaram em reuniões ou eventos públicos organizados pelo seu conselho local. Esta tendência é mais pronunciada na Chéquia (26 % contra 11 %-16 %), na Hungria (24 % contra 11 %-14 %), em Portugal (20 % contra 10 %-11 %), na Roménia (19 % contra 11 %-12 %) e na Eslovénia (19 % contra 12 %).

Diferenças sociodemográficas centradas nos cidadãos que vivem nas cidades

As mulheres que vivem em cidades (45%) são mais propensas do que os homens que vivem em cidades (38%) a indicar que não participaram na tomada de decisões locais nos últimos cinco anos para melhorar o local onde vivem. Um padrão semelhante pode ser encontrado para os moradores da cidade com idade igual ou superior a 55 anos que são mais propensos do que os seus homólogos mais jovens (51% contra 32%-40%) para mencionar não terem participado na tomada de decisões locais.

Os inquiridos que vivem em cidades e que concluíram os seus estudos com idades compreendidas entre os 16 e os 19 anos referem mais frequentemente do que os inquiridos com níveis de instrução mais baixos e mais elevados que vivem em cidades que não participaram na tomada de decisões a

nível local nos últimos cinco anos (49 % contra 39 %-40%).

A percentagem de inquiridos que vivem em cidades que indicam não ter participado na tomada de decisões a nível local é mais elevada entre os habitantes das cidades que não trabalham (51 %), em comparação com os inquiridos que trabalham por conta própria (30 %), os trabalhadores manuais (31 %) e os trabalhadores (38 %) que vivem em cidades.

A probabilidade de os habitantes das cidades participarem na tomada de decisões a nível local está correlacionada com a imagem que têm da UE, sendo os inquiridos que têm uma imagem negativa da UE (48 %) mais propensos do que os que têm uma imagem positiva (37 %) a indicar que não participaram na tomada de decisões a nível local.

6. Apoiar a habitabilidade das cidades

6.1. Alterações recentes na habitabilidade

A perspetiva da UE

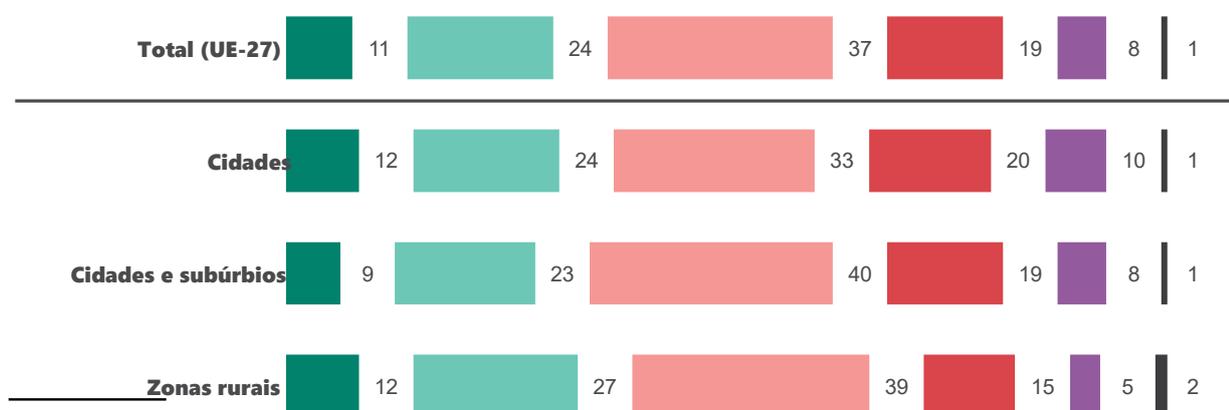
Em média, em toda a UE, 35 % dos cidadãos consideram que a habitabilidade no local onde vivem melhorou «fortemente» ou «ligeiramente» nos últimos cinco anos.³ Em contrapartida, 27 % consideram que a habitabilidade se deteriorou «fortemente» ou «ligeiramente». Os 37% restantes não viram nenhuma mudança na habitabilidade onde vivem nos últimos cinco anos.

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

Mais de um terço dos cidadãos que vivem em cidades (36 %) responde que a habitabilidade na sua cidade melhorou (12 % «melhorou fortemente» e 24 % «ligeiramente»). Um terço dos inquiridos (33 %) não registou alterações, enquanto três em cada dez (30 %) referem uma deterioração da habitabilidade da sua cidade (10 % «deterioraram-se fortemente» e 20 % «deterioraram-se ligeiramente»).

Q1 No local onde vive, como diria que a habitabilidade mudou em comparação com há cinco anos (desde que se mudou para lá)?

■ Fortemente melhorado ■ Ligeiramente melhorado ■ Manteve-se o mesmo ■ Ligeiramente deteriorado ■ Deterioração acentuada ■ Não sei



³ Os entrevistados foram convidados a avaliar as mudanças na habitabilidade nos últimos cinco anos. Todos os inquiridos (cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais) / n=11 998 – Respondentes que vivem em cidades / n=11 882 – Cidades e subúrbios / n=7 975 – Zonas rurais

Diferenças entre países centradas nas cidades

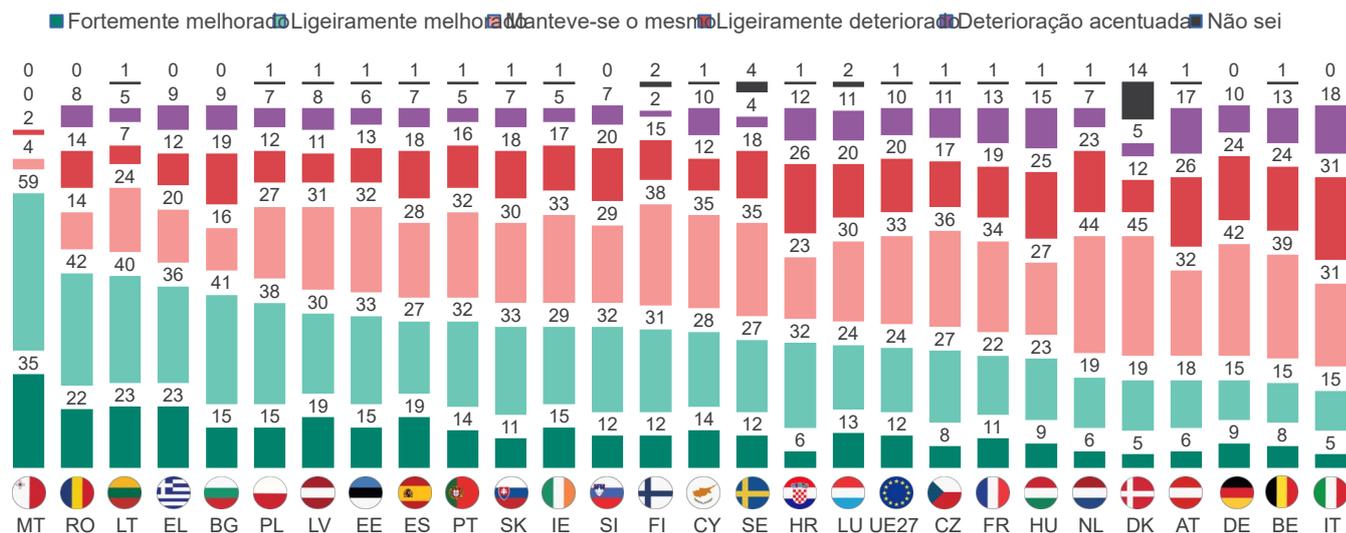
A maioria dos residentes urbanos na Roménia (64 %), na Lituânia (63 %), na Grécia (59 %), na Bulgária (56 %) e na Polónia (53 %) refere que a habitabilidade na sua cidade melhorou «fortemente» ou «ligeiramente» nos últimos cinco anos; Malta destaca-se, com 94 % dos inquiridos a referir uma melhoria.⁴

Por outro lado, em seis países, apenas um quarto dos inquiridos considera que a habitabilidade na sua cidade melhorou; tal aplica-se à Itália (20 %), à Bélgica (23 %), à Alemanha (24 %), à Áustria e à Dinamarca (ambos com 24 %) e aos Países Baixos (25 %).

A percentagem de habitantes das cidades que registaram uma deterioração da habitabilidade da sua cidade nos últimos cinco anos é mais elevada em Itália (49 % deteriorou-se «fortemente» ou «ligeiramente»). Outros países onde pelo menos quatro em cada dez habitantes das cidades referem uma deterioração são a Áustria (43 %) e a Hungria (40 %).

Q1 No local onde vive, como diria que a habitabilidade mudou em comparação com há cinco anos (desde que se mudou para lá)?

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades



(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

4 Deve ter-se cuidado ao interpretar este valor devido à menor dimensão da amostra em Malta.

Diferenças entre os inquiridos que vivem em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais nos vários países

Observam-se diferenças significativas de perceção entre os inquiridos que vivem em cidades e os que vivem em vilas e subúrbios em alguns Estados-Membros. Esta disparidade é mais acentuada na Bulgária, onde 73 % dos inquiridos das cidades e subúrbios consideram que a habitabilidade melhorou nos últimos cinco anos, em comparação com 56 % dos habitantes das cidades, e na Grécia, onde 74 % dos que vivem em cidades e subúrbios partilham este ponto de vista, em contraste com 59 % dos inquiridos nas cidades. No entanto, na Suécia, os habitantes das cidades (39%) são mais propensos do que os inquiridos que vivem em cidades e subúrbios (23%) a indicar que a habitabilidade no local onde vivem melhorou.

Em vários Estados-Membros, a perceção de que a habitabilidade melhorou é mais prevalente entre as pessoas que vivem em zonas rurais, em comparação com as que vivem em cidades. As maiores diferenças observam-se nos Países Baixos (40 % nas zonas rurais contra 25 % nas cidades), na Bélgica (43 % contra 23 %), na Grécia (76 % contra 59 %) e na Bulgária (78 % contra 56 %). A tendência oposta é observada na Irlanda (44 % nas cidades contra 31 % nas zonas rurais) e na Finlândia (43 % contra 31 %).

Diferenças sociodemográficas centradas nos cidadãos que vivem nas cidades

Os homens que vivem nas cidades (39%) são mais propensos do que as mulheres que vivem nas cidades (33%) a responder que a habitabilidade no local onde vivem melhorou nos últimos cinco anos.

Uma diferença importante também pode ser observada em todas as categorias etárias, com os habitantes das cidades com idade inferior a 40 anos sendo mais propensos a ter visto uma melhoria na habitabilidade do que os seus homólogos mais velhos (42%-46% vs 29%-33%).

O nível de educação é também um fator importante na forma como os inquiridos nas cidades percebem a habitabilidade no local onde vivem: 38% dos habitantes das cidades que completaram os seus estudos com 20 anos ou mais registaram uma melhoria, em contraste com 31%-32% dos inquiridos que completaram os seus estudos numa idade mais precoce.

Os trabalhadores por conta de outrem e por conta própria que vivem em cidades (ambos 40%) têm mais probabilidades do que os trabalhadores manuais (35%) e os que não trabalham (28%) de responder que a habitabilidade no local onde vivem melhorou nos últimos cinco anos.

6.2. Sensibilização para o apoio da UE para aumentar a habitabilidade nas cidades

A perspetiva da UE

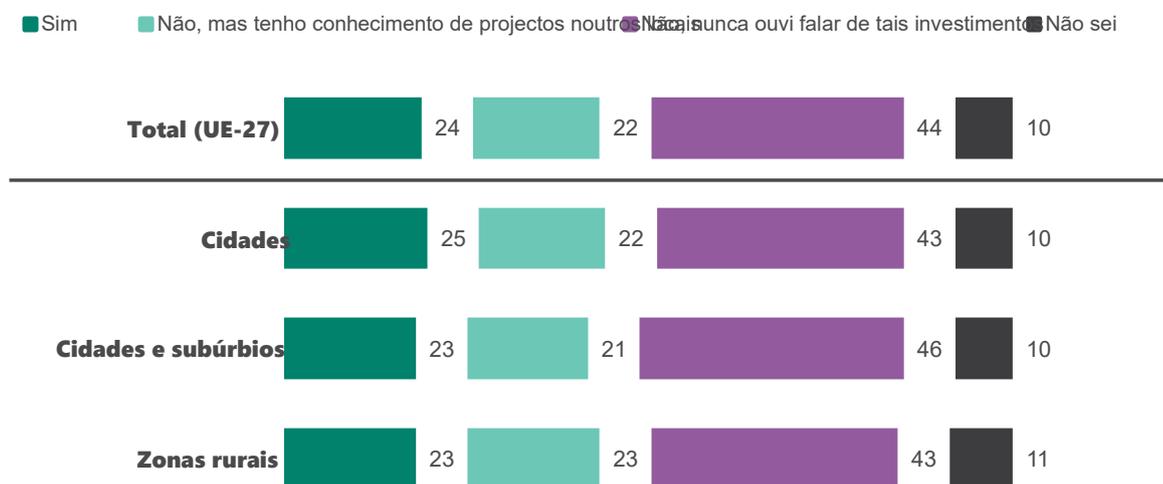
Em média, em toda a UE, 46 % dos cidadãos respondem afirmativamente quando perguntados se têm conhecimento de projetos ou intervenções da UE para apoiar a habitabilidade e o desenvolvimento sustentável

habitabilidade e o desenvolvimento sustentável (dos quais 25 % estão cientes desses projetos e intervenções na sua própria cidade e 22 % dos projetos e intervenções noutras locais, mas não na sua própria cidade).

Cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais

A sensibilização para o apoio da UE para aumentar a habitabilidade nas cidades está ao

Q12 A União Europeia investe nas cidades e noutras zonas urbanas para apoiar um desenvolvimento habitável e sustentável.
Já ouviu falar de projetos ou intervenções da UE para melhorar a habitabilidade na cidade em que vive ou nas cidades próximas de si?



(%) Base: n=31 855 – **Todos os inquiridos** (cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais) / n=11 998 – **Respondentes que vivem em cidades** / n=11 882 – **Cidades e subúrbios** / n=7 975 – **Zonas rurais**

nas cidades ou zonas urbanas. Mais especificamente, 24 % dos cidadãos ouviram falar de projetos ou intervenções da UE para melhorar a habitabilidade na cidade onde vivem ou em cidades próximas e 22 % de projetos noutras cidades ou cidades mais afastadas. Mais de quatro em cada dez cidadãos (44 %) não têm conhecimento do investimento da UE nas cidades ou nas zonas urbanas.

mesmo nível nas cidades, vilas e subúrbios e nas zonas rurais.

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades

Quase um em cada dois inquiridos que vivem em cidades (47 %) afirma estar ciente dos projetos ou intervenções da UE para apoiar a

Diferenças entre países centradas nas cidades

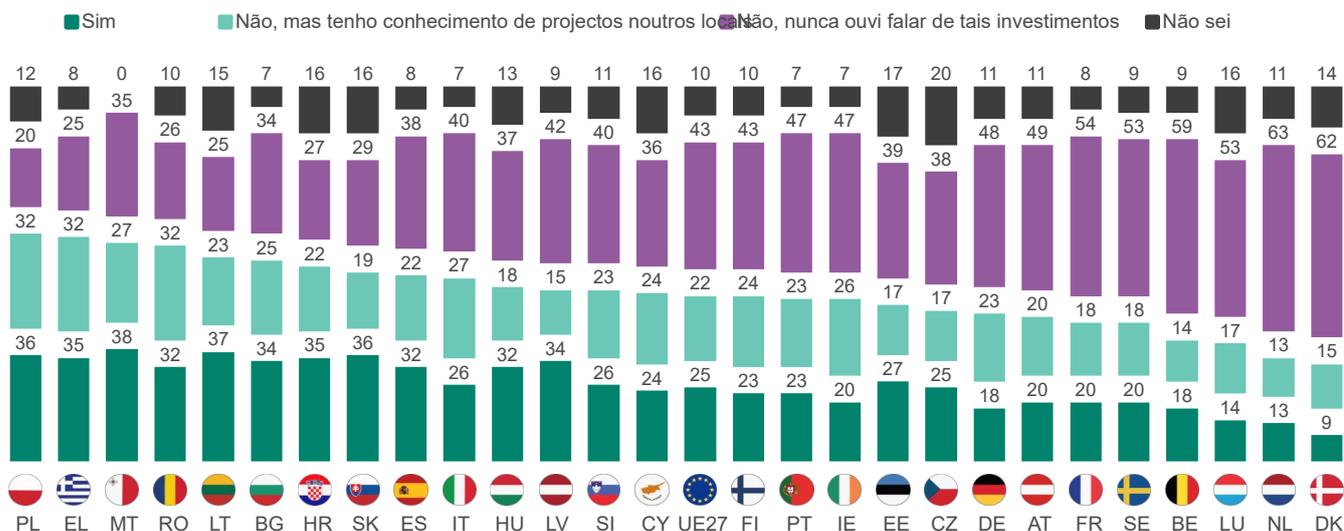
A nível de cada país, centrando-se nos inquiridos que vivem em cidades, o nível total de sensibilização para os projetos e intervenções da UE destinados a aumentar a habitabilidade na sua própria cidade ou noutras cidades é mais elevado na Polónia (68 %) e mais baixo na Dinamarca (24 %).

Mais especificamente, entre 9 % dos habitantes das cidades na Dinamarca e 38 % em Malta afirmam ter ouvido falar de projetos ou intervenções da UE para melhorar a habitabilidade na cidade onde vivem. A percentagem de habitantes das cidades conscientes deste tipo de projetos ou intervenções noutros locais, mas não na sua própria cidade, varia entre 13 % nos Países Baixos e 32 % na Grécia, na Polónia e na Roménia.

Q12 A União Europeia investe nas cidades e noutras zonas urbanas para apoiar um desenvolvimento habitável e sustentável.

Já ouviu falar de projetos ou intervenções da UE para melhorar a habitabilidade na cidade em que vive ou nas cidades próximas de si?

Pontos de vista dos cidadãos que vivem nas cidades



(%) Base: n=11 998 – Inquiridos residentes em cidades

Diferenças entre os inquiridos que vivem em cidades, vilas e subúrbios e zonas rurais nos vários países

Em média, em toda a UE, a sensibilização para os projetos ou intervenções da UE destinados a apoiar a habitabilidade e o desenvolvimento sustentável nas cidades ou zonas urbanas é semelhante nas cidades, vilas e subúrbios e nas zonas rurais. No entanto, em alguns Estados-Membros, existem diferenças notáveis em termos de sensibilização por nível de urbanização.

Em vários Estados-Membros, a sensibilização para os projetos e intervenções da UE destinados a aumentar a habitabilidade nas cidades ou zonas urbanas é mais elevada nas zonas rurais do que nas cidades. Esta diferença de sensibilização é superior a dez pontos percentuais na Grécia (81 % nas zonas rurais contra 67 % nas cidades), na Bulgária (75 % contra 59 %), em Portugal (58 % contra 46 %), na Bélgica (44 % contra 32 %) e nos Países Baixos (43 % contra 26 %).

Observa-se uma tendência oposta na Alemanha e em França, onde os inquiridos que vivem em cidades têm mais probabilidades do que os que vivem em zonas rurais de comunicar que estão cientes deste tipo de investimento da UE (Alemanha: 42 % nas cidades contra 30 % nas zonas rurais; França: 38 % contra 28 %).

Diferenças sociodemográficas centradas nos cidadãos que vivem nas cidades

Os homens que vivem em cidades (53 %) têm mais probabilidades do que as mulheres que vivem em cidades (42 %) de estarem cientes dos projetos ou intervenções da UE para aumentar a habitabilidade na sua própria cidade ou noutras cidades. A sensibilização é também mais elevada entre os habitantes das cidades com menos de 40 anos (54%-57%), em comparação com os seus homólogos mais velhos (40%-44%).

Os trabalhadores manuais (41 %) que vivem em cidades revelam um menor nível de sensibilização para os projetos ou intervenções da UE destinados a aumentar a habitabilidade

na sua própria cidade ou noutras cidades do que os de outras categorias profissionais (49 %-56 %).

Os inquiridos nas cidades que confiam nas suas autoridades locais são mais propensos do que aqueles que não confiam a estar cientes deste tipo de investimento da UE (53 % contra 44 %). Do mesmo modo, a sensibilização é maior entre os habitantes das cidades que têm uma imagem positiva da UE do que entre os que têm uma imagem negativa (60 % contra 33 %).

Especificações técnicas

Entre 26 de março e 8 de abril de 2025, a Ipsos European Public Affairs realizou o Eurobarómetro Flash n.o 561, intitulado «Public opinion on urban challenges and investment in cities» [Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades], a pedido da Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana. Trata-se de um inquérito ao público em geral coordenado pela Direção-Geral da Comunicação, Unidade «Opinião Pública e Participação dos Cidadãos». O Eurobarómetro Flash 561 abrange a população de cidadãos da UE, residentes num dos 27 Estados-Membros da UE e com idade igual ou superior a 15 anos. O mesmo em cada país foi dividido em três grupos, com base no grau de urbanização⁵. O grau de urbanização (DEGURBA) é uma classificação que indica o carácter de uma área. Classifica o território de um país em um continuum urbano-rural. A DEGURBA combina a dimensão da população e os limiares de densidade populacional para estabelecer três classes distintas:

- cidades
- cidades e subúrbios
- zonas rurais⁶

Todas as entrevistas foram realizadas via Computer-Assisted Web Interviewing (CAWI), utilizando-se painéis online da Ipsos e sua rede de parceiros. Os inquiridos foram selecionados a partir de painéis de acesso em linha, grupos de indivíduos pré-recrutados que concordaram em participar na investigação. A quota de amostragem foi estabelecida com base na idade (15-24 anos, 25-34 anos, 35-44 anos, 45-54 anos, 55-64 anos e mais de 65 anos), sexo e DEGURBA.

Margem de erro

Os resultados dos inquéritos estão sujeitos a tolerâncias de amostragem. A “margem de erro” quantifica a incerteza sobre (ou a confiança em) um resultado do inquérito. Regra geral, quanto mais entrevistas forem realizadas (dimensão da amostra), menor será a margem de erro. Uma amostra de 500 produzirá uma margem de erro não superior a 4,4 pontos percentuais e uma amostra de 1 000 produzirá uma margem de erro não superior a 3,1 pontos percentuais.

Margens estatísticas devidas às tolerâncias de amostragem

(com um nível de confiança de 95 %)

várias dimensões da amostra estão em linhas	Os resultados observados estão em colunas						
	5 %	10 %	25 %	50 %	75 %	90 %	95 %
n=50	±6,0	±8,3	±12,0	±13,9	±12,0	±8,3	±6,0
n=100	±4,3	±5,9	±8,5	±9,8	±8,5	±5,9	±4,3
n=200	±3,0	±4,2	±6,0	±6,9	±6,0	±4,2	±3,0
n=500	±1,9	±2,6	±3,8	±4,4	±3,8	±2,6	±1,9
n=1000	±1,4	±1,9	±2,7	±3,1	±2,7	±1,9	±1,4
n=1500	±1,1	±1,5	±2,2	±2,5	±2,2	±1,5	±1,1
n=2000	±1,0	±1,3	±1,9	±2,2	±1,9	±1,3	±1,0

<https://ec.europa.eu/eurostat/web/degree-of-urbanisation/information-data>

Eurobarómetro Flash n.o 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

	Datas do trabalho de campo	Cidades	Número de entrevistas	
			Cidades e subúrbios	Zonas rurais
UE27	26.3-8.4.2025	11998	11882	7975
BE	26.3-3.4.2025	453	453	340
BG	26.3-3.4.2025	463	461	384
CZ	26.3-3.4.2025	443	456	319
DK	26.3-2.4.2025	451	458	297
DE	26.3-2.4.2025	513	520	401
EE	26.3-4.4.2025	456	444	304
IE	26.3-8.4.2025	478	412	324
EL	26.3-7.4.2025	486	443	321
ES	26.3-3.4.2025	528	511	422
FR	26.3-1.4.2025	508	513	425
HR	26.3-4.4.2025	469	448	286
IT	26.3-3.4.2025	522	537	390
CY	26.3-8.4.2025	279	224	-
LV	26.3-5.4.2025	448	447	305
LT	26.3-4.4.2025	470	445	310
LU	26.3-8.4.2025	258	255	-
HU	26.3-2.4.2025	460	436	310
MT	26.3-2.4.2025	292	263	-
NL	26.3-5.4.2025	464	462	309
AT	26.3-3.4.2025	457	457	312
PL	26.3-3.4.2025	448	462	306
PT	26.3-3.4.2025	455	459	349
RO	26.3-3.4.2025	459	463	289
SI	26.3-3.4.2025	417	473	324
SK	26.3-2.4.2025	451	460	306
FI	26.3-4.4.2025	427	462	319
SE	26.3-3.4.2025	443	458	323

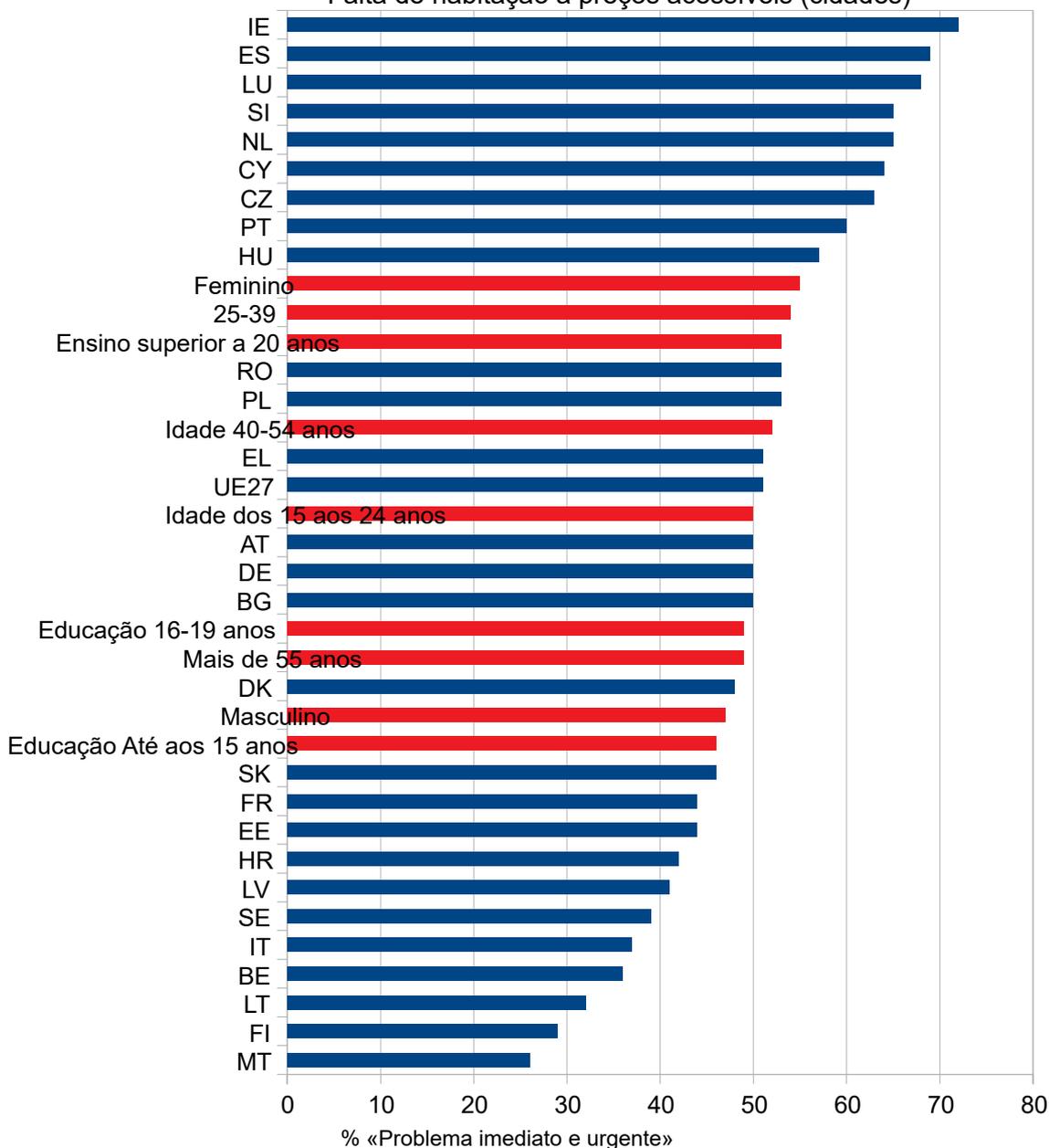
Observações

(Pierre Dieumegard)

Como é habitual (ainda mais do que o habitual), as diferenças são maiores entre países do que entre grupos sociais.

A primeira pergunta (Q2) foi «onde vive, quais são os problemas imediatos e urgentes?» e a resposta mais frequente para os habitantes das cidades foi «a falta de habitação a preços acessíveis».

Q2 No local onde vives, quanto de um problema, se é que o é, achas que cada um dos seguintes problemas são?
 Falta de habitação a preços acessíveis (cidades)



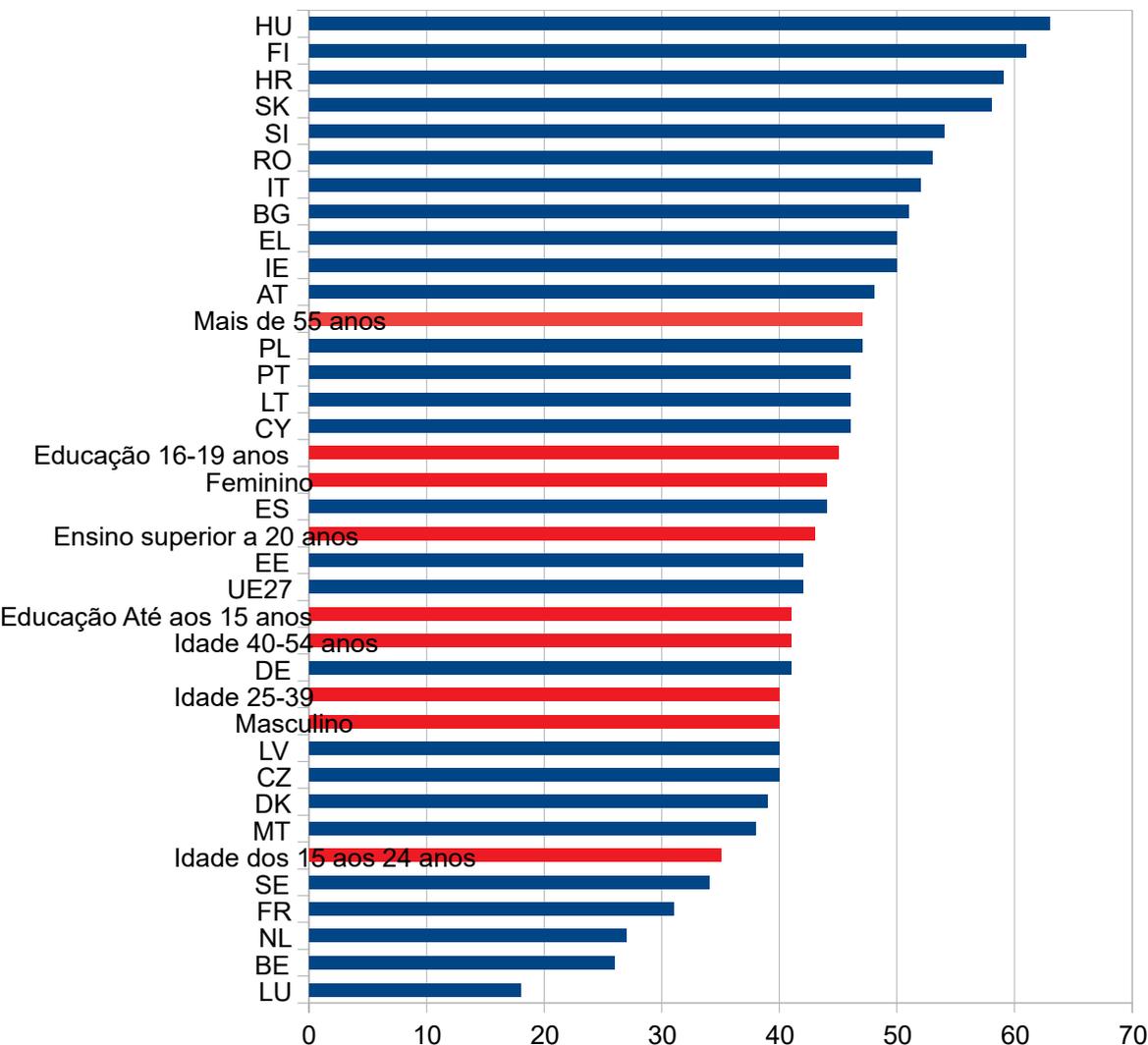
Eurobarómetro Flash n.o 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Em alguns países, a falta de habitação a preços acessíveis é fortemente sentida (Irlanda, Espanha, Luxemburgo), enquanto noutros é menos sentida (Malta, Finlândia, Lituânia). Em contrapartida, os grupos sociais (por género, idade ou nível de educação) diferem muito menos na sua perceção da falta de habitação a preços acessíveis.

Do mesmo modo, quando questionadas sobre a necessidade de melhorar, com um máximo de três opções a partir de uma lista, as respostas dos vários países variaram consideravelmente. O exemplo encontra-se no terceiro trimestre («T3 No local onde vive, quais dos seguintes aspetos considera que precisam de ser melhorados? Selecione, no máximo, três aspetos.»)

Q3 ...quais dos seguintes aspetos considera que precisam de ser melhorados?

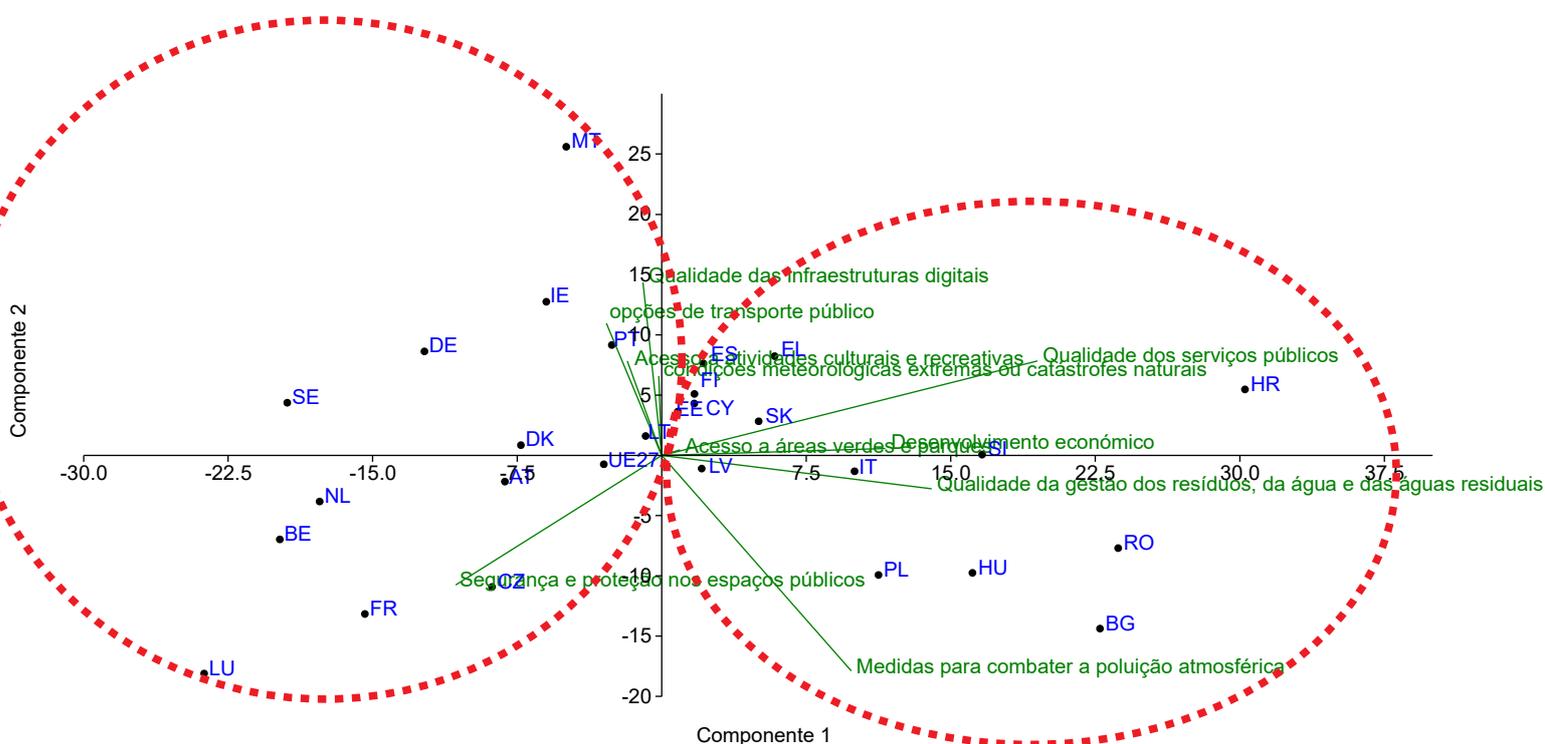
Qualidade dos serviços públicos (por exemplo, cuidados de saúde, acolhimento de crianças, educação e cuidados a idosos)



As prioridades para melhorar a vida das pessoas variam de país para país.

Tendo em conta a pergunta 3, «Quais são os domínios que mais necessitam de melhorias?», podemos realizar uma análise das principais componentes das respostas dos vários países.

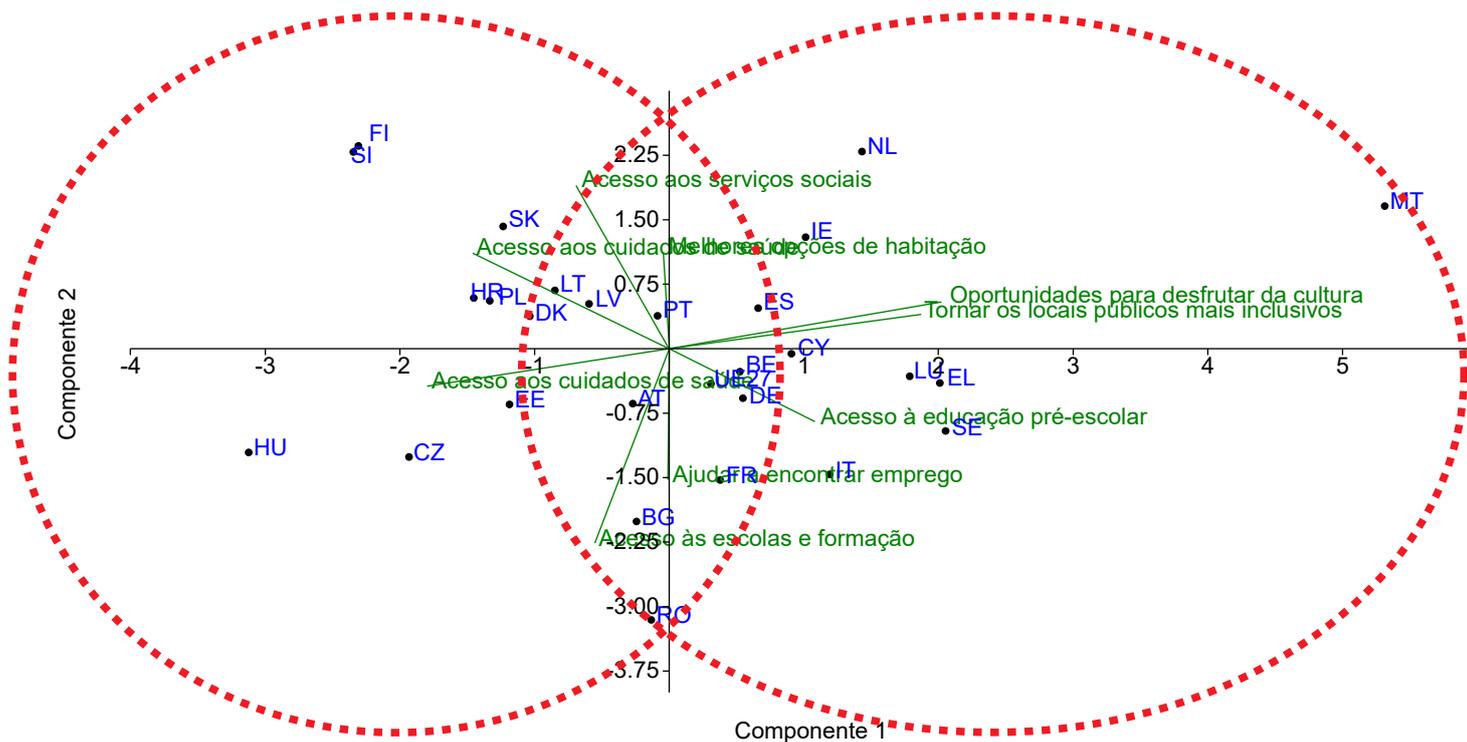
A grosso modo, podem ser identificados dois grupos de países. No lado direito do diagrama, os «países orientais» (embora a Itália faça parte deste grupo) pretendem principalmente medidas para o seu ambiente físico: controlo da poluição atmosférica, gestão da água e dos resíduos. À esquerda do diagrama, os «países ocidentais» (embora a República Checa faça parte deste grupo) estão mais interessados na segurança no seu ambiente humano: segurança nos espaços públicos (principalmente em França e no Benelux) e nos transportes públicos.



Eurobarómetro Flash n.o 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

A pergunta 6 propõe igualmente opções (3 no máximo) em termos de investimentos a realizar («Para reforçar a inclusão social no local onde vive, que domínios de investimento considera que devem ser considerados prioritários? Selecione um máximo de três domínios»).

Também aqui os desejos dos residentes variam muito de país para país. À direita, os países ocidentais querem espaços públicos mais inclusivos e atividades culturais e comunitárias. À esquerda, os países da Europa Oriental querem acesso a cuidados de saúde e serviços sociais.



Nas próximas eleições autárquicas ou regionais, os candidatos proclamarão que querem fazer felizes os seus futuros eleitores. Mas quantos deles terão realmente lido este relatório do Eurobarómetro, que lhes poderá dizer o que querem os seus concidadãos?

Questionário

PERGUNTAA TODOS

Q1 [IF DX1=1 ou 2] No local onde vive, como diria que a habitabilidade mudou desde que se mudou para lá?

[IF DX1>2] No local onde vive, como diria que a habitabilidade mudou em comparação com há cinco anos?

(RESPOSTA ÚNICA)

Fortemente melhorado 1

Ligeiramente melhorado 2

Manteve-se o mesmo 3

Ligeiramente deteriorado 4

Deteriorou-se fortemente 5

Não sei 998

PERGUNTAA TODOS

Q2 No local onde vives, quanto de um problema, se é que o é, achas que cada um dos seguintes problemas são?

(DEMONSTRAÇÕES DE ALARGAMENTO 1-8)

(CATEGORIAS)

Q2_1 Desemprego ou falta de oportunidades de emprego 1

Q2_2 Instalações locais (lojas, restaurantes, etc.) que abandonam o centro [INFO BUTTON: «Centro» refere-se ao centro do local onde vive. Se vive numa zona rural, refere-se à povoação mais próxima com estabelecimentos comerciais.] 2

Q2_3 Baixa reutilização de edifícios vagos ou abandonados 3

Q2_4 Falta de habitação a preços acessíveis 4

Q2_5 Gentrificação ou turistificação no centro [INFO BUTTON: «Centro» refere-se ao centro do local onde vive. Se vive numa zona rural, refere-se à povoação mais próxima com estabelecimentos comerciais.] 5

Q2_6 Oportunidades insuficientes de integração de migrantes e refugiados 6

Q2_7 Pobreza ou sem-abrigo 7

Q2_8 Falta de serviços públicos de qualidade (por exemplo, cuidados de saúde, acolhimento de crianças, educação e cuidados aos idosos) 8

(ESCALHA DE RESPOSTA)

Um problema imediato e urgente 1

Um problema a resolver no futuro 2

Eurobarómetro Flash n.o 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Não há muito problema 3

Não sei 998

PERGUNTAA TODOS

Q3 No local onde vive, quais dos seguintes aspetos considera que precisam de ser melhorados? Selecione, no máximo, três aspetos.

(ATÉ TRÊS RESPOSTAS AUTORIZADAS) (NÚMEROS DE RANDOMISE 1-10) (O CÓDIGO 11 E O CÓDIGO 998 SÃO EXCLUSIVAS)

Desenvolvimento económico e oportunidades de negócio 1

Qualidade das infraestruturas digitais (por exemplo, cobertura de banda larga e acesso à Internet) 2

Disponibilidade de opções de transportes públicos a preços acessíveis e com boas ligações 3

Acesso a atividades culturais e recreativas 4

Segurança e proteção nos espaços públicos 5

Acesso a áreas verdes e parques 6

Medidas para fazer face a fenómenos meteorológicos extremos ou catástrofes naturais 7

Medidas para combater a poluição atmosférica 8

Qualidade da gestão dos resíduos, da água e das águas residuais 9

Qualidade dos serviços públicos (por exemplo, cuidados de saúde, acolhimento de crianças, educação e cuidados a idosos) 10

Nenhum destes 11

Não sei 998

PERGUNTAA TODOS

Q4 Para reforçar a economia local e o mercado de trabalho no local onde vive, quão importantes são as seguintes ações?

(DEMONSTRAÇÕES DE ALARGAMENTO 1-4)

(CATEGORIAS)

Q4_1 Apoio às pequenas e médias empresas locais 1

Q4_2 Desenvolver as competências empresariais dos jovens 2

Q4_3 Requalificação e melhoria de competências dos trabalhadores 3

Q4_4 Melhoria dos serviços e infraestruturas digitais para os cidadãos e as empresas (por exemplo, acesso à Internet de banda larga, Wi-Fi, serviços digitais) 4

(ESCALHA DE RESPOSTA)

Muito importante 1

Muito importante 2

Não muito importante 3

Não é importante a todos os 4

Eurobarómetro Flash n.o 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Não sei 998

PERGUNTA A TODOS

Q5 Para melhorar a acessibilidade dos preços da habitação, em que medida considera que o local onde vive beneficiaria das seguintes ações?

(DEMONSTRAÇÕES DE ALARGAMENTO 1-5)

(CATEGORIAS)

Q5_1 Construção de mais novas habitações a preços acessíveis (por exemplo, através da concessão de incentivos) 1

Q5_2 Renovação das habitações existentes para reduzir as faturas de energia 2

Q5_3 Acompanhamento dos preços das rendas e prestação de programas de assistência às rendas (por exemplo, limites máximos das rendas, vales de renda) 3

Q5_4 Prestação de apoio financeiro ou incentivos fiscais aos compradores de casas pela primeira vez e aos grupos vulneráveis 4

Q5_5 Controlo da especulação imobiliária (por exemplo, através da tributação de imóveis vagos, da regulamentação do arrendamento de curta duração ou da limitação do número de turistas) 5

(ESCALHA DE RESPOSTA)

Beneficie-se muito 1

Beneficie-se um pouco 2

Não beneficia de forma alguma 3

Não sei 998

PERGUNTA A TODOS

Q6 Para reforçar a inclusão social no local onde vive, que domínios de investimento considera que devem ser considerados prioritários? Selecione até três áreas

(ATÉ TRÊS RESPOSTAS AUTORIZADAS) (ARTIGOS 1-9 DA RANDOMISE) (CÓDIGO 10 E CÓDIGO 998

SÃO EXCLUSIVAS)

Acesso aos cuidados de saúde 1

Acesso à educação e acolhimento na primeira infância (desde o nascimento até à idade da escolaridade obrigatória) 2

Acesso às escolas e formação 3

Acesso a cuidados para pessoas que dependem de outros para obter ajuda 4

Melhores opções de habitação para as pessoas necessitadas (por exemplo, agregados familiares com baixos rendimentos ou grupos vulneráveis) 5

Tornar os espaços públicos mais inclusivos para todos (incluindo os jovens, os idosos, as mulheres, as pessoas com deficiência e as pessoas LGBTIQ) 6

Ajudar a encontrar emprego e acesso ao trabalho 7

Acesso aos serviços sociais (por exemplo, aconselhamento, apoio em situações de crise) 8

Oportunidades de desfrutar da cultura, envolver-se em atividades comunitárias e participar na vida cívica 9

Nenhum destes 10

Não sei 998

PERGUNTAA TODOS

Q7 O nível de vida das pessoas que residem em cidades, vilas e aldeias pode melhorar quando há cooperação entre várias localidades circundantes. Qual das seguintes formas de cooperação urbano-rural considera que seria mais benéfica para as pessoas no local onde vive? Selecione, no máximo, três formas de cooperação.

(ATÉ TRÊS RESPOSTAS AUTORIZADAS) (NÚMEROS DE RANDOMISE 1-7) (O CÓDIGO 8 E O CÓDIGO 998 SÃO EXCLUSIVAS)

Melhorar o acesso a produtos alimentares de elevada qualidade produzidos nas proximidades 1

Fazer face à escassez de mão de obra no mercado de trabalho atraindo mais pessoas da região 2

Melhoria das ligações de transportes públicos entre cidades e vilas e aldeias vizinhas 3

Reunir recursos para melhorar a proteção dos espaços naturais e da biodiversidade 4

Investir na redução do fosso digital (por exemplo, criando um melhor acesso à educação em linha, oportunidades de comércio eletrónico) 5

Melhorar o acesso coordenado e suficiente aos serviços de saúde 6

Melhorar o acesso coordenado a serviços de educação e formação de elevada qualidade 7

Nenhum destes 8

Não sei 998

PERGUNTAA TODOS

Q8 Para fazer face aos desafios das alterações climáticas e do ambiente no local onde vive, considera que as autoridades locais estão a tomar medidas suficientes em cada um dos seguintes domínios?

(DEMONSTRAÇÕES DE ALARGAMENTO 1-6)

(CATEGORIAS)

Q8_1 Eficiência energética dos edifícios 1

Q8_2 Vias pedonais seguras e ciclovias 2

Q8_3 Transportes públicos sustentáveis como alternativa à utilização do automóvel 3

Q8_4 Poluição atmosférica 4

Q8_5 Ameaças provenientes de vagas de calor ou inundações (por exemplo, através da criação de ruas ricas em sombras, locais para contenção da água, etc.) 5

Q8_6 Gestão de resíduos, incluindo instalações de reciclagem 6

(ESCALHA DE RESPOSTA)

Eurobarómetro Flash n.o 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Tomar medidas suficientes 1

Tomar alguma acção, mas não o suficiente 2

Não tomar qualquer medida 3

Não sei 998

PERGUNTA A TODOS

Q9 Para melhorar a mobilidade no local onde vive, em que domínios considera que os investimentos são mais necessários? Selecione até três áreas.

(ATÉ TRÊS RESPOSTAS AUTORIZADAS) (NÚMEROS DE RANDOMISE 1-7) (O CÓDIGO 8 E O CÓDIGO 998 SÃO EXCLUSIVAS)

Zonas acessíveis a pé 1

Faixas para ciclismo 2

Opções de transporte para deslocações pendulares para os municípios circundantes 3

Melhorias na gestão do tráfego 4

Estações de carregamento para automóveis elétricos 5

Aumento da frequência dos transportes públicos (autocarro, eléctrico, metro) 6

Zonas livres de automóveis 7

Nenhum destes 8

Não sei 998

PERGUNTA A TODOS

Q10 Quando se trata de melhorar o local onde vive, em qual das seguintes formas de tomada de decisão local esteve envolvido nos últimos 5 anos? Selecione todas as opções aplicáveis.

(RESPOSTAS MÚLTIPLAS AUTORIZADAS) (NÚMEROS DE RANDOMISE 1-10) (O CÓDIGO 12 E O CÓDIGO 998 SÃO EXCLUSIVAS)

Participou numa consulta aos cidadãos 1

Participou em projetos de vizinhança de base comunitária 2

Participação em reuniões públicas ou eventos organizados pelo seu conselho local 3

Contactou os seus representantes eleitos 4

Assinou uma petição n.o 5

Envolveu-se ativamente com os meios de comunicação social (por exemplo, imprensa, áudio/TV e redes sociais), chamando a atenção para as questões locais 6

Voluntariado em atividades organizadas pelo seu conselho local 7

Participou num exercício de orçamentação participativa 8

Iniciou o seu próprio projecto para melhorar a vida na comunidade 9

Eurobarómetro Flash n.o 561 --- Opinião pública sobre os desafios urbanos e o investimento nas cidades

Contribuiu para inquéritos sobre políticas e serviços locais 10

Participei noutras formas de tomada de decisões a nível local 11

Não participei na tomada de decisões a nível local 12

Não sei 998

PERGUNTA A TODOS

P11 Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a participação na tomada de decisões a nível local?

(NÃO DEMONSTRAÇÕES RANDOMISES)

(CATEGORIAS)

Q11_1 Estou ciente das possibilidades de influenciar as decisões que afetam o local onde vivo 1

Q11_2 Gostaria de estar mais envolvido nas decisões que afetam o local onde vivo 2

Q11_3 As autoridades locais envolvem suficientemente os cidadãos nas decisões que afetam o local onde vivo 3

(ESCALHA DE RESPOSTA)

Concordo totalmente 1

Concordo um pouco 2

Discordo um pouco 3

Discordo totalmente 4

Não sei 998

PERGUNTA A TODOS

Q12 A União Europeia investe nas cidades e noutras zonas urbanas para apoiar um desenvolvimento habitável e sustentável. Já ouviu falar de projetos ou intervenções da UE para melhorar a habitabilidade na cidade em que vive ou nas cidades próximas de si?

(UMA RESPOSTA APENAS)

Sim 1

Não, mas tenho conhecimento de projectos noutros locais 2

Não, nunca ouvi falar de tais investimentos 3

Não sei 998